

JUSTIÇA

NA RESPOSTA

À CRISE

XII CONVENÇÃO  
DO BLOCO  
DE ESQUERDA

22 e 23 de maio de 2021  
ONLINE | PORTO

deBatEs#1



# JUSTIÇA NA RESPOSTA À CRISE

A XII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda foi convocada pela Mesa Nacional, no dia 4 de outubro 2020, com a aprovação do Regulamento, alterado na reunião da MN de 6 de março 2021, e da composição da Comissão Organizadora da Convenção (COC).

A Convenção realizar-se-á nos dias 22 e 23 de maio, no Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos, no distrito do Porto. Em contexto de pandemia e no sentido do cumprimento das regras sanitárias de segurança, por decisão da Mesa Nacional, a Convenção reunirá apenas cerca de 300 delegados/as em representação do universo de aderentes de todos os distritos, regiões autónomas e emigração.

Até lá, o caminho implica ampla informação e participação das diversas organizações bloquistas, como acontece em todas as convenções. Com a saída deste deBatEs #1, estão criadas as condições para que qualquer aderente tenha acesso à informação disponível e possa participar nos diferentes momentos de preparação da Convenção.

Até 22 de março, qualquer aderente pode propor adendas e alterações à Moção de Orientação na qual se reconheça, bem como propostas de alteração aos Estatutos. O prazo para envio de textos de debate/contributos à COC para saírem no deBatEs #2 termina, por sua vez, a 29 de março.

As cinco Moções validadas para debate no processo convencional terão em abril a oportunidade de disponibilizarem toda a informação e esclarecimento necessários às/aos aderentes, promovendo sessões de apresentação e de debate por todo o país, que decorrerão entre os dias 10 e 18 de abril. Encerrada a discussão das Moções, terão início as assembleias para eleição dos/as delegados/as à Convenção, nos dias 14, 15 e 16 de maio.

A COC atentar-se-á para garantir o envolvimento dos/das aderentes no processo da Convenção, garantindo informação e possibilidade de participação. Todos/as os/ as aderentes deverão proceder ao pagamento da sua quota de 2021, como condição indispensável para votar e/ou ser eleito.

O próximo boletim deBatEs sairá no dia 9 de abril, com as propostas finais das Moções e textos de debate/contributos e será enviado por correio eletrónico para todos/ as os/as aderentes inscritos/as e com endereço eletrónico disponível, sendo apenas entregues em suporte papel aos/ às aderentes que o solicitarem à Sede Nacional.

É assim que estamos a construir o Bloco, com a tua participação, e será também nesse sentido que todos os números do deBatEs, assim como todos os documentos relativos à Convenção, estarão disponíveis na internet, no site do bloco.org.

Resta informar que a COC é composta pelos/as camaradas Bruno Góis, Dina Nunes, Helena Figueiredo, Paulo Jorge Vieira, Karim Quintino eleitas/os na Mesa Nacional para esse efeito, e pelos/as representantes das moções A, C, E, N e Q, respetivamente, Marco Marques, Paulo Teles Silva, Bruno Candeias, Paula Rosa e Ana Martins. A comunicação com a COC deverá ser feita através do email coc.2021@bloco.org ou pelo telefone da sede nacional (+351 213510510). Bons debates!

A Comissão Organizadora da Convenção



# REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA XII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da XII Convenção Nacional do Bloco.

## I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional, a 4 de outubro de 2020.
2. A XII Convenção Nacional é convocada para os dias **22 e 23 de maio de 2021**, no distrito do Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
  - P.1 - Instalação da Convenção: I) votação do relatório a COC; II) votação do Regimento da Convenção; III) eleição da Mesa da Convenção;
  - P.2 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor;
  - P.3 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política;
  - P.4 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.
3. A convocatória e Regulamento são publicados no site do Bloco e enviados via email a todas/os as/os aderentes com correio eletrónico disponível no dia útil seguinte ao da sua aprovação. Os documentos seguirão por CTT às/aos restantes aderentes no prazo de duas semanas.

## II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

4. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organizadora da Convenção (COC) com a seguinte composição: **Dina Nunes, Helena Figueiredo, Bruno Góis, Paulo Jorge Vieira e Karim Quintino**. Cada Moção de Orientação apresentada à Convenção Nacional indicará um(a) representante para integrar a COC. O endereço eletrónico da COC é **coc.2021@bloco.org**.
5. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da XII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças da Convenção; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabele-

cidos no presente Regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição das/os delegados.

6. O boletim deBatEs é publicado no site do Bloco até às datas indicadas neste Regulamento e enviado de imediato por correio eletrónico para todas/os as/os aderentes inscritas/os e com endereço eletrónico disponível. Os boletins debates #1 e #2 apenas são entregues em suporte papel às/aos aderentes que o solicitem à sede Nacional e o #3 é distribuído na Convenção.
7. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento da eleição da Mesa da Convenção.

## III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

8. Qualquer grupo de 20 aderentes no pleno uso dos seus direitos pode apresentar à Convenção Nacional uma Moção de Orientação. **Estas moções deverão ser entregues à COC no dia 1 de março de 2021, até às 17 horas, sendo publicadas no deBatEs #1 a 15 de março**. As Moções são entregues em suporte informático através do email da COC e **não podem ultrapassar os 30 mil caracteres** (incluindo espaços), **devem incluir a lista de subscritores**, com indicação dos respetivos números de aderente e distrito/região de filiação, e adquirem a designação de uma letra à escolha dos seus promotores.
9. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários às/aos aderentes, compete em exclusivo aos promotores das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respetivas propostas, no período compreendido **entre os dias 10 e 18 de abril de 2021**. A COC garante os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada Moção por distrito/região, **no formato presencial ou virtual**, que também pode ser realizada em conjunto por acordo entre Moções, bem como à respetiva deslocação das/os representantes das Moções para esse efeito **e dos meios técnicos necessários**. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previa-



mente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas ações e o quadro regulamentar estabelecido.

10. Até **22 de março**, qualquer aderente pode propor **adendas e alterações** à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade. Essas adendas e alterações devem ser enviadas para o endereço eletrónico da COC em formato editável.
11. Os redatores de cada uma das Moções dispõem **até dia 5 de abril** para decidirem sobre a inclusão das propostas mencionadas no parágrafo anterior e enviarem à COC o texto final da respetiva Moção já com as alterações aceites, bem como a indicação das alterações que foram rejeitadas.
12. Os redatores podem decidir, **até 5 de abril**, sobre a fusão das respetivas moções e informar desse facto a COC.
13. Os textos de debate/contributos a publicar no debates #2 deverão ser enviados para o mail da COC **até 29 de março** em suporte informático editável e não podem ultrapassar os 5 mil caracteres (incluindo espaços).
14. No boletim **deBatEs #2**, a publicar a **9 de abril**, é dada informação sobre as alterações produzidas nas moções iniciais no âmbito dos anteriores parágrafos 11 e 12.
15. As propostas não incluídas pelas Moções, que serão publicadas nos boletins deBatEs #2 e #3, poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que subscritas por um mínimo de 5 delegados/as.
16. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção.
17. **Só serão admitidas a votação as Moções publicadas no DeBatEs #3 subscritas por 7 delegados/as.** O Regimento dos trabalhos, a ser proposto pela MN cessante e a ser debatido e votado no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.

#### **IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS**

18. Qualquer aderente poderá, **até 22 de fevereiro**, apresentar à Mesa Nacional propostas de alteração dos Estatutos, através do email da COC.
19. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos atuais Estatutos, discutirá e aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos **no dia 6 de março**.
20. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs #1, a publicar **no dia 15 de março**, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o relatório de atividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de

contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.

21. Qualquer aderente poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC outras propostas de alteração aos Estatutos, **até 22 de março**, de modo a serem incluídas no deBatEs #2. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático, com formato editável, para o mail da COC e não deverá exceder os 2000 caracteres (incluindo espaços) de fundamentação.
22. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do Regimento dos trabalhos, **as propostas de revisão de Estatutos publicados no debates #3 e subscritas por, pelo menos, 7 delegadas/os.**

#### **V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS**

23. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, **no mínimo de 7**, e estão vinculadas à apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.
24. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo Regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido pelo Regimento para cada um dos órgãos. Todavia, devem respeitar, no seu alinhamento interno, pelo menos uma mulher ou um homem em cada ordenação sequencial de três candidatas/os, tendo de assegurar um resultado final de paridade de género 50/50, nos termos estipulados no artigo 20º dos estatutos.
25. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade direta.

#### **VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS**

26. As/os delegados são eleitas/os pelos aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral ativa. Nos termos dos estatutos, têm capacidade eleitoral ativa os aderentes cujas inscrições ou reinscrições constem dos registos centrais até 6 meses antes convocação da Convenção, ou seja, até às **00h de dia 4 de abril de 2020**, e que tenham regularizado, até ao momento da votação, o pagamento da quota estatutária referente ao ano de 2021. A quota pode ser regularizada pela/o aderente na Mesa da Assembleia Eleitoral. Na Ata da Assembleia Eleitoral devem constar os nomes e números de aderentes dos eleitores e das eleitoras que procederam ao pagamento presencial da quota e definido um/a responsável pela entrega do dinheiro ao Tesoureiro Distrital.
27. A eleição dos delegados/as é realizada por listas e por voto secreto em um dos dias **14, 15 ou 16 de maio**, em



assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) e regidas pelo modelo nacional de Regulamento em anexo.

28. As e os delegadas/os são eleitas/os **na proporção de 1 delegada/o para 26 aderentes**, tendo por base o apuramento das/os inscritas/os até às 00h 4 de abril de 2020.

29. As listas de candidatas/os a delegadas/os podem, em alternativa:

- a) Estar associadas a uma Moção de Orientação;
- b) Ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada, com texto que não ultrapassa os 10 mil caracteres (incluindo espaços), subscrita pelo mínimo de 3 aderentes da mesma Assembleia Eleitoral.

30. As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade das/os candidatas/os elegíveis por cada Assembleia Eleitoral, devendo garantir a paridade estatutária.

31. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) organizam o processo eleitoral nas respetivas áreas e decidem sobre a constituição de assembleias eleitorais, sabendo que o âmbito das assembleias para a eleição de delegadas/os é definido pelos seguintes critérios, cumprindo as regras definidas pelos Estatutos e por este Regulamento:

- a) Constitui-se uma assembleia eleitoral em cada concelho com **150 ou mais aderentes**;
- b) Os restantes concelhos de um distrito/região com **menos de 150 aderentes** cada agregam-se em agrupamentos concelhios que somem **150 ou mais aderentes**;
- c) Na impossibilidade de se cumprir a alínea anterior, os concelhos com **menos de 150 aderentes** cada juntam-se a concelhos geograficamente mais próximos e do mesmo distrito com **mais de 150 aderentes**. Excetua-se deste critério a região Autónoma dos Açores, que pela sua especificidade geográfica, poderá formar assembleias eleitorais com menos de 100 aderentes (em ilhas com menos de 100 aderentes).

32. Cada assembleia eleitoral pode repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.

33. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) enviam à COC, **até ao dia 6 de abril**, o respetivo Regulamento Eleitoral das/os delegadas/os à Convenção, utilizando, para o efeito, o modelo anexo a este Regulamento. O Regulamento eleitoral é enviado por email aos aderentes do respetivo universo eleitoral e publicado no site bloco.org e no site do Bloco Distrital ou Regional correspondente.

34. Às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) competirá organizar o processo eleitoral observando os seguintes aspetos:

a) o processo de eleição de delegadas/os à Convenção é autónomo de qualquer outro processo eleitoral para órgãos do Bloco e não coincide com outros atos eleitorais, designadamente para estruturas concelhias, distritais ou regionais.

b) As listas de candidatas/os deverão ser entregues às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R), com conhecimento à COC, **até dia 20** de abril, validadas no dia seguinte pelas CCD/R e pela COC e enviadas aos aderentes por correio **até dia 26 de abril**. As listas de candidatas/os a delegadas/os, bem como as informações relativas às respetivas Assembleias Eleitorais, e os textos das Plataformas, quando estas existirem, serão ainda enviadas pela COC às/aos aderentes via email **no dia 23 de abril**. Para esse efeito, as CCD/R deverão preencher o modelo de minuta anexo a este Regulamento e enviá-lo para a COC logo após a validação das listas de candidatas/os;

c) O voto por correspondência será validado para escrutínio se estiver dobrado, colocado num envelope fechado sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior que contém uma declaração de exercício de voto por correspondência, na qual consta o nome completo, o código de validação e assinatura do/a aderente conforme o BI/CC. O código de validação é enviado aos/às aderentes pelos serviços centrais da Base de Dados.

d) Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede distrital/regional até às 20h da véspera do dia da respetiva assembleia eleitoral, registados nesse mesmo dia pela Mesa da Assembleia Eleitoral (MAE) e entregues nas mesas de voto respetivas a tempo de serem escrutinados juntamente com os votos presenciais;

e) As MAE são indicadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais, tendo cada Moção de Orientação ou Plataforma direito a indicar um(a) representante para cada mesa eleitoral constituída.

f) Compete à COC organizar a(s) MAE das/os aderentes emigrantes.

35. A eleição dos delegados/as respeitará a proporção direta dos votos obtidos por cada lista.

36. A Mesa Eleitoral (MAE) deve, terminada a votação, elaborar a ata com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, de acordo com o modelo em anexo,



e enviá-las por à respectiva CCD/R, com conhecimento à COC, imediatamente após o escrutínio, juntamente com os cadernos eleitorais com os votos descarregados, que verificará a legitimidade do processo de eleição. A Comissão Coordenadora Distrital/Regional decidirá até 48 horas após as respectivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respectiva Assembleia Eleitoral.



# PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A XII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

## DATA, LUGAR E LEMA

1. A XII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda tem lugar nos dias 22 e 23 de maio de 2021, no Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos, no distrito do Porto, sob o lema **“Justiça na Resposta à Crise”**.

## COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é constituída pelas/os delegadas/os que tenham sido eleitas/os em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.
3. Não existem delegadas/os por inerência.
4. Para além das/os delegadas/os, podem assistir aos trabalhos da Convenção representantes credenciados da Comunicação Social.
5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.
6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção de convidados.
7. Os trabalhos da Convenção são integralmente transmitidos em direto nos meios do Bloco de Esquerda.

## DIREÇÃO DOS TRABALHOS

8. A XII Convenção inicia-se com a credenciação das/ os delegadas/os a partir das 09h30m de sábado, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção, apresentação e votação do Regimento da Convenção, e eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.
  - a) O período de trabalho no primeiro dia pode decorrer até às **21h00m** de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.
9. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento - o bom andamento dos trabalhos e o caráter

democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

10. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.
11. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.
12. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Ata da Convenção.
13. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

## INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

14. As/os delegadas/os podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.
15. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um/a representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.
16. Cada moção de orientação ou plataforma publicada tem direito a um tempo global para intervenções das/os suas e seus delegadas/ os, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.
  - a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;
  - b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 67% do tempo global de debate;
  - c) As/os delegadas/os indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegadas/os à Convenção.

17. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respetivo Regulamento. As/os delegadas/os só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa: Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção; Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção; Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Convenção.
18. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.
19. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 7 delegadas/os de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.
20. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respetivas apresentações.
21. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 7 delegadas/os, devendo as listas das/os delegadas/os subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.
22. As propostas de agenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redatores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegadas/os, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.
25. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.
26. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.
27. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

## ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

28. As eleições para os órgãos nacionais - Comissão de Direitos e Mesa Nacional - decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.
29. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.
30. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17h00m do primeiro dia de trabalhos até às 11h00m da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.
31. Cada lista de candidatura indicará um/a delegado/a efetivo/a e um/a suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respetiva contagem dos votos.
32. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 7 delegadas/os, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta - em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um das/os candidatas/os, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.
33. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h00m do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.
34. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção direta dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatas/os da lista mais

## VOTAÇÕES

23. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.
  - a) as votações em alternativa permitem o voto de abstenção.
24. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respetivos pontos da Ordem de Trabalhos.
  - a) a votação final das moções terá início às 12h00m de domingo.



numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

35. A Mesa distribui as atas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.
36. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

## **ORDEM DE TRABALHOS**

- > Início dos trabalhos, apresentação e votação do relatório da COC, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional (Sábado 11h00m);
- > Eleição da Mesa (11h15m);
- > Alocução de abertura da Convenção (11h30m);
- > Estatutos - discussão e votação de propostas de alteração (11h50m);
- > Moções de Orientação Política - apresentações, debate, conclusões e votação (início 14h30m, sábado, votação final 12h00m domingo);
- > Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 17h00m sábado, encerramento às 11h00m domingo); Sessão de Encerramento (domingo 12h30m).



# PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DO BLOCO DE ESQUERDA APROVADAS PELA COMISSÃO POLÍTICA

## Artigo 1º

### Definição e Objetivos

1 - (...)

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãs e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável e mais respeitador de todos os animais. Combate todas as fontes de desigualdades sociais, baseadas em formas de exploração e exclusão de carácter étnico-racial, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios. **Como força política internacionalista, assume a defesa dos Direitos Humanos em todo o mundo, sem exceções.**

3 - (...)

## Artigo 3º

### Aderentes

1 - (...)

2 - (...)

3 - (...)

4 - (...)

5 - (...)

6 - (...)

**7 - A inscrição como aderente caduca por renúncia pessoal expressa, óbito, ou por ausência de contacto com o Bloco de Esquerda nos últimos cinco anos.**

**8 - A ausência de contacto de aderente é certificada pelas coordenadoras concelhias ou, na sua falta, pela coordenadora distrital/regional ou pela Comissão Política, dispondo de 2 meses para o efeito, findos os quais, se não se contabiliza nenhum pagamento de quota, é registada a caducidade da adesão.**

**9 - A verificação geral da ausência de contactos de aderente decorre de cinco em cinco anos, de acordo com um regulamento da Mesa Nacional.**



## **Artigo 4º**

### **Direitos dos Aderentes**

1 - (...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)

**d) Obter resposta, no máximo de um mês, a perguntas dirigidas por escrito aos órgãos;**

e) atual d)

f) atual e)

g) atual f)

## **Artigo 6º**

### **Sanções**

1 - (...)

a) (...)

b) (...)

**c) Suspensão de direitos, automática e provisória, quando o ou a aderente se candidata em lista eleitoral de outro partido concorrente do Bloco de Esquerda, enquanto decorre o inquérito respetivo, prévio à exclusão.**

d) anterior alínea c)



# PROPOSTA DE REVISÃO DOS ESTATUTOS DO BLOCO DE ESQUERDA

*Por lapso estas propostas não foram votadas em reunião da Mesa Nacional, pelo que as divulgamos*

AUTOR:

JORGE MARTINS (ADERENTE Nº 11764)

## **Razões da apresentação desta proposta**

Nos últimos tempos, tem-se vindo a assistir a uma progressiva centralização e burocratização do Bloco, com claros prejuízos para a sua democraticidade interna.

Esses fenómenos são, simultaneamente, causa e consequência da perpetuação nos cargos de muitas e muitos camaradas, que limita, em muito, a desejável renovação dos quadros e contribui para o envelhecimento progressivo das estruturas partidárias.

A centralização das decisões nos órgãos nacionais, por vezes em oposição ou com manifesto desprezo pelas estruturas locais, tende a desmotivar os e as aderentes e é contraditória com a ideia de democracia participativa que o BE defende.

Por outro lado, a funcionarização crescente das e dos dirigentes políticas e políticos, um pouco a exemplo do que se verifica noutras paragens, conduz a uma crescente burocratização e contribui para o crescente enfraquecimento da democracia interna.

Daí que, em algumas estruturas, a participação e a militância se tenham vindo a reduzir, com manifesto prejuízo para a ação do BE e a sua implantação na sociedade, especialmente a nível local.

Logo, a debilidade das estruturas locais, que sempre foi manifesta, tende a acentuar-se, sendo que, em algumas delas, é patente a falta de organização e de liderança.

Daí o reforço da subsidiariedade que atravessa toda esta minha proposta, conferindo mais poderes às estruturas distritais/regionais e às e aos aderentes de base.

Outro aspeto que me leva a apresentar esta proposta de alteração é o facto de considerar que os atuais estatutos são demasiado flexíveis e nem sempre explícitos, permitindo várias interpretações dos mesmos ou, então, demasiadas omissões. Entendo que, até um certo ponto, essa flexibilidade tenha vantagens, já que permite uma adaptação mais fácil a situações inesperadas, mas tem, como contraponto, o risco de permitir todo um conjunto de arbitrariedades. E, na ausência da lei, vigora a do mais forte.

Sei, por experiência da vida, que as mudanças institucionais, só por si, não são suficientes para produzir as desejáveis mudanças nas sociedades e nas organizações, mas não é menos verdade que ajudam bastante a que elas venham a acontecer.

Esta minha proposta de alteração dos estatutos possui um cunho estritamente pessoal, não estando vinculada a qualquer facção ou grupo de aderentes. Acreditem que é 100% da minha lavoura, não a tendo discutido com qualquer outra ou outro camarada. Terá, pois, as vantagens e as desvantagens decorrentes dessa circunstância.

Sei que muitas das propostas aqui contidas são controversas e já foram apresentadas antes por outras pessoas e sem êxito. Por isso, muito provavelmente, não serão acolhidas pela maioria da Mesa Nacional. Mas não ficaria bem comigo se não as apresentasse. Até porque só é derrotado quem desiste de lutar. E eu não desisto!



## PROPOSTA DE REVISÃO DOS ESTATUTOS DO BLOCO DE ESQUERDA

(COM JUSTIFICATIVOS)

### ARTIGO 1º

#### Definição e Objetivos

- 1 - “O Bloco de Esquerda (**à frente referido como BE ou Bloco**) ...”
- 2 - “O BE (suprimir “**adiante definido como Movimento**”) ... Acrescentar no final: “**Como força política internacionalista, assume a defesa dos direitos humanos em todo o mundo, sem exceções**”.

**Justificação:** O BE é um partido-movimento, hoje a 3ª força política nacional. Parece-me redutor menciona-lo nos estatutos como movimento. A minha sugestão: referi-lo pela sigla BE e, quando, em algum número, se tiver de o referir mais uma vez, utilizar a designação de Bloco. Não é, obviamente, uma questão essencial, mas parece-me mais correta esta sugestão. Estando implícita na minha proposta, essa alteração apenas aparecerá na versão consolidada desta.

Por seu turno, o acrescento que proponho serve para reforçar o carácter internacionalista do BE e o seu compromisso com as lutas pelas liberdades em todo o mundo, traduzido na recusa de qualquer condescendência com regimes autoritários e repressivos, mesmo quando se afirmam “de esquerda”.

### ARTIGO 3º

#### Aderentes

- 4 - Alterar para “...concelho e distrito ou região **onde se encontra filiado**...”
- 6 - Substituir “..., **sendo excetuado o prazo referido no nº 1**” por “..., **com a decisão a ser tomada por esta na sessão imediata à receção do pedido**”.
- 7 - Alterar o prazo de cinco para **dois** anos.

**Justificação:** A primeira é apenas uma questão de linguagem, para evitar repetir o termo “filiação”.

A segunda destina-se a evitar que a decisão de readmissão de ex-aderentes seja adiada *ad eternum*.

A terceira será mais controversa, mas parece-me que cinco anos é tempo demasiado. Com isso, as listas de aderentes vão-se desatualizando e o BE passa a ter um grande número de aderentes virtuais, que são, igualmente, “eleitores-fantasmas” nas eleições internas. O que deve é haver, da parte das CC Concelhias, contactos mais frequentes com as e os aderentes, de forma a evitar essas situações.

### ARTIGO 4º

#### Direitos das e dos aderentes

- 2 (Novo) - **As funcionárias e os funcionários do BE, bem como as assessoras e os assessores que exerçam cargos remunerados de assistência a eleitas e eleitos do Bloco, ficarão, no que se refere à alínea b), sujeitas e sujeitos às restrições**



**definidas no art.º 25º dos presentes estatutos.**

3 (antigo nº 2) - ...

**Justificação:** O alcance desta proposta será explicado quando justificar a inserção do novo art.º 25º.

## ARTIGO 5º

### Responsabilidades das e dos aderentes

1 - Acrescentar:

**c) Informar os órgãos concelhios, distritais ou regionais e nacionais sobre a forma como pretende ser contactada ou contactado pelo BE e atualizar, junto daqueles, os dados necessários para o efeito;**

d) (antiga alínea c) - ...

**Justificação:** A introdução desta alínea deve-se ao facto de haver aderentes que mudam de residência ou, mesmo, de "mail" ou de telemóvel, torando o contacto com elas ou eles mais difícil e, em certos casos, quase impossível. Seria importante, até para a questão da salvaguarda da privacidade, de que falarei mais à frente, informarem os órgãos do partido sobre o meio que autorizam para esses contactos.

## ARTIGO 6º

### Sanções

3 (antigo nº 4, alínea a)) - O procedimento disciplinar prescreve se não tiver sido iniciado nos sessenta dias (suprimir **úteis**) subsequentes à comunicação do presumível motivo à reunião da Mesa Nacional;

4 (antigo nº 2, alínea a)) - ...

5 (antigo nº 4) - Acrescentar: "... qualquer sanção disciplinar é **sempre** precedida de inquérito, ..."

6 (antigo nº 4, alínea b) - ...

7 (antigo nº 3) - ...

8 (antigo nº 3, alínea a)) - Alterar para: "**O recurso previsto no nº 2 ...**"

9 (antigo nº 3, alínea b) - Suprimir "**não**" - "O recurso da sanção **tem** efeito suspensivo".

10 (antigo nº 5) - Alterar/acrescentar: "... diferenças de opinião política, **sejam estas manifestadas no seio do BE ou no exterior**".

**Justificação:** A mexida na formulação e ordenação deste artigo serve para, na minha opinião, o tornar mais claro e coerente, com uma sequência mais lógica.

Reforça, ainda, os direitos das e dos aderentes, pelo menos do ponto de vista formal (alterações contidas nos novos nº 3, 5 e 10).

Na questão mais substancial, a do efeito suspensivo da sanção, proponho esta alteração porque não me parece correto que alguém tenha de cumprir pena sem haver sentença transitada em julgado, como aconteceu, por exemplo, no Brasil, com



o “Lula”, o que condenámos. Claro que poderá haver questões relacionadas com aderentes objeto de exclusão e cuja presença nas estruturas do Bloco pode prejudicar este. Uma possibilidade seria acrescentar-se ao nº 9 uma medida cautelar de suspensão de todos os cargos e o impedimento de concorrer a eleições internas entre a data da aplicação da sanção e a Convenção Nacional seguinte.

## ARTIGO 7º

### Órgãos

i) Acrescentar: Os Núcleos Locais.

**Justificação:** Há que enfatizar o carácter territorial dos núcleos.

## ARTIGO 8º

### Convenção Nacional

1 - Alterar de “... nos termos do Regulamento da Convenção Nacional” para “...**que para ela forem eleitas e eleitos como delegadas e delegados.**”

2 - Acrescentar/alterar: “O processo da Convenção Nacional, **incluindo a eleição das delegadas e dos delegados, rege-se por Regulamento próprio, ...**”

3 - Suprimir a partir de “**cabendo-lhe ...**”

**4 (Novo) - A Coordenadora ou Coordenador Nacional é eleita ou eleito na Convenção Nacional, recaindo a escolha na personalidade proposta pela moção de estratégia mais votada.**

**5 (Novo) - A Convenção Nacional elege, igualmente, a Mesa Nacional e a Comissão de Direitos.**

6 (antigo nº 4) - ...

7 (antigo nº 5) - ...

**Justificação:** As alterações são, em grande parte, de forma, parecendo-me que, assim, a formulação do artigo fica mais clara.

De substancial, o acrescento do ponto referente à eleição da Coordenadora ou Coordenador Nacional. Aqui, o que pretende é que fique claro que a ou o líder nacional do BE é eleita ou eleito na Convenção Nacional, com vínculo à moção vencedora, como já sucede.

## ARTIGO 9º

### Comissão de Direitos

**2 (Novo) - A Comissão de Direitos é composta por sete aderentes, eleitas ou eleitos em cada Convenção Nacional.**

**3 (Novo) – A Comissão de Direitos incluirá, obrigatoriamente, uma maioria de juristas ou de aderentes com formação jurídica, pelo que as listas concorrentes a este órgão terão de apresentar uma maioria de aderentes que satisfaçam uma daquelas condições.**

**Justificação:** O aditamento do primeiro ponto destina-se a balizar uma realidade que já hoje existe, estabelecendo um número fixo de elementos para este órgão.

O segundo parece-me essencial. Este órgão tem de lidar, por vezes, com situações complexas do ponto de vista jurídico, cuja resolução não pode estar entregue a amadoras e amadores. Logo, parece-me importante que nela haja uma maioria de pessoas com formação superior em Direito ou em áreas afins.

## ARTIGO 10º

### Mesa nacional

**2 (Novo) – A Mesa Nacional é composta por 81 membros, eleitos na Convenção Nacional.**

3 (antigo nº 2) – Alterar para: **“Na eleição da Mesa Nacional, as listas candidatas não poderão apresentar um número de aderentes que sejam funcionárias ou funcionários do BE ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitas e eleitos pelo Bloco superior a 10% e, na composição final do órgão, o seu número não poderá exceder os 20% do total”.**

4 (antigo nº 3) – Suprimir a partir de **“Comissão Política, ...”** e inserir, em seu lugar, **“... à qual pertence, por inerência, a Coordenadora ou Coordenador Nacional”.**

5 (Novo) – Corresponde, *grosso modo*, à parte suprimida do nº 3 (antigo nº 2): **“Na eleição da Comissão Política, a Mesa Nacional observará, nos termos estatutários, o princípio estrito da paridade de género e terá em conta a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes moções apresentadas à Convenção Nacional”.**

6 (antigo nº 4) – ...

7 (antigo nº 5) – Alterar para: **“A Mesa Nacional poderá, com fundamento em suspeitas fundadas de atuação criminosa ou de graves violações éticas e por maioria qualificada de 2/3, vetar nomes de candidatas ou candidatos integrantes das listas eleitorais concorrentes à Assembleia da República e às Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira e aprovadas pelas Assembleias Distritais e Regionais, sugerindo às respetivas Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais que indiquem outros nomes em substituição dos que foram recusados”.**

8 (antigo nº 6) – Alterar para: **“A Mesa Nacional poderá, com fundamento nas mesmas razões e por igual maioria, tomar idêntica decisão face a qualquer lista candidata aos órgãos das autarquias locais”.**

9 (antigo nº 7) – ...

10 (antigo nº 8) – ...

11 (antigo nº 9) – Acrescentar: **“...definição das principais linhas ...”**

**Justificação:** A primeira alteração obedece ao mesmo princípio que defendi para a Comissão de Direitos. Acrescento mais um aos 80 habitualmente eleitos, para o número ser ímpar.

A segunda será mais controversa, mas, tal como explicarei mais à frente, entendo ser muito importante reduzir a promiscuidade crescente entre a condição de aderente que recebe remuneração e a ocupação de cargos de direção política, já que essa situação pode conduzir a conflitos de interesses.

A terceira é mais de forma e destina-se a acomodar a introdução, nos estatutos, do cargo de Coordenadora ou Coordenador Nacional. E retirar o 50/50 à frente da paridade de género, não apenas por ser uma redundância (embora proponha, para não deixar dúvidas, a formulação “princípio estrito da paridade de género”), mas porque defendo, como se verá mais



à frente, que deve ser a regra básica no Bloco.

A quarta e quinta reconheço serem bastante controversas, mas, na minha opinião, é essencial o BE confiar mais nas e nos aderentes de base. Por isso, entendo que as escolhas das candidatas e candidatos às eleições legislativas e regionais devem ser decididas pelas e pelos aderentes, reunidos em Assembleias Distritais ou Regionais, enquanto que, nas candidaturas autárquicas, esse papel deverá caber às Assembleias Concelhias. Em todo o caso, a minha proposta garante à Mesa Nacional um *droit de regard* sobre as escolhas das estruturas regionais, distritais ou concelhias, extensível, no caso das eleições para as autarquias locais, às Comissões Coordenadoras Distritais, de forma a evitar que pessoas suspeitas de atos que possam lesar eleitoralmente o partido sejam afastadas das listas. Mas, para tal decisão ser tomada, é necessário que existam motivos muito fortes e que a decisão seja tomada por uma ampla maioria. As e os aderentes de base e suas estruturas são quem melhor conhece a sua região, o seu distrito ou o seu concelho. Não é saudável que os órgãos nacionais façam “tábua rasa” das suas escolhas. Nem sempre essas serão as melhores? Certo. Mas pergunto: e os órgãos nacionais, escolhem sempre bem? Obviamente que não. Em conclusão, dar maior poder às bases do Bloco, reduzindo uma tendência crescente para a centralização, é o objetivo das alterações que proponho nestes pontos.

A última vai também nesse sentido, dando às e aos aderentes alguma autonomia na sua ação, mesmo que esta seja, como é óbvio, balizada pelas grandes orientações políticas gerais do BE.

## ARTIGO 11º

### Comissão política

1 (antigo parágrafo único) – Alterar para: “**A Comissão Política é o órgão ...**” e suprimir a partir de “**elege ...**”.

**2 (Novo) – A Comissão Política é composta pela Coordenadora ou Coordenador Nacional e por 18 membros eleitos pela Mesa Nacional.**

**3 (Novo) – A Comissão Política elege obrigatoriamente, de entre os seus membros, um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva, do qual farão parte, por inerência de funções, a Coordenadora ou Coordenador Nacional e a coordenadora ou coordenador das funcionárias e funcionários a nível nacional.**

**4 (Novo) – O número de elementos eleitos do Secretariado Nacional será sempre inferior a 50% do total da Comissão Política.**

**Justificação:** Sendo a Comissão Política o principal órgão nacional de direção política do Bloco, julgo que carece de regulamentação estatutária.

A primeira alteração obedece ao mesmo princípio que defendi para a Comissão de Direitos e para a Mesa Nacional, sendo que, atualmente, a Comissão Política é composta por 18 pessoas. Para termos um número ímpar, acrescento mais uma.

As restantes referem-se ao Secretariado Nacional (antes no parágrafo único), onde coloco, obviamente, a Coordenadora ou o Coordenador, mas, também, por estarmos em presença de um órgão com competências executivas, a pessoa encarregada da coordenação nacional das funcionárias e funcionários do Bloco, a única que, na minha proposta, não integra a Comissão Política. O último ponto pretende evitar que toda ou quase toda a Comissão Política integre o Secretariado, pois este deve ser ágil e, para isso, não pode ter muita gente.

## ARTIGO 12º

### Assembleias Distritais e Regionais



**Retirar, nos vários números deste art.º, todas as menções às Assembleias Concelhias como objeto deste** (estas serão objeto do novo art.º 14º)

1 - Substituir “... **orientação geral do Movimento...**” por “**orientação definida pelos órgãos nacionais**”.

2 - Acrescentar/alterar “... Coordenadoras Distritais/Regionais, **em sessão eleitoral expressamente convocada para esse efeito**”, e suprimir “**para mandatos até dois anos**”.

3 (antigo nº 2, alínea a)) - Acrescentar “... **ou de duas Comissões Coordenadoras Concelhias do distrito ou da região**”.

4 (antigo nº 3) - Alterar para: “Compete às Assembleias Distritais/Regionais **aprovar** a composição das listas de candidatura do BE **à Assembleia da República e às Assembleias Legislativas Regionais das regiões autónomas, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com as orientações definida pelos órgãos nacionais, sem prejuízo de posterior apreciação pela Mesa Nacional, nos termos dos presentes estatutos**”.

**5 (Novo) - As Assembleias Distritais/Regionais funcionam como instância de recurso das Comissões Coordenadoras Concelhias em caso de alteração, pelas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais, das listas de candidatura para os órgãos das autarquias locais do respetivo concelho. Dessa decisão poderá, ainda, caber recurso de ambas as partes para a Mesa Nacional.**

6 - Substituir “**duas vezes por ano**” por “**uma vez por semestre**”.

**Justificação:** Há especificidades das Assembleias Concelhias que justificam um art.º à parte para elas. Ainda aqui, não sei, dada a autonomia das organizações regionais do BE/Madeira e do BE/Açores, se não se podia dispensar as referências às Assembleias Regionais.

A primeira alteração é apenas de forma.

Na segunda, procuro realçar o carácter especial das sessões eleitorais das Assembleias, que não poderão ter qualquer outro ponto na sua ordem de trabalhos. No que se refere à duração dos mandatos das Comissões Coordenadoras, ela será referida no art.º seguinte, pelo que não faz sentido estar aqui.

A terceira pode parecer redundante, já que os membros da CC Concelhias podem fazer essa solicitação individualmente, mas ela destina-se, também, a reforçar o poder daquelas enquanto coletivo.

As seguintes estão relacionadas com as alterações que propus no art.º 10º, referente à Mesa Nacional, e que dão às Assembleias Distritais/Regionais o poder de aprovar as listas para a AR e as ALR das regiões autónomas, bem como o direito de regard das CC Distritais/Regionais sobre as escolhas para as candidaturas autárquicas, que passam a ser aprovadas pelas Assembleias Concelhias. A minha proposta permite, ainda, que o conjunto das e dos aderentes do distrito ou da região possam pronunciar-se e, eventualmente, reverter, em assembleia, a decisão da respetiva CC Distrital/Regional.

Na última, trata-se de evitar que se realizem duas sessões ordinárias da Assembleia Distrital/Regional num curto espaço de tempo e, depois, não se realize mais nenhuma.

## **ARTIGO 13º**

### **Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais**

**Retirar, nos vários números deste art.º, todas as menções às Comissões Coordenadoras Concelhias como objeto deste** (estas serão objeto do novo art.º 15º)

1 - Acrescentar/alterar: “... **BE** no respetivo âmbito **geográfico** e, de acordo com as orientações políticas **definidas pelos órgãos nacionais, a sua atividade**”.

**2 (Novo) - As Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais são compostas por um número de elementos variável entre 7 e 15, de acordo com o quantitativo de aderentes inscritas ou inscritos no seu espaço geográfico de atuação.**



**3 (Novo) – As listas candidatas às Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais não poderão integrar mais do que um membro de cada Comissão Coordenadora Concelhia da respetiva área geográfica.**

4 (antigo nº 1, alínea a)) – Acrescentar: “... regem-se, **no mais**, ...

**5 (Novo) – O mandato das Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais tem a duração de dois anos.**

6 (antigo nº 2) – Alterar para: “As Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais **elegem, obrigatoriamente, de entre os seus membros, uma Coordenadora ou um Coordenador Distrital/Regional e um Secretariado Distrital/Regional para tarefas de coordenação executiva e dele farão parte, por inerência de funções, a Coordenadora ou o Coordenador Distrital/Regional e o funcionário distrital/regional**”.

**7 (Novo) – O seu número de elementos será sempre inferior a 50% do total da Comissão Coordenadora Distrital/Regional.**

**8 (Novo) – É ao Secretariado Distrital/Regional que compete a gestão das e dos aderentes existentes na respetiva área geográfica, no respeito pela legislação sobre proteção de dados pessoais.**

9 (antigo nº 3) – ...

**10 (Novo) – As Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais podem, com fundamento em suspeitas fundadas de atuação criminosa ou de graves violações éticas e por maioria qualificada de 2/3, rejeitar nomes de candidatas e candidatos aos órgãos das autarquias locais aprovadas por uma ou mais Comissões Coordenadoras Concelhias existentes no seu âmbito geográfico, sugerindo àquelas que indiquem outros nomes em substituição dos que foram rejeitados. Dessa decisão caberá sempre recurso para a Assembleia Distrital ou Regional e, posteriormente, para a Mesa Nacional.**

**Justificação:** Tal como nas Assembleias Concelhias, há, nas CC Concelhias, especificidades que justificam um art.º à parte para elas. E coloca-se, também aqui, a questão das regiões autónomas, que poderiam levar a dispensar as referências às CC Regionais.

A primeira alteração proposta é meramente de forma.

A segunda, fixando um número de elementos para as CC Distritais/Regionais, de acordo com o quantitativo de aderentes da respetiva área territorial, permite acabar com o absurdo, expresso no atual Regulamento Eleitoral, de as CC Distritais/Regionais ou Concelhias poderem ter entre 3 e 25 membros, conforme o número de candidatas e candidatos efetivos apresentados pela lista vencedora.

A terceira, quiçá mais controversa, tende a impedir a presença, na CC Distrital/Regional, de uma série de elementos que também são membros das CC Concelhias ou, como por vezes acontece, que os membros de uma única CC Concelhia constituam quase metade da CC Distrital/Regional. Para além de essa promiscuidade ser pouco saudável, contribui para concentrar o essencial do poder num conjunto reduzido de aderentes. Se esta proposta for aprovada, mais aderentes assumirão responsabilidades de direção política.

A quarta estabelece, claramente, a duração dos mandatos, fixados em dois anos e não até dois anos, como dispõem os atuais estatutos.

As duas seguintes resultam de me parecer, até pela minha experiência recente, que a eleição obrigatória de uma Coordenadora ou Coordenador Distrital/Regional é essencial para uma maior coordenação da estrutura, uma melhor organização das reuniões e haver um rosto que represente o partido no exterior, nesse espaço geográfico. Por seu turno, a existência obrigatória de um Secretariado Distrital/regional é fundamental para uma melhor organização interna, uma execução mais eficiente das atividades quotidianas do Bloco (daí a integração, nele, do funcionário distrital/regional) e para reagir, mais rapidamente, a situações que ocorram nessa área territorial e exijam uma tomada de posição imediata do BE. A disposição do nº 7 segue a mesma lógica que a que referi no art.º dedicado à Comissão Política e, a esta escala por maioria de razão, não fosse toda a CC Distrital/Regional integrar o Secretariado, o que inviabilizaria, na prática, a sua existência.

A proposta seguinte é controversa, mas deve ser equacionada. Atualmente, com a gestão centralizada de aderentes, as CC Distritais/Regionais (e também as Concelhias) acabam, muitas vezes, por não saber quantos e quem são as e os aderentes da área territorial que gerem. Faz sentido que seja “Lisboa” a convocar as e os aderentes para uma Assembleia de âmbito



geográfico mais reduzido? Quanto a mim, não faz nenhum e parece-me um sintoma da crescente centralização e burocratização do Bloco. Sei que há questões de privacidade a considerar, mas será que as e os aderentes não podem fazer uma declaração em que autorizam os contactos dos vários órgãos do BE por uma determinada via e apenas para fins partidários?

Por fim, a última está relacionada com a transferência, para as Assembleias Concelhias, da decisão de escolher as e os candidatos aos órgãos autárquicos, mantendo as CC Distritais/Regionais um droit de regard sobre estas.

## **(Novo) ARTIGO 14º**

### **Assembleias Concelhias**

- 1 - As Assembleias Concelhias são compostas pelas e pelos aderentes respetivos e compete-lhes dirigir, nos respetivos concelhos e de acordo com a orientação definida pelos órgãos nacionais, a atividade política do BE.**
- 2 - As Assembleias Concelhias elegem, em sessão eleitoral expressamente convocada para esse efeito, as respetivas Comissões Coordenadoras Concelhias.**
- 3 - As Assembleias Concelhias são obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% das e dos aderentes inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de 5 aderentes.**
- 4 - Compete às Assembleias Concelhias aprovar a composição das listas de candidatura do BE aos órgãos autárquicos do respetivo concelho, sem prejuízo de posterior apreciação pela Comissão Coordenadora Distrital/Regional nos termos destes estatutos e de eventuais recursos subsequentes.**
- 5 - As Assembleias Concelhias reúnem obrigatoriamente, pelo menos, uma vez por trimestre.**

**Justificação:** Dada a diferença de âmbito geográfico, proponha que os órgãos concelhios surjam, nos estatutos, autonomizados dos distritais ou regionais.

Aqui, reduzo o número mínimo de aderentes para 5, pois, num concelho com apenas 20 aderentes, 10 representam 50% do total, muito acima dos 5% estipulados.

Por outro lado, disponho que a aprovação das listas candidatas aos órgãos autárquicos do concelho cabe à respetiva CC Concelhia e não à CC Distrital/Regional, como até agora, embora esta mantenha o já mencionado droit de regard sobre elas.

Por fim, para fomentar a participação das e dos aderentes, proponho o aumento do número obrigatório de Assembleias Concelhias de duas para quatro (realizando-se uma em cada trimestre).

## **(Novo) ARTIGO 15º**

### **Comissões Coordenadoras Concelhias**

- 1 - As Comissões Coordenadoras Concelhias exercem o mandato conferido pelas Assembleias que as elegeram, assegurando a direção quotidiana do BE no âmbito dos respetivos concelhos e, de acordo com as orientações políticas definidas pelos órgãos nacionais, a sua atividade.**
- 2 - As Comissões Coordenadoras Concelhias são compostas por um número de elementos variável entre 5 e 11, de acordo com o quantitativo de aderentes inscritas ou inscritos no seu concelho.**
- 3 - As eleições para as Comissões Coordenadoras Concelhias regem-se por Regulamento Eleitoral cujo modelo é aprovado pela Mesa Nacional.**



- 4 – O mandato das Comissões Coordenadoras Concelhias tem a duração de dois anos.**
- 5 – As Comissões Coordenadoras Concelhias elegem, obrigatoriamente, de entre os seus membros, uma Coordenadora Concelhia ou um Coordenador Concelhio**
- 6 – Caso o seu número de elementos seja igual ou superior a 7, as Comissões Coordenadoras Concelhias elegem, obrigatoriamente, de entre os seus membros, um Secretariado Concelhio para tarefas de coordenação executiva, que integrará, obrigatoriamente, a Coordenadora Concelhia ou o Coordenador Concelhio e em cujas reuniões participará, sempre que possível, o funcionário responsável pelo concelho.**
- 7 – Se o seu número for inferior a 7, a constituição de Secretariado Concelhio é facultativa.**
- 8 – O número de elementos deste último será sempre inferior a 50% do total da Comissão Coordenadora Concelhia, não se incluindo, para essa contagem, o funcionário referido no nº 6.**
- 9 – É ao Secretariado Concelhio que compete a gestão das e dos aderentes existentes no respetivo concelho, no respeito pela legislação sobre proteção de dados pessoais.**

**Justificação:** Tal como no art.º anterior, é a diferença de âmbito geográfico que me leva a propor que os órgãos concelhios surjam, nos estatutos, autonomizados dos distritais ou regionais.

Aqui, o número mínimo e máximo de aderentes que uma CC Concelhia pode ter será, compreensivelmente, um pouco inferior ao de uma CC Distrital/Regional.

Por outro lado, nas organizações concelhias mais pequenas, a respetiva CC Concelhia terá apenas 5 elementos, pelo que não se justifica a obrigação de criar, aí, um Secretariado Concelhio, embora a sua criação não esteja vedada, se for essa a vontade da maioria da CC Concelhia. Neste, a presença do funcionário não é obrigatória, porque, em muitos distritos, existe apenas um para todo esse espaço geográfico e ele, obviamente, não pode ir a todas. Relativamente ao seu número de elementos, por maioria de razão, mantem-se a mesma restrição estabelecida a nível nacional e distrital.

Por fim, a gestão dos aderentes concelhios, proposta da mesma forma que aquele que é feita a nível distrital e pelas mesmas razões e que levanta, obviamente, os mesmos problemas.

## **ARTIGO 17º (antigo art.º 16º)**

### **Núcleos locais**

Acrescentar **Locais** em todas as referências aos Núcleos.

1 - Acrescentar "... Núcleos Locais, **numa área geográfica inferior à do respetivo concelho, ...**"

**3 (Novo) – Os Núcleos Locais, quando existirem, podem propor às respetivas Comissões Coordenadoras Concelhias as listas de candidatas e candidatos às Assembleias de Freguesia das freguesias/uniões de freguesias que abranjam as suas áreas de atuação.**

4 (antigo nº 3) - ...

**Justificação:** A primeira proposta de alteração consiste na tradução da ideia de que os núcleos têm um âmbito inframunicipal, podendo abranger uma ou mais freguesias ou uniões de freguesias.

A segunda vai na lógica que venho defendendo nesta proposta, de uma maior subsidiariedade, que dá mais poderes às e as aderentes de base, com a possibilidade de os núcleos poderem propor listas de candidatos às Assembleias de Freguesia existentes no espaço geográfico onde atuam.

## ARTIGO 18º (antigo art.º 15º)

### Direito à informação

#### 1 (Novo) – Nas relações com as e os aderentes, o BE observa o princípio da transparência.

2, 3, 4 e 5 (antigos nº 1, 2, 3 e 4, respetivamente) – ...

**Justificação:** Proponho que este artigo surja apenas depois dos Núcleos Locais e não antes, uma vez que aqueles estão, igualmente, consagrados nos estatutos como órgãos do BE.

Quanto à proposta de novo número, tem o objetivo de consagrar a transparência como a forma correta de os diferentes órgãos do Bloco (nacionais, regionais, distritais e concelhios) se relacionarem com os e as aderentes na sua área de atuação.

## ARTIGO 19º (antigo art.º 17º)

### Referendos

2 – Acrescentar: “O referendo interno **nacional** ...”

3 – Acrescentar: “, **podendo, no entanto, conter mais de uma pergunta**”.

#### 4 (Novo) – A pergunta ou perguntas do referendo são, igualmente, objeto de validação pela Comissão de Direitos.

5 (antigo nº 4) – Alterar para “...maioria **absoluta** dos votos **validamente** expressos”.

6 (antigo nº 5) – Alterar para: “**Uma proposta de referendo interno nacional apresentada por 150 aderentes** pode obrigar ao debate e deliberação da Mesa Nacional sobre **a sua eventual realização**”.

7 (antigo nº 6) – ...

8 (antigo nº 7) – Alterar para: “**As Comissões Coordenadoras Regionais/Distritais ou Concelhias ou 5% das e dos aderentes regionais/distritais ou concelhios (num mínimo de 10 e de 5, respetivamente) podem convocar referendos internos regionais/distritais ou concelhios sobre matérias do seu âmbito territorial, de acordo com o regulamento geral sobre referendos aprovado pela Mesa Nacional**”.

9 (antigo nº 8) – ...

**Justificação:** Parece-me lógico que a designação de “referendo interno” se aplique a todos os que se realizam no seio do BE, adicionando-se a ela o âmbito geográfico da consulta”.

Por outro lado, embora concorde que o referendo deva versar apenas sobre uma matéria, parece ser importante prever a possibilidade de poder conter mais de uma pergunta sobre ela, sendo que também elas terão de ser aprovadas pela Comissão de Direitos.

A questão seguinte parece-me importante. De acordo com a atual formulação “votos expressos”, ela abrange os votos nulos (são expressos, ao contrário dos brancos). Logo, aqueles funcionam, na prática, como votos “não”. Julgo que se deve aplicar a expressão “validamente expressos”, tal como sucede na lei eleitoral para a Presidência da República, já que ela exclui tanto brancos (que alguns consideram válidos, mas não expressos) como nulos (expressos, mas não válidos).

A que vem depois é apenas formal (a formulação atual não me soa muito bem) e, por fim, julgo que se deverá estabelecer, nos estatutos e não apenas no regulamento, quem e de que forma podem ser convocados os referendos distritais/regionais ou concelhios.

**(Novo) ARTIGO 20º****Departamento internacional**

- 1 - O Departamento Internacional do Bloco de Esquerda tem como missão estruturar de forma continuada as relações internacionais do BE com outros partidos e movimentos progressistas, bem como de todas as plataformas internacionais de que faça parte, como membro, convidado ou observador.**
- 2 - Compete à Mesa Nacional e aos seus órgãos internos aprovar a orientação política geral do trabalho do Departamento Internacional.**
- 3 - O Departamento Internacional é composto por 12 membros eleitos pela Mesa Nacional, de acordo com o critério estrito da paridade de género, a que se juntam, por inerência, as eurodeputadas e eurodeputados do BE e representantes deste em organizações internacionais de que faz parte.**
- 4 - A responsabilidade pela condução da atividade do Departamento Internacional pertence à Comissão Política, no quadro das orientações gerais de Convenção e Mesa Nacional.**
- 5 - O Departamento Internacional possui um orçamento anual próprio, sendo a sua aprovação competência da Mesa Nacional.**

**Justificação:** Trata-se de consagrar, estatutariamente, uma estrutura que reúne regularmente e vem ganhando importância crescente, o que é lógico dado o carácter internacionalista do Bloco. Só não o considero como um órgão partidário porque é eleito pela Mesa Nacional e não pelas e pelos aderentes nem uma assembleia de base, como sucede com os restantes, à exceção da Comissão Política, embora essa possibilidade deva ser considerada.

A proposta que aqui apresento baseia-se em grande parte no regulamento do DI. A alteração mais significativa é o estabelecimento de um número fixo de aderentes que o integram e que é semelhante ao atual, a que somo a consagração das eurodeputadas e eurodeputados, pois o BE, enquanto organização, não faz parte do Parlamento Europeu.

**ARTIGO 21º (antigo art.º 18º) - ...****ARTIGO 22º (antigo art.º 19º) - ...****ARTIGO 23º (antigo art.º 20º)****Sistema de votação**

4 - Suprimir a partir de “, sendo os mandatos...”

**5 (Novo) - Os mandatos são atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas, de acordo com o método do quociente eleitoral simples e a atribuição dos mandatos sobranes aos maiores restos.**

6 (antigos nº 5, alíneas a) e b) e nº 6) - Alterar para: **“As listas para os todos os órgãos nacionais, regionais, distritais e concelhios do BE observam o princípio estrito da paridade de género, sendo as candidatas e os candidatos ordenados alternadamente em função do seu sexo”.**

7 (antigo nº 5) - ...

**Justificação:** No que se refere à atribuição dos mandatos, a minha proposta não se destina a mudar nada, mas apenas a uma maior clarificação. Na verdade, o sistema que utilizamos é aquele que explicito e que se designa, em Ciência Política, por “quota de Hare” ou de “Hare-Niemeyer”. A formulação atual parece-me vaga e poderá, na minha opinião, abrir a porta à adoção de outros métodos de representação proporcional menos “amigos” das correntes minoritárias, como o método de Hondt. Com esta alteração, fica tudo muito claro.

Relativamente à paridade estrita de género, julgo que é altura de a consagramos, definitivamente, a todos os níveis do Bloco. Pela minha parte, eliminava a referência ao 50/50 dos estatutos, que, como já referi, me parece redundante. Mas, se alguém acha que a formulação “paridade estrita” ainda não é suficientemente explícita, então, que se mantenha.

## **(Novo) ARTIGO 24º**

### **Limitação de mandatos**

- 1 - Nenhuma ou nenhum aderente pode desempenhar, no mesmo órgão do BE, mais de quatro mandatos consecutivos.**
- 2 - Depois de concluídos os mandatos referidos no número anterior, essas e esses aderentes não podem candidatar-se a esse órgão durante o quadriénio imediatamente subsequente ao último mandato consecutivo permitido.**
- 3 - Nos casos em que o mandato do órgão seja interrompido antes do final, esse não se considera para efeitos do nº1, se essa interrupção tiver ocorrido antes de estar concluída metade da duração daquele e não ocorra devido a renúncia da própria ou do próprio ao mandato.**
- 4 - Se ocorrer nova interrupção antes de estarem completos os três mandatos ou se a primeira ocorrer devido a renúncia ao mandato, não se aplica o disposto no nº2, considerando-se, para efeitos do nº1, o novo mandato interrompido como completo.**
- 5 - Para as e os aderentes que completarem o mandato daquela ou daquele que a ele renunciou, aplicam-se, com as devidas adaptações, os mesmos critérios definidos nos números anteriores.**

**Justificação:** Reconheço que este novo artigo constitui um dos pontos mais controversos da minha proposta, mas é essencial para dar um novo impulso ao Bloco. Na verdade, tenho constatado, nos últimos tempos, que há aderentes que ocupam os mesmos cargos há 20 anos, sem interrupção, havendo, mesmo, casos em que são, simultaneamente, membros das Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais/Regionais, da Mesa Nacional ou, mesmo, da Comissão Política. E o problema é que muitas e muitos se agarram a esses lugares como lapa à rocha.

Essa situação tem como consequência uma insuficiente renovação de quadros, especialmente ao nível local, e é responsável pela desmotivação de muitas e muitos aderentes, especialmente as e os mais jovens, levando, mesmo, algumas e alguns deles a abandonar o Bloco. Não por acaso, muitas e muitos dos que saem referem como justificação “são sempre as mesmas pessoas”. Esse progressivo fechamento tem conduzido, assim, em alguns distritos, a um envelhecimento gradual das respetivas estruturas, com a consequente incapacidade de renovar métodos e práticas políticas.

Passa muito por tudo isto a debilidade das estruturas locais do BE e que se traduz nos crónicos maus resultados obtidos nas eleições autárquicas. Mesmo a nível nacional, a renovação de protagonistas não é tão efetiva como deveria ser. Mas, afinal, se defendemos a limitação de mandatos no exterior, não será coerente fazê-lo também “na nossa casa”?

A minha proposta baseou-se, com as devidas adaptações, na lei da limitação dos mandatos autárquicos. Nela, os quatro mandatos corresponderão, normalmente, a oito anos, ou seja, dois ciclos eleitorais, tanto legislativos nacionais e regionais como autárquicos. Parece-me ser um tempo razoável para que as pessoas desempenhem os seus cargos e, depois, deem lugar a outras.

Também o período de “nojo” nos dois mandatos seguintes corresponde a um ciclo eleitoral, já que dois anos me parece pouco para um regresso ao cargo. E a penalização das renúncias, que existe também na referida legislação, serve para evitar manobras oportunistas que procurem “fintar” a lei.



Por seu turno, para a questão da contagem dos mandatos interrompidos, utilizei o critério da 22ª emenda à Constituição dos EUA, que limitou a dois os mandatos presidenciais.

## **(Novo) ARTIGO 25º**

### **Funcionárias e funcionários**

- 1 - As funcionárias e os funcionários do BE são aderentes que recebem uma remuneração, de forma a assegurar a execução das tarefas quotidianas necessárias à prossecução da atividade política do Bloco.**
- 2 - O enquadramento das funcionárias e dos funcionários é assegurado, a nível nacional, por uma coordenadora ou um coordenador.**
- 3 - As funcionárias e funcionários deverão observar uma estrita neutralidade nas disputas políticas internas na área geográfica onde exercem a sua atividade, estando-lhes vedada a candidatura às Comissões Coordenadoras Distritais/ Regionais ou Concelhias que atuem nesse espaço territorial, exceto se, até seis meses antes da data do ato eleitoral, forem objeto de transferência, suspenderem temporariamente, mediante licença sem vencimento, as suas funções, ou a elas renunciarem.**
- 4 - As aderentes e os aderentes que prestem assessoria remunerada a eleitas e eleitos do BE são, para os efeitos do número anterior, equiparados a funcionárias e funcionários.**

**Justificação:** Esta proposta é, igualmente, controversa, até porque muitas e muitos dirigentes nacionais, regionais, distritais e, até, concelhios são funcionárias e funcionários do Bloco. Pela minha parte, julgo que o mais saudável seria separar, o mais possível, os cargos de direção política (que caberiam às e aos dirigentes) dos executivos (que seriam desempenhados pelas funcionárias e funcionários). Não se trata, aqui, de desconfiar das pessoas e da sua honestidade, mas a verdade é que, do ponto de vista teórico, quem depende financeiramente de uma organização está sempre limitado (quanto mais não seja, autolimitado) nas críticas que possa fazer a quem a dirige.

Por outro lado, a nível regional, distrital ou concelhio, acho muito pouco saudável que quem exerce essas funções, e, por isso, possui os dados das e dos aderentes e é responsável pela condução do processo eleitoral, possa integrar uma lista de candidatos às respetivas Comissões Coordenadoras. No fundo, é, simultaneamente, jogador e árbitro, o que, como é óbvio, não garante a necessária imparcialidade deste último.

De acordo com essas considerações, entendia que, idealmente, as funcionárias e os funcionários não deveriam poder desempenhar cargos de direção política. Mas, tendo em conta a realidade, apenas coloco a restrição à sua participação nas eleições para as CC regionais, distritais ou concelhias da área geográfica que tutelam. O prazo de seis meses para pedir a transferência, a suspensão ou a renúncia à função parece-me razoável, impedindo o oportunismo de a funcionária ou o funcionário se retirar apenas nas vésperas do ato eleitoral.

Argumentarão que esta proposta lhes limita os seus direitos enquanto aderentes. A isso contraponho o exemplo dos militares, polícias, juízes e titulares da magistratura do MP, que, apesar de serem cidadãos e cidadãs como os restantes não podem candidatar-se a cargos políticos, exceto se suspenderem as suas funções ou a elas renunciarem. É esse o preço que pagam pela autoridade de que dispõem, o mesmo se passando, de certa forma, com as pessoas cujo trabalho, ao contrário do das e dos restantes aderentes, é remunerado pelo Bloco.

## **ARTIGO 26º (antigo art.º 21º)**

### **Finanças**



1 - Substituir “aceites pelo Movimento” por “**por ele aceites**”.

5 (antigo nº 4, alínea a)) - ...

6 (antigo nº 4, alínea b)) - ...

**7 (Novo) - As Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais e Concelhias nomeiam a Tesoureira ou o Tesoureiro Regional/Distrital e a Tesoureira Concelhia ou Tesoureiro Concelhio, respetivamente, sendo essa nomeação sujeita a ratificação pelas respetivas Assembleias Regionais/Distritais e Concelhias.**

**8 (Novo) - Nenhuma ou nenhum aderente pode acumular as funções de Tesoureira ou Tesoureiro Distrital/Regional com as de Tesoureira Concelhia ou Tesoureiro Concelhio.**

9 (antigo nº 5) - ...

**Justificação:** As primeiras alterações são meramente de forma.

As segundas destinam-se, mais uma vez, a permitir que as e os aderentes de base possam pronunciar-se, agora sobre a escolha da pessoa que vai gerir as finanças das respetivas organizações.

Relativamente à restrição à acumulação de funções de gestão da tesouraria, simultaneamente, ao nível distrital e concelhio, ela parece-me do mais elementar bom senso, pois haverá sempre possíveis conflitos de interesses entre uma e outra.

## **(Novo) ARTIGO 27º**

### **Disposições finais e transitórias**

**1 - Os órgãos distritais/regionais e concelhios que, no momento da Convenção, ainda não tenham completado o tempo de duração do seu mandato continuarão a funcionar nos termos em que foram eleitos, aplicando-se-lhes apenas as novas regras constantes dos presentes estatutos no início do mandato seguinte.**

**2 - As e os aderentes que, no momento da Convenção em que sejam aprovadas as presentes alterações estatutárias, tiverem cumprido ou estiverem a cumprir, pelo menos, o terceiro mandato consecutivo, poderão ainda ser eleitas ou eleitos para o mandato seguinte, não se lhe aplicando as disposições constantes do art.º 22º.**

**3 - As renúncias ao mandato ocorridas antes daquele momento não relevam, igualmente, para efeito da aplicação do nº 4 do art.º 22º.**

**4 - As funcionárias e funcionários que foram eleitas ou eleitos para as Comissões Coordenadoras Regionais, Distritais ou Concelhias da área onde exercem funções manterão os seus lugares nesses órgãos até ao final dos respetivos mandatos.**

**Justificação:** Este articulado serve apenas para enquadrar a entrada em vigor destas novas disposições, dentro do princípio legal de que “a lei dispõe sempre para o futuro”.

## **ARTIGO 28º (antigo art.º 22) - ...**



# RELATÓRIO DA MESA NACIONAL

## **1. Convocada a XII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda para os dias 22 e 23 de maio de 2021, a Mesa Nacional finda o seu mandato conferido pela XI Convenção, realizada nos dias 10 e 11 de novembro de 2018.**

### 1.1 DIREÇÃO POLÍTICA

A Mesa Nacional, na sua primeira reunião, elegeu uma Comissão Política de dezoito elementos que contaria com dezasseis membros da lista A e dois membros da lista C. A Comissão Política elegeu um Secretariado Nacional de dez elementos para tarefas de coordenação executiva.

O mandato correspondeu a eventos políticos significativos, tanto a nível nacional como internacional: eleitorais europeias, regionais da Madeira, legislativas, regionais dos Açores e presidenciais, novos movimentos sociais e o impacto da pandemia SARS-CoV-2.

O Bloco de Esquerda preparou-se para o novo ciclo político com a elaboração de um programa para o país, que contou com amplos contributos e que apresentou propostas consistentes de investimento e transformação para responder às crises deste tempo: emprego, habitação, clima, território, direitos.

No final da legislatura 2015-2019, o PS optou por se afastar dos acordos feitos no início da legislatura, aprovando legislação laboral com o PSD. O Bloco tornou-se o alvo preferencial dos ataques do PS, conseguindo ainda assim, nas europeias, duplicar o resultado face a 2014 e recuperar o grupo parlamentar europeu ao eleger dois eurodeputados. Na campanha das legislativas, o PS voltou ao apelo à maioria absoluta agitando o perigo da “ingovernabilidade” do país sob a influência do Bloco. As eleições acabaram muito marcadas pela reconfiguração da direita com a eleição de um deputado ultraliberal e outro de extrema-direita. O PS venceu as eleições sem maioria absoluta e o Bloco conseguiu manter o grupo parlamentar de 19 deputados e deputadas. O PS recusa qualquer acordo com o Bloco e afirma explicitamente que não aceitará qualquer avanço à esquerda na legislação laboral. Começa assim um novo ciclo no Parlamento, de governo minoritário do PS sem acordo de maioria. Aceitando negociações pontuais, o Bloco viabilizou o primeiro OE da legislatura, com base num acordo de reforço do SNS que o governo nunca cumpriu. Face à pandemia, o Bloco viabilizou ainda um Orçamento Retificativo para permitir o aumento da capacidade na saúde e apoio social. Mais uma vez, o governo não cumpriu. O PS optou por uma governação apoiada no PSD (sobretudo em matérias de regime: lei eleitoral, CCDR, diminuição da fiscalização do governo pelo parlamento, tribunais superiores) e no PCP (que aprovou o Orçamento do Estado para 2021).

Deste ciclo político fizeram também parte as eleições para a Assembleia Regional da Madeira, em que o Bloco não resistiu à bipolarização e perdeu a sua representação. A candidatura de Paulo Cafôfo pelo PS, que encabeçara como independente a coligação que conquistou a Câmara do Funchal ao PSD, mobilizou muito do eleitorado tradicional do Bloco. O PSD perdeu a maioria absoluta e governa agora com o CDS.

Nos movimentos sociais, os dois últimos anos também marcam um novo ciclo político. Novas gerações dão novo protagonismo e uma nova dimensão global a lutas fundamentais. O Bloco participou e apoiou estes processos.

A Greve Feminista Internacional constituiu-se em 2017 como resposta ao femicídio na Argentina. Rapidamente se estendeu à Europa e ao resto do mundo. Partindo da resposta à violência contra as mulheres, passou a colocar no centro a reivindicação feminista e anticapitalista sobre os processos de reprodução social. Em Portugal ganha expressão em 2019, como reação à violência de género e sob o impulso da indignação com os acordos de Neto Moura. Nesse ano multiplicam-se as iniciativas de protesto e o 8 de março conhece a sua maior manifestação de sempre.

A Greve Climática Estudantil surge em agosto de 2018, por ação de Greta Thunberg, e estende-se por todo o globo, engrossando o movimento climático e constituindo-se para toda uma geração como primeira experiência de ativismo. Ao colocar no centro das suas preocupações a rejeição do modelo extrativista e a solidariedade com o Sul global, constituiu-se como um

movimento anticapitalista. Em Portugal este movimento foi responsável pela maior manifestação de jovens estudantes das últimas décadas, a 15 de março de 2019.

Em janeiro de 2019 tem lugar a primeira manifestação expressiva de afrodescendentes em Lisboa. Milhares de jovens negros ocupam a Avenida da Liberdade em protesto contra a violência policial no Bairro da Jamaica, apanhando de surpresa até o movimento antirracista. Em 2020, o apelo do movimento norte americano Black Lives Matter ganha dimensão internacional na sequência da divulgação do homicídio de George Floyd às mãos da polícia. Em Portugal, onde a agressão policial a Cláudia Simões causa uma onda de choque e indignação, é realizada a maior manifestação antirracista de sempre em junho de 2020. Um mês depois, o homicídio racista de Bruno Candé, levará a novas mobilizações. O movimento anti-racista foi o único a conhecer um pico de mobilização desde março de 2020, quando se iniciou o primeiro confinamento sob a pandemia SARS-CoV2. Desde então, o seu impacto nos movimentos sociais será profundo.

O movimento sindical, já fragilizado, sofre ainda as consequências do congresso da CGTP que, em fevereiro de 2020, ditou um maior fechamento da central sindical. Trabalhadores com vínculos precários são quem sente o primeiro impacto da crise pandémica e não existe organização ou resistência. Já no campo sanitário, o SNS mostra a sua resiliência e enorme capacidade de adaptação. O debate político fica condicionado pela resposta à crise.

Logo na primeira fase de confinamento, o Bloco organizou a conferência online “Vencer a Crise”, que juntou dezenas de especialistas e ativistas, para atualizar o seu programa face aos efeitos da pandemia. Na sequência desse trabalho, a Mesa Nacional promoveu uma reunião alargada às coordenadoras distritais e setoriais onde debateu a crise a assumiu a responsabilidade da construção e disputa de uma resposta à esquerda: “um programa de esquerda anticapitalista, popular e socialista na resposta à crise, com três compromissos fundamentais: i) não deixar ninguém para trás nas medidas de emergência; ii) forte investimento público e recuperação de mecanismos de soberania económica; iii) uma intervenção pública determinada para redirecionar a economia, responder à crise climática, reconstruir direitos do trabalho e criar emprego. Este programa é um instrumento de luta. As próximas disputas eleitorais, regionais dos Açores, presidencial e autárquicas, devem servir para a afirmação desta alternativa.”

Simultaneamente o Bloco lançou e mantém a plataforma despedimentos.pt, uma ligação ao mundo do trabalho para visibilizar e combater a vaga de abusos patronais registados desde o início da pandemia e o isolamento dos trabalhadores. Foi possível organizar, e mesmo vencer, lutas por direitos com trabalhadores da segurança privada ou desempregados excluídos de apoio. Também o grupo de trabalho sobre saúde do Bloco manteve regularidade, incluindo com não aderentes, permitindo a monitorização e elaboração de propostas sobre a resposta sanitária e as condições do SNS. O grupo autárquico preparou propostas de apoio social de emergência, apresentadas em todo o país e executadas, com sucesso, pela nossa vereação em Lisboa. No parlamento, as propostas centram-se no reforço da saúde, defesa do emprego e mecanismos de justiça na resposta à crise.

A pandemia alterou o debate político nacional e internacional. Nas eleições regionais dos Açores, o aumento de participação leva o PS, que governava há mais de duas décadas com maioria absoluta, à derrota nas eleições. O Presidente da República patrocina um governo de direita com apoio parlamentar da extrema-direita. O Bloco, que renovou os seus dirigentes regionais, aumenta a votação e mantém o grupo parlamentar de dois deputados.

Nas eleições presidenciais, realizadas no auge da terceira vaga pandémica, o candidato da extrema-direita obtém um resultado bem mais expressivo do que nas legislativas e toda a esquerda perde votos. O eleitorado do centro e da esquerda concentra os votos no Presidente recandidato, que obtém uma vitória esmagadora à primeira volta. A candidatura de Marisa Matias fica a menos de metade dos votos obtidos nas presidenciais de 2016. Apesar do mau resultado, a campanha mobiliza jovens empenhados nas lutas climáticas, feministas e antirracistas, que têm a sua melhor expressão na candidata do Bloco. No rescaldo das eleições presidenciais, registam-se centenas de novas adesões, com forte preponderância de jovens.

Na União Europeia, logo no início da pandemia, anunciam-se programas comuns de resposta à crise económica cuja concretização ainda não está definida. No campo da saúde, os acordos públicos com as farmacêuticas permitiram o desenvolvimento em tempo recorde de vacinas contra a Covid, mas a produção privada, sob patente, prova-se incapaz de assegurar a rapidez e a universalidade da sua distribuição.

O Bloco manteve um amplo diálogo com outras forças de esquerda, a nível europeu e internacional, na construção de respostas à crise e faz parte do movimento para a quebra de patentes e universalização da vacina contra a Covid.

Consultar o calendário das atividades centrais do Bloco de Esquerda:

[Calendário atividade central - Documentos Google](#)

## **2. Reuniões e deliberações da Mesa Nacional**

No presente mandato, a Mesa Nacional reuniu 17 vezes.

A 24 de novembro de 2018, discutiu e aprovou o regulamento da Mesa Nacional, do departamento internacional, da assembleia de autarquias e do seu grupo executivo e elegeu a Comissão Política. Aprovou ainda o nome da Marisa Matias como primeira candidata do Bloco de Esquerda às eleições europeias de 2019. A resolução política aprovada teve como primeiro ponto: “A proposta de Orçamento de Estado para 2019”.

A 16 de fevereiro de 2019, procedeu à discussão e votação da lista de candidatas/as e do manifesto eleitoral a ser apresentado às eleições europeias; discussão e votação do orçamento anual do Bloco de Esquerda; da composição da Coordenadora Nacional do Trabalho; dos regulamentos referentes à Coordenadora Nacional de Jovens, Comissão de Direitos e ao processo de eleição das Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias.

A 7 de abril de 2019, a Mesa Nacional aprovou a resolução política cujo primeiro ponto refere o Bloco como “alternativa ao bloco central nas eleições europeias de 26 de maio”. Procedeu ainda à discussão e votação do regulamento para a escolha dos candidatos às eleições legislativas por parte das assembleias distritais e regionais.

A 15 de junho de 2019, a Mesa Nacional discutiu e votou a prestação de contas anual de 2018, assim como as listas de primeiros candidatos às eleições legislativas de 2019 dos círculos eleitorais de Aveiro, Braga, Setúbal e Europa. A resolução política contemplou os pontos de mobilização contra as alterações climáticas, pelo direito à habitação e pelos direitos dos cuidadores informais.

A 6 de julho de 2019, a Mesa Nacional aprovou o programa eleitoral do Bloco de Esquerda às legislativas de 2019, assim como as listas à Assembleia da República e à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

A 19 de outubro de 2019, aprovou a resolução política sobre os resultados das legislativas que “confirmaram o Bloco de Esquerda, de forma consistente, como a terceira força política em Portugal”. A Mesa Nacional procedeu ainda à votação da lista de delegados ao Congresso do Partido da Esquerda Europeia.

A 4 de janeiro de 2020, a Mesa Nacional procedeu à discussão e votação do Orçamento anual do Bloco de Esquerda. A resolução política teve como primeiro ponto a proposta de Orçamento para 2020 apresentada pelo governo.

A 2 de fevereiro de 2020, aprovou o processo preparatório da XII Convenção, aprovando também a resolução política com um ponto referente às negociações do Orçamento de Estado para 2020 e outro convocando o “Fórum das Lutas”.

A 18 de abril de 2020, a Mesa Nacional, já em formato virtual, discutiu e votou a proposta de resolução política cujo primeiro ponto afirma “a resposta à pandemia é sanitária, social e económica”. Face à crise pandémica, a Mesa Nacional decidiu a suspensão dos prazos e regulamento relativos à XII Convenção Nacional, bem como das eleições distritais e concelhias.

A 7 de junho de 2020, em formato virtual, a Mesa Nacional aprovou respostas à crise económica provocada pela pandemia, e questões atinentes às negociações do Orçamento Suplementar e as atividades políticas do partido. Aprovou também o cancelamento do processo de realização da XII Convenção Nacional, remetendo nova convocação para a reunião da Mesa a realizar em outubro.

A 11 de julho de 2020, em formato virtual e alargada a participação das comissões coordenadoras distritais, a Mesa Nacional analisou os impactos provocados pela pandemia ao nível social e económico, em Portugal e no mundo, assim como a mobilização das respostas necessárias. Foi aprovado o relatório de contas de 2019.

A 6 de setembro de 2020, em formato virtual, a Mesa Nacional discutiu a situação política e aprovou o projeto de resolução referente à candidatura do Bloco de Esquerda às eleições à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



A 25 de outubro de 2020, em formato virtual, a Mesa Nacional fez o balanço das negociações com o Governo sobre o Orçamento do Estado para 2021, aprovando por unanimidade a indicação de voto contra o Orçamento de Estado para 2021 na generalidade.

A 25 de novembro de 2020, em formato virtual, a Mesa Nacional confirmou o voto contra no Orçamento de Estado para 2021.

A 30 de janeiro de 2021, em formato virtual, a Mesa Nacional fez o balanço das eleições presidenciais. A resposta do Bloco à crise na saúde, no trabalho, na economia e na sociedade são alguns dos temas da resolução política aprovada.

A 6 de março de 2021, em formato virtual, a Mesa Nacional discutiu e aprovou a proposta de Orçamento do Bloco de Esquerda para 2021. Discutiu e votou propostas de alteração aos estatutos, alterações ao regulamento da XII Convenção e aprovou o respetivo regimento.

### 3. Comunicação

Desde a última Convenção foram produzidas 7 edições do **jornal Bloco**, com uma tiragem média de 300.000 exemplares. A estes jornais, somam-se as duas edições relativas às campanhas legislativa e presidencial, com 1,6 e 1,2 milhões de exemplares, respetivamente.

Nesse mesmo período, foram produzidas 13 edições de **mupis**, com uma tiragem média de 2300 exemplares, assim como 12 edições de **outdoors**, com uma tiragem média de 175 exemplares.

Desde a última Convenção, em novembro de 2018, até ao início de março de 2021, as páginas do **Esquerda.net** somaram 10 milhões de visualizações e 7.64 milhões de visitantes: 2.3 milhões em 2019 (6.311 visitas/dia), 4.41 milhões em 2020 (12.092 visitas/dia) e 713 mil nos primeiros dois meses e meio de 2021 (10.050/dia). O confinamento, com o consequente aumento do tráfego na internet contribuíram para este aumento no último ano. Entre os temas mais lidos, contam-se os artigos relacionados com a extrema-direita, denúncias de casos de abuso patronal ou o guia de direitos laborais.

Além do noticiário nacional e internacional, dos dossiers temáticos e das traduções de artigos de reflexão - os conteúdos habituais desde o início do portal - iniciámos a publicação regular de vários **podcasts**: música portuguesa em "Os Cantos da Casa", atualidade canábica no "Quatro e Vinte", registo de debates e conferências no "Mais Esquerda", leitura de artigos longos no "Alta Voz" e conversas conduzidas por Fernando Rosas no "Convocar a História". Em 2019 demos um novo impulso à secção "Esquerda com Memória", com conteúdos regulares relacionados sobretudo com as lutas contra o fascismo e a Guerra Colonial.

No mesmo período - entre meados de novembro de 2018 e meados de março de 2021 - o site bloco.org contou com 773 mil visualizações de páginas e 292 mil visitantes (média de visitas diárias: 430 em 2019, 214 em 2020, 678 em 2021) e o site do grupo parlamentar com 232 mil visualizações e 150 mil visitantes (média de visitas diárias: 194 em 2019, 156 em 2020 e 174 em 2021). Ambos os sites vão sofrer uma remodelação gráfica no primeiro semestre deste ano.

O mandato da Mesa Nacional que agora chega ao fim marca uma viragem de página na intervenção e estruturação da intervenção do Bloco de Esquerda nas **redes sociais**.

O Bloco de Esquerda atua hoje de forma sistemática e planeada nas principais plataformas digitais através dos perfis do Esquerda.net, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e, mais recentemente, dos perfis partidários do Bloco de Esquerda. A esta ação somam-se perfis concelhios, distritais e regionais ou setoriais, de que são exemplo os perfis dos Jovens do Bloco. Todos os meses, este esforço militante digital leva a mensagem do Bloco de Esquerda a centenas de milhares de pessoas.

Esta intervenção permitiu, principalmente durante períodos eleitorais ou de confinamento, servir de megafone das principais propostas do Bloco de Esquerda, bem como do seu projeto alternativo. Em todas as campanhas eleitorais, a interação e o alcance das publicações das redes do Bloco de Esquerda ocuparam lugares cimeiros na comparação com outras candidaturas.

Para conhecer a evolução dos seguidores e posts com maior divulgação:

[https://docs.google.com/spreadsheets/d/1U93YamRBBEY4v8P\\_4QtMCN9Phmb4hFHefjeO67OERdg/edit#gid=102806730](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1U93YamRBBEY4v8P_4QtMCN9Phmb4hFHefjeO67OERdg/edit#gid=102806730)



O site **Despedimentos.pt** foi criado a 23 de março de 2020 para registar casos de abusos patronais durante o confinamento e recolher denúncias de trabalhadores, tendo recebido centenas de denúncias sobre situações de incumprimento das regras do lay-off e do teletrabalho, férias forçadas e despedimentos em tempo de pandemia. Durante quase um ano de funcionamento, teve 472 mil visualizações de páginas e 307 mil visitas (866 visitas/dia). Este trabalho de recolha deu origem à compilação das queixas e a sua entrega às delegações distritais da Autoridade para as Condições do Trabalho. Até ao final de Março de 2021 (cerca de um ano de site) foram recebidas mais de 1600 denúncias e foram publicadas cerca de 400 situações de abuso.

Durante este mandato, foi lançado o **Interior do Avesso**, uma plataforma online de divulgação e pensamento sobre a interioridade, as dicotomias entre litoral e interior, regiões de alta e baixa densidade, urbano e rural, e que tem servido como ferramenta agregadora de ativistas e coletivos das mais variadas causas, nestes territórios. Tem sido essencial na criação de novas pontes com pessoas e localidades.

A primeira iniciativa promovida pelo Interior do Avesso foi a apresentação do projeto e lançamento do site com a presença da Catarina Martins em 2019 em Viseu. Cerca de um ano depois, em 2020, começaram a ser promovidas iniciativas online com transmissão em direto no Facebook, sob a designação Encontros do Avesso. Também em 2020 começaram a ser realizadas entrevistas em formato vídeo a diversos agentes culturais do interior, o que teve continuidade em 2021. Foram ainda produzidos conteúdos especiais em vídeo, através de parcerias, como os testemunhos em vídeo sobre os 15 anos da manifestação STOP Homofobia em 2020 (parceria com a Plataforma Já Marchavas) e as 6 atuações das Sessões Sementeira - Apoio Marisa Matias, em parceria com a Sementeira.

Além do acompanhamento diário das estruturas do Bloco, das parcerias com movimentos e dos textos de opinião, o Avesso pegou em assuntos ignorados pela comunicação social local, como muitas denúncias de abusos ambientais - que terá uma página própria para o efeito brevemente -, bem como de abusos laborais e o acompanhamento de atividades sindicais.

No primeiro ano, 2019, e com dados desde 31 de março, o Interior do Avesso teve 57.466 visualizações e 5.053 gostos na página do facebook. No ano de 2020 houve reformulação do projeto que potenciou o alcance levando a um total de 369.297 visualizações de conteúdo no site web e a 12.831 gostos na página do facebook. Nos dois primeiros meses de 2021 conta com 41.498 visualizações e 13.298 gostos na página do facebook. O Interior do Avesso conta ainda com contas no Instagram, Twitter e Youtube.

#### **4. Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda**

O período imediatamente após a XI Convenção do Bloco de Esquerda foi marcado pelo fim da XIII Legislatura, período em que existiu um acordo entre o Bloco de Esquerda e o PS para recuperação de direitos e rendimentos que as direitas e a troika tinham atacado. Esse último ano foi uma pálida imagem desse processo, mais marcado pela intenção do PS de se afastar dos partidos à sua esquerda do que pelo aprofundamento do caminho anterior.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou, na última sessão legislativa da XIII legislatura, 56 projetos de lei, 99 projetos de resolução, 22 apreciações parlamentares a decretos-lei do Governo e 1 projeto de deliberação. Deste caudal legislativo, destaca-se a apresentação das iniciativas sobre as Leis de Bases da Saúde e da Habitação, iniciativas estruturantes e em que foi possível introduzir a defesa de direitos fundamentais.

Foram realizadas jornadas parlamentares em Aveiro, em janeiro 2019, momento para apresentação de um imposto sobre as multinacionais dos serviços digitais, que foi debatido no parlamento em agendamento potestativo próprio. Também em agendamentos potestativos ao longo do primeiro semestre de 2019, foram debatidas iniciativas sobre o fim das propinas no Ensino Superior, as normas orientadoras do Plano Ferroviário Nacional e a dispensa da cobrança de taxa moderadora nos cuidados de saúde primários.

O alinhamento do PS com os partidos da direita levou a alterações danosas dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente no alargamento abusivo do período experimental. Essa proposta, inconstitucional, motivou um pedido de fiscalização sucessivo ao Tribunal Constitucional, assinado pelas deputadas e deputados do Bloco de Esquerda, PCP e PEV.

## XIV LEGISLATURA

As eleições legislativas de 2019 trouxeram mudanças ao quadro parlamentar, mantendo o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a mesma dimensão de 19 deputados e deputadas, a terceira força política no país e no parlamento. O início da XIV legislatura foi marcado pelo debate sobre o Orçamento de Estado para 2020, viabilizado com a abstenção do Bloco de Esquerda. O debate orçamental expôs já a mudança do PS face aos partidos à esquerda e agravou as limitações que eram impostas ao investimento público e às políticas de valorização de rendimentos - disso é exemplo máximo a rejeição da proposta do Bloco de Esquerda redução do IVA da eletricidade. No entanto, ainda não estava em vigor o OE 2020 e o país já tinha entrado no período pandémico, o que trouxe alterações profundas ao trabalho parlamentar.

Ao longo do último ano a pandemia ditou os tempos do país e do mundo. Pela primeira vez no quadro constitucional democrático foi instituído um Estado de Emergência, o que foi repetido por mais de uma dezena de vezes. O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda viabilizou todos os períodos do Estado de Emergência por reconhecer que as medidas de restrição de mobilidade eram fundamentais para conter a evolução pandémica, mantendo a exigência para a execução de medidas sociais e económicas que limitassem os efeitos negativos da redução da atividade económica e o reforço dos serviços públicos.

Na presente legislatura, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou 137 projetos de lei, 224 projetos de resolução, 17 apreciações parlamentares a decretos-lei do Governo e 1 proposta de inquérito parlamentar. O foco principal da produção legislativa foi a resposta às urgências impostas pelos efeitos da pandemia.

As consequências financeiras da gestão do Novo Banco, para lá da proposta de inquérito parlamentar, foram também abordadas pela marcação de um debate de atualidade. Foram realizados debates potestativos sobre política de comissões bancárias da Caixa Geral de Depósitos e número máximo de alunos por turma na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário. As interpelações ao Governo foram sobre a recuperação do controlo público dos CTT e a resposta à COVID-19 na Grande Lisboa nos transportes e na habitação. No final do primeiro semestre de 2020 foi agendado um debate de urgência sobre Justiça climática e saída para as crises.

## 5. Região Autónoma da Madeira

A Convenção de 2018 elegeu para a Mesa Nacional 6 aderentes do Bloco/Madeira. Na Assembleia Regional tínhamos 2 deputados e na Assembleia da República 1.

Durante o ano desenvolvemos em média duas atividades semanais com cobertura da RTP-M. Em 2019 todas as atividades estavam direcionadas para as eleições legislativas regionais e nacionais. A denúncia dos monopólios e das situações de privilégio em que se traduzem marcou a caminhada para as regionais. Foi lançado um cartaz em prol da ligação marítima ao continente para passageiros, gerida pelo Estado. Outros temas foram as concessões rodoviárias, o porto de mercadorias, as ligações marítimas ao Porto Santo; a concessão da gestão do CINM, sempre com propostas em defesa do interesse público, da transparência e escrutínio das decisões do governo regional.

Foram feitas várias atividades em 2019 mas a mais relevante foi uma sobre a violência no namoro, onde se colocaram sinais alusivos à não-violência em frente a todas as escolas de segundo ciclo e secundárias da região, no dia dos namorados. Foi uma campanha muito falada e aplaudida.

Nas regionais de 2019 perdemos a representação no parlamento regional e na Assembleia da República.

Em março de 2020 realizou-se a Convenção Regional, que elegeu uma coordenadora de 10 elementos. Poucos dias depois iniciava-se o confinamento, que fechou a Madeira ao exterior, deixando de receber turistas.

No final de 2020, as atividades do Bloco foram dirigidas para a campanha presidencial e para a preparação das eleições autárquicas.

## 6. O Bloco nas Autarquias e no Trabalho Local



O *Grupo Executivo de Apoio Autárquico* pretende apostar na formação, acompanhamento e desenvolvimento da atividade dos Eleitos Locais, respondendo a dúvidas, dando formações em conjunto com especialistas, dirigentes e deputados do Bloco de Esquerda das respectivas áreas e apoiando as concelhias no seu trabalho autónomo. As peças são enviadas frequentemente e informações ou notícias são minutas/sugestões configurando apenas bases de trabalho que pretendem auxiliar o trabalho local

Atualmente, este grupo, eleito pela Mesa Nacional, é composto por José Machado Castro, Deolinda Martin, Paulo Sousa, Fabian Figueiredo, Helena Pinto, Marco Marques Neves, Margarida Grilo, Francisco Morais, Salomé Ventura e Susana Constante Pereira que são, na sua maioria, eles próprios Eleitos Locais com vasta experiência na atividade política.

O Grupo presta ainda todo o apoio necessário à atividade Autárquica, explanando as posições adotadas pelo Bloco de Esquerda, esclarecendo dúvidas, auxiliando na elaboração de requerimentos, moções e votos, emitindo pareceres legais e auxiliando nas queixas a apresentar junto de entidades administrativas, tribunais e procuradoria geral da república.

Responde a centenas de pedidos de autarcas e dá apoio jurídico a autarcas e movimentos locais, nomeadamente com informação sobre procedimentos administrativos a adotar, requerimentos políticos e requerimentos com perguntas ao Presidente da Câmara Municipal ou de Junta de Freguesia.

Por norma as respostas são dadas no menor prazo possível, 24h a 48h em dias úteis, ainda que possam existir questões que devido à sua complexidade e que necessitem de um estudo mais aprofundado possam demorar um pouco mais.

Relativamente à componente formativa, foram organizadas formações com o intuito de debater as questões atuais ligadas à atividade local.

O grupo encontra-se sempre ao dispor para qualquer questão ou auxílio à elaboração de propostas e esclarecimento de dúvidas no âmbito do trabalho local.

#### **Formações, encontros e debates organizados pelo Grupo Executivo de Apoio Autárquico:**

- Reunião de Vereadoras e Vereadores no dia 24 de fevereiro de 2019, pelas 10:00, na Sede Nacional do Bloco de Esquerda, em Lisboa;
- II Encontro Nacional de Trabalho Local", no concelho da Amadora, no dia 6 de abril de 2019, sábado, o dia todo;
- I Encontro Nacional da Regionalização, no concelho de Coimbra, no dia 7 de março de 2020, sábado
- Reunião do Grupo Autárquico, alargada a todos os vereadores eleitos do Bloco de Esquerda, com a finalidade de trocar experiências de intervenção no quadro da crise COVID 19, a decorrer, através da plataforma online, no dia 30 de abril de 2020, pelas 18h;
- Reunião online com as vereadoras e os vereadores eleitos pelo Bloco de Esquerda no dia 15 de julho 2020, pelas 21h00.
- Formação online sobre Orçamentos Municipais, Fiscalidade Autárquica e Contratação Pública no dia 21 de novembro de 2020, sábado, com início às 15h.
- Formação autárquica online sobre a Taxa de Resíduos Urbanos, no dia 2 de janeiro de 2021, com início às 15h.
- Conferência Autárquica Online, sábado, 27 de fevereiro 2021 com início às 11h
- Várias formações locais organizadas com as coordenadoras concelhias e distritais do Bloco de Esquerda.

#### **Em anexo, os principais documentos e propostas enviados aos autarcas e concelhias pelo Grupo Executivo de Apoio Autárquico**

[https://docs.google.com/document/d/1B5uD-2ZbHsGxaO\\_8bM1nX1kEa2Wi4zrbXSHxSneBr2k/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/document/d/1B5uD-2ZbHsGxaO_8bM1nX1kEa2Wi4zrbXSHxSneBr2k/edit?usp=sharing)

## 7. Coordenadora Nacional do Trabalho

A atual Coordenadora Nacional do Trabalho (CNT) foi eleita pela Mesa Nacional a 16 de Fevereiro de 2019, com uma composição ampla e representativa (50 elementos) dos diversos setores de atividade laborais.

A Convenção assumiu a necessidade de desenvolver a intervenção laboral, tentando responder às dificuldades, aos impasses e até aos sinais de crise do sindicalismo e dos ORT que se manifestam. Apoiando as lutas importantes que se podem constituir como referência para os movimentos dos e das trabalhadoras, e agora em momentos de crise pandémica para que “ninguém fique para trás” para enfrentar a crise económica e social, que se podem constituir como referências para os movimentos dos e das trabalhadoras.

A CNT apoiou as lutas dos Estivadores, dos call centres da NOS e Vodafone, da RhMais e da Randstad, da SONAE das trabalhadoras da limpeza e das cantinas escolares, da hotelaria, das IPSS, dos pedreiros e dos mineiros. Afirmou a importância estratégica do caminho de ferro e apoiou a luta dos seus trabalhadores (visita às instalações da EMEF de Guifões, de Contumil e do Entroncamento, e esteve presente nas greves e concentrações realizadas). Apoiou as lutas e greves dos trabalhadores da Petrogal/Galp de Sines e Matosinhos contra o encerramento das instalações.

A mobilização dos trabalhadores da Bosch em Braga, dos trabalhadores imigrantes do empreendimento de hotelaria Miradouro Ignes e dos trabalhadores da Groundforce são outros dos exemplos em que os militantes do Bloco estiveram presentes. O Bloco tem vindo ainda a intervir sobre as lutas da TAP, em processo de reestruturação e em empresas como a Efacec, contra a sua reprivatização.

A CNT acompanhou ainda a ação dos trabalhadores e do sindicato dos vigilantes privados contra as empresas de “vão de escada” que promovem o dumping laboral, estando presente na concentração dos trabalhadores da Vigilância Privada, junto às IP em protesto contra o incumprimento dos direitos dos trabalhadores da PSG e COPS.

O Bloco de Esquerda promoveu reuniões públicas e online com o apoio da Catarina Martins com desempregados, trabalhadores da Vigilância, da Cultura e das cantinas.

Realizou-se, em Coimbra, um encontro nacional de trabalhadores dos CTT (março 2019), para discutir a situação da empresa. As decisões aí assumidas levaram à organização do núcleo e ao lançamento e apoio de uma campanha contra o encerramento de estações dos CTT, pela reversão da sua privatização e pela sua nacionalização. O Bloco apoiou a greve dos CTT em solidariedade com o trabalhador Neto Cunha, com a produção de um folheto.

A CNT acompanhou a eleição para a CT da Autoeuropa, para a CT da CP (incorporando a EMEF) e para a CT da RTP, ajudando a lançar o processo da CT do Minipreço e da Comissão Municipal do Seixal, mantendo um diálogo próximo com a Comissões de Trabalhadores da EFACEC Energia e Engenharia da Maia, entre outras.

A CNT promoveu a realização do **Encontro Nacional de CT**, em fevereiro de 2020, que reuniu algumas dezenas de ativistas e membros de CT de vários sectores e zonas do país.

O Bloco de Esquerda participou nas Greves Feministas, nas manifestações centrais e descentralizadas da CGTP, nas eleições para o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa; no Sindicato Trabalhadores Comércio, Alimentação, Bebidas e Afins, para o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Segurança e Solidariedade Social e do SINTTAV.

Por último, a CNT lançou o debate para a abordagem ao **XIV congresso da CGTP** que se realizou nos dias 14 e 15 de Fevereiro de 2020, envolvendo-se na sua preparação em vários debates presenciais e via on-line, lançando ainda um manifesto (apresentado em sessões públicas em Lisboa e no Porto, pelos seus promotores) subscrito por vários camaradas militantes sindicais do Bloco, bem como outros sindicalistas.

Os ativistas sindicais do Bloco participaram ativamente nas eleições europeias e legislativas e europeias, ajudando à mobilização do jantar laboral, que juntou 400 ativistas em Penafiel. Em ambas as ocasiões foram apresentados manifestos de apoio às candidaturas do Bloco por parte de ativistas sindicais de todo o país.

Formação:

- O Curso de formação em Direito do Trabalho e Conflitos Laborais, em articulação com a CULTRA e sindicatos, no Porto,



teve a participação de mais de 100 pessoas. Esteve agendado para Lisboa um segundo curso, com local e oradores confirmados e já muitas dezenas de inscrições, mas devido à pandemia foi cancelado.

- O Debate online “Teletrabalho e trabalho para as plataformas: Como regular?”, a 12 de dez. 2020
- O Debate on-line “O Impacto da Pandemia nos Sindicatos e das CT”, a 4 de março de 2021.

A CNT manteve reuniões regulares do seu secretariado, composto por 12 pessoas, para assegurar quer a concretização deste conjunto de iniciativas, quer para articular a intervenção sindical e política, quer para promover as várias reuniões sectoriais e debates públicos, ou para organizar a participação em iniciativas do Bloco e atos eleitorais. Contudo, o plenário da CNT, alargado territorial e tematicamente, não reuniu com a periodicidade inicialmente prevista. Destaca-se nesta componente da atividade:

- Realização de reuniões setoriais e temáticas: trabalhadores Altice; call centers; Banca; RTP; Enfermeiros, outsourcing, contratação coletiva, entre outros temas, professores, vigilância privada.
- Boletim Informação/Formação dos ativistas nas empresas e setores.

## 8. Coordenadora Nacional de Jovens

Eleita na VII Conferência de Jovens do Bloco de Esquerda, a Coordenadora Nacional de Jovens (2019-2021) é composta por 7 elementos eleitos pela Moção S, 3 elementos eleitos pela Moção L e um elemento eleito pela Moção C:

A Coordenadora Nacional de Jovens 2019-2021 eleita na VII Conferência de Jovens era, então, composta por:

Mafalda Escada

Sara Azul

Pedro Loução

Catarina Figueiredo

Mariana Olho Azul

Tomás Marques

Gabriela Morais

Francisco Pacheco

João Patrocínio

Rafaela Suzano

Francisco Pascoal

O mandato da Coordenadora de Jovens fica marcado pela impossibilidade, ao longo de praticamente todo o ano de 2020 e 2021, da realização de atividades presenciais.

### INCONFORMAÇÃO:

Organizado em conjunto com o grupo de Jovens de Braga, o Inconformação 2020, realizado na cidade de Braga, contou com a presença de cerca de 60 participantes. A situação pandémica impossibilitou a realização do Inconformação de 2021, um ciclo de debates online foi realizado por volta das mesmas datas em direto das redes dos Jovens do Bloco.



### ACAMPAMENTO LIBERDADE:

Contando com cerca de 150 inscritos, o Liberdade 2019 realizou-se no Parque de Campismo de Castelo de Bode no município de Abrantes. O número de inscrições fica aquém do número de inscritos que poderemos ter capacidade de acolher e do esperado para um evento que implica um investimento considerável. A redução do número de debates e a introdução de um plenário de encerramento com a presença da Coordenadora do Partido revelaram-se apostas ganhas na organização do Acampamento. Identificados alguns problemas com o Parque de Campismo, a Coordenadora de Jovens ficou de procurar, em conjunto com a equipa de produção, espaços alternativos para a realização do Acampamento.

Impedidos pela situação pandémica da realização do Liberdade no verão de 2020, a Coordenadora optou pela realização de um pequeno ciclo de debates em direto na página de Instagram dos Jovens do Bloco.

### OUTRAS ATIVIDADES:

A Coordenadora de Jovens procurou facilitar a realização de reuniões distritais de Jovens do Bloco direcionando o crescente número de novos aderentes para as estruturas locais de jovens que auxiliou. Destaca-se o papel da Coordenadora na mobilização de jovens de todos o país para as diferentes campanhas eleitorais.

Debates relativos a diversos temas foram realizados ao longo do ano de 2020 em direto na nossa página de Facebook.

### MATERIAIS PRODUZIDOS/COMUNICAÇÃO ONLINE

As redes sociais dos Jovens do Bloco foram alvo de uma reformulação. Para além da criação de uma conta de Twitter, um conjunto de novas rubricas pensadas por um grupo de trabalho delegado pela Coordenadora marcam um crescimento no número de seguidores e de interações com as nossas contas.

No que à produção de materiais diz respeito destacam-se os dois panfletos direcionados para os jovens desenhados para as campanhas legislativas e presidencial. Construídos com a equipa de comunicação do Bloco, ambos os materiais se destacaram. O Pão e Cravos passou exclusivamente para o online.

### INTERNACIONAL

A Coordenadora de Jovens participou de uma iniciativa a nível internacional: um encontro organizado pela Juventude da Esquerda Republicana Catalã realizado em Girona em novembro de 2019. A realização de um encontro internacional de jovens prevista na moção de orientação política revelou-se impossível perante as restrições impostas pela pandemia.

## 9. Grupo+60

Todas as coordenações apresentaram no início do mandato anual um plano de ação discutido e aprovado em reunião plenária do grupo e publicado no boletim mensal e que globalmente foram cumpridos.

Como é do conhecimento geral, a partir de Março de 2020, devido à pandemia tiveram de ser feitas adaptações ao funcionamento e às atividades desenvolvidas pelo grupo +60, passaram a ser online.

### REUNIÕES MENSAIS DO GRUPO E BOLETIM

- Desde a formação do grupo de trabalho que se realizam reuniões plenárias mensais (atualmente na segunda 3ª feira de cada mês), exceptuando-se o mês de Agosto; a partir de abril de 2020 passaram a realizar-se online, o que alargou o âmbito geográfico dos participantes.
- É publicado mensalmente um Boletim do Grupo+60 no site do BE (<https://www.bloco.org/grupo-60/boletim.html>) e en-



viado aos/às aderentes com +60, onde se dá conta dos debates e decisões das reuniões e próximas iniciativas.

- Com a intenção de alargar a participação no Grupo +60, melhorar a comunicação e de divulgar as propostas do grupo:
- 02 de maio de 2019 – participação na Sessão de esclarecimento em Évora, organizada pela coordenadora distrital de Évora e pelo Grupo +60 com o tema “+60: Organizar, Informar, Lutar”;
- 12 de novembro de 2019 – foi enviada uma carta a todas concelhias dos distritos de Lisboa e Setúbal divulgando a ação do Grupo +60 e pedindo o contacto de um elemento que estabeleça uma articulação com o Grupo +60;
- 24 Março 2020 – foi criada uma página pública de facebook do Grupo +60;

#### REUNIÕES COM O GRUPO PARLAMENTAR

O Grupo +60 tem procurado manter um diálogo regular com o grupo parlamentar do BE, pelo que tem feito no início de cada legislatura uma reunião com @s deputad@s mais ligados à nossas temáticas:

- 13 de Novembro de 2019 – reunião com os/as deputados/as José Soeiro, Isabel Pires e a assessora, em que apresentámos as “Preocupações/Prioridades” do Grupo +60;
- 5 de Maio 2020 – reunião online com os/as deputados/as José Soeiro, Isabel Pires e a assessora, para atualização do caderno reivindicativo do Grupo + 60.

#### ATUALIZAÇÃO DO CADERNO REIVINDICATIVO

Todos os anos o caderno reivindicativo do Grupo +60 é atualizado e divulgado em folhetos.

- 16 de Fevereiro de 2021 – o processo de atualização do Caderno Reivindicativo do grupo para 2021 concluiu-se com a reunião com a Comissão Política do BE com @s camaradas Catarina Martins e Adriano Campos.
- O Caderno Reivindicativo atualizado foi publicado no site do Bloco de Esquerda, no campo destinado ao Grupo +60. (<https://www.bloco.org/media/cadernoreivindicativo2021+60.pdf>)
- 28 de fevereiro de 2021 – foram divulgados a todas as concelhias e distritais os pontos do Caderno Reivindicativo que poderão ser apresentados em propostas autárquicas, introduzidos por uma carta da Coordenação do Grupo dirigida aos/às camaradas.

#### TOMADAS DE POSIÇÃO DO GRUPO E PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES DO BLOCO

Elaborámos várias tomadas de posição/recomendações que demos conhecimento à Comissão Política:

- “Queremos viver com dignidade!”, a 10.12.2019 (Boletim#68);
- “A situação das Estruturas Residenciais para Idosos/Lares”, em 08.04. 2020 (Boletim# 72);
- “Por um modelo alternativo aos lares ! Pela fiscalização rigorosa dos lares !”, a propósito de um projeto de resolução do PSD na AR, a 24.06.2020 (Boletim#74).

A coordenação do Grupo +60 interveio em nome do grupo nas Mesas Nacionais, das quais salientamos:

- 07 de abril de 2019 – apresenta a moção sobre o CSI, aprovada no 3º Encontro do Grupo +60;
- 19 de outubro de 2019 – apresenta uma proposta para que o BE tomasse uma posição mais forte e visível contra a política de agravamento das comissões sobre clientes com rendimentos mais baixos e pensionistas/reformados da CGD, nomeadamente formas de protesto público junto de agências do referido Banco;
- 04 de janeiro de 2020 – intervenção sobre a recomendação “Queremos Viver Com Dignidade”;
- 02 de fevereiro de 2020 – intervenção no sentido da clarificação da posição do Bloco sobre as pensões a constar na reso-

lução política aprovada;

- 14 de Julho de 2020 – apresentação de um documento em que se realça a necessidade de o Bloco de Esquerda dever continuar com a intervenção pública sobre Lares/ Estruturas Residenciais para Idosos;
- 5 de setembro de 2020 – intervenção em que se relembram os direitos dos mais idosos como seres humanos e como cidadãos/cidadãs. Necessidade de alternativas aos lares.

#### PARTICIPAÇÃO NOS PROGRAMAS/ELEIÇÕES

O Grupo +60 tem vindo a reforçar o seu contributo para os programas e outras iniciativas das várias campanhas eleitorais:

- Europeias 2019 - 11 de abril de 2019 – Participação na iniciativa com o tema de “Prioridades para a população sénior: conversa com José Gusmão”, cujo guião foi da autoria da coordenadora Luísa Cabral;
- Legislativas 2019 – Integração de um capítulo com o diagnóstico da situação da população idosa e propostas de medidas; divulgação das propostas em vários suportes;
- Autárquicas 2021 - 27 de fevereiro de 2021 – Participação na Conferência Autárquica do BE, com integração das propostas do grupo no Manifesto Autárquico aprovado e com intervenções da coordenação e outros elementos do grupo; - 28 de fevereiro de 2021 – foram divulgados a todas as concelhias e distritais os pontos do Caderno Reivindicativo que poderão ser apresentados em propostas autárquicas, introduzidos por uma carta da Coordenação do Grupo dirigida aos/as camaradas.

#### SESSÕES/DEBATE PÚBLICOS ORGANIZADOS PELO GRUPO +60

O Grupo +60 tem promovido vários encontros e sessões/debate com ativistas, profissionais e investigadores/as das áreas importantes para as temáticas do grupo.

Passamos a enumerar:

- 13 de dezembro 2018 – realizou-se no Porto, no Mira Fórum, uma conferência com a temática HÁ MAIS VIDA DEPOIS DOS 60, com a participação do orador Júlio Machado Vaz.
- 23 de março de 2019 – realizou-se o 3.º ENCONTRO NACIONAL +60 com o tema Mais Esperança de Vida. Que Qualidade de Vida, com a participação de Catarina Martins, Marisa Matias, José Soeiro, Helena Pinto, Sérgio Aires, Stella Bettencourt da Câmara;
- 19 de maio 2020 – a sessão online com o tema “Que cuidados para os mais velhos?”, no âmbito das sessões “AO ENCONTRO...” transmitidas pelo esquerda.net, com Júlio Machado Vaz e Maria Isaura Ribeiro, com a moderação de Berta Alves do Grupo +60;
- 25 de setembro de 2020 – sessão online, via esquerda.net, com as professoras/es Isabel do Carmo e Manuel Lopes e com a moderação de Isabel Ventura pelo Grupo +60;
- 13 de novembro de 2020 – a sessão online “Lares e Apoio Domiciliário”, com José Soeiro, Teresa Salselas e moderação de Deolinda Martin do Grupo +60.
- 12 de março de 2021 – a sessão online “Como Acabar com a Pobreza entre os Idosos”, com Sérgio Aires e José Soeiro e moderação de Isabel Ventura do Grupo +60.

#### OUTRAS INICIATIVAS

O Grupo +60 tem participado em diversas iniciativas, quer sessões quer concentrações, de associações/organizações de reformad@s e outras.

Participação em reuniões pedidas ao grupo parlamentar e /ou direção do Bloco



- 25 de novembro de 2018 – assistimos à sessão de encerramento do 9º Congresso Nacional do MURPI, em representação do grupo parlamentar do Bloco;
- 08 de Dezembro de 2018 – reunião entre o Bloco e a APRE!, onde o Grupo+60 esteve representado;
- 21 de dezembro de 2018 – presentes numa reunião sobre a situação actual do Estatuto do Cuidador Informal. A reunião foi entre uma delegação do BE (Catarina Martins, Marisa Matias, José Soeiro e Joana Neto) e a Direcção da Associação dos Cuidadores Informais.
- 19 de Setembro de 2019 – integramos a delegação do BE na reunião pedida pela direcção da APRE! para dar conhecimento do seu caderno reivindicativo 2019, no contexto das eleições legislativas 2019.
- 19 de Dezembro de 2019 – Participação na reunião, na Assembleia da República, de iniciativa do BE, com o deputado José Soeiro e uma delegação da APRE!, no seguimento da audição desta associação na 10ª Comissão da A.R. sobre a Petição Pública referente ao Complemento Solidário para Idosos (CSI).

#### PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES NO ÂMBITO ASSOCIATIVO E REIVINDICATIVO

- da APRE! (Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados) – nas “Janeiras Especiais”, junto à residência do 1º Ministro, em janeiro de 2020; em conferências presenciais e online promovidas pela APRE!; em reuniões promovidas pelo GRC (Grupo de Reflexão C) no âmbito da APRE!
- 15 de janeiro de 2020 – presentes na jornada de luta dos/as Reformados/ as organizada pela Inter-Reformados/CGTP-IN e pelo MURPI, em frente à sede da Segurança Social, em Lisboa.
- 19 de janeiro de 2020 – intervenção (como público) no Colóquio/Debate - “A Longevidade um presente-futuro”, organizado pelo Departamento de Aposentados do SPGL.

### 10. Grupo Parlamentar do BE/Açores na ALRAA

Durante o presente mandato da Mesa Nacional o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) teve uma atividade ampla em duas legislaturas distintas em que manteve o seu grupo parlamentar de dois eleitos.

O GP do BE na ALRAA apresentou 42 iniciativas legislativas, das quais 17 projetos de decreto legislativo regional, 29 projetos de resolução e 2 antepostas de lei. Endereçou 69 perguntas escritas ao Governo Regional dos Açores.

Na área da saúde destaca-se a aprovação, por proposta do Bloco, do fim das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde.

Na área do trabalho, destacam-se propostas como a redução do período experimental, o aumento do complemento regional ao salário mínimo e o impedimento de incentivos que permitam a contratação a prazo na Região Autónoma dos Açores. Todas estas iniciativas foram rejeitadas, com exceção da última que caiu com o final da XI Legislatura da ALRAA.

Na área social destacam-se propostas para atenuar o impacto da pandemia, como medidas para proteção das vítimas de violência doméstica, a criação de um apoio regional aos trabalhadores em lay-off, a criação de um regime de apoio extraordinário para os sócios-gerentes de sociedades comerciais, e a criação de medidas regionais de apoio social extraordinário para trabalhadores sem proteção social.

Na habitação foi aprovada uma proposta do Bloco para que os chamados “bairros dos americanos”, abandonados na ilha Terceira, fossem recuperados e incluídos nas atuais respostas de habitação social e no mercado de arrendamento.

Na área da educação continuamos a defender a limitação à contratação a termo dos professores dos Açores – única região do país onde não existe essa limitação –, a revisão dos rácios de atribuição de trabalhadores não docentes nas escolas e, no âmbito das medidas de resposta à pandemia, propusemos a aquisição de equipamentos informáticos para os alunos em

regime de ensino à distância, proposta que foi aprovada.

Continuamos a defender uma administração mais transparente, propondo auditorias às PPPs da região e às contas da SATA e fizemos aprovar a transmissão no site da ALRAA das comissões parlamentares.

Na cultura destaca-se a proposta de criação de uma companhia de teatro profissional nos Açores e uma proposta de recuperação, consolidação e dinamização de património material com interesse histórico de natureza militar na região.

No ambiente, continua a saga da construção da incineradora na ilha de São Miguel, à qual o Bloco continua a opor-se com várias iniciativas legislativas. Destaca-se ainda a aprovação, por proposta do Bloco de Esquerda, da proibição total de utilização do glifosato nos espaços públicos nos Açores.

A presente legislatura iniciou-se com a aprovação do fim do abate de animais saudáveis nos centros de recolha oficial da região, tendo sido do Bloco uma das iniciativas aprovadas, no seguimento de outra já apresentada no início da anterior legislatura.

Defendemos o aprofundamento da autonomia regional em áreas como a gestão do mar e no que respeita a acordos internacionais, com uma anteproposta de lei de revisão do estatuto-político administrativo e projeto de revisão constitucional no âmbito da comissão eventual para o aprofundamento da autonomia da ALRAA, onde também propusemos o aumento da paridade para 40% nas listas candidatas à ALRAA.

Defendemos, ainda antes da pandemia, uma parceria estratégica entre a SATA e a TAP como alternativa à então privatização defendida pelo Governo Regional do PS, com o apoio do PSD.

## 11. Departamento internacional do Bloco de Esquerda

Neste mandato, durante o primeiro semestre de 2019, organizou-se a plataforma eleitoral ao Parlamento Europeu-AGORA O POVO! A plataforma articulou as candidaturas nacionais da France Insoumise, Unidas Podemos de Espanha, Partido de Esquerda da Suécia, Aliança de Esquerda da Finlândia, Aliança Vermelha-Verde da Dinamarca, A Esquerda do Luxemburgo e o Bloco de Esquerda de Portugal. Houve participação de representantes de cada partido nas campanhas dos outros. A plataforma publicou vários textos programáticos conjuntos nos media de referência dos respetivos países. Funciona hoje como um subgrupo do grupo parlamentar A Esquerda (ex-GUE).

A 12 e 13 de setembro de 2019, o Bloco de Esquerda participou nas jornadas parlamentares da Aliança Vermelha-Verde na zona balnear de Karrebaeksmind. A Aliança estava prestes a estabelecer uma “geringonça” na Dinamarca e explicitamos a nossa experiência.

Em novembro de 2019, Luís Fazenda e José Gusmão representaram o BE e o grupo A esquerda do PE, respetivamente, no 7º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (22, 23 e 24 de novembro de 2019, cidade de São Paulo), aquando da libertação de Lula.

Em dezembro de 2019 uma delegação do Bloco, eleita na Mesa Nacional, participou no 6º congresso do Partido da Esquerda Europeia, em Málaga, onde houve reaproximação entre a maioria dos partidos da Esquerda Europeia e os que se tinham apresentado às eleições europeias como Agora o Povo. Para essa reaproximação contribuíram o restabelecimento de um ambiente de pluralismo interno e afastamento do anterior presidente, o respeito pelas posições soberanistas e a circunstância de que se travou o caminho de coligação com o Partido Socialista Europeu como propunham Tsipras e o Syriza. Marisa Matias e Luís Fazenda foram reeleitos para cargos dirigentes do Partido da Esquerda Europeia.

Também em 2019, participámos numa iniciativa do Podemos em Madrid (15 de fevereiro de 2019), no Congresso do Partido Socialista de Esquerda da Noruega (30 e 31 de março de 2019), no Ard Fheis [congresso] Sinn Féin (15 e 16 de novembro de 2019 em Derry, Irlanda do Norte), e no 28º Congresso da Esquerda Republicana da Catalunha (ERC) (21 de dezembro de 2019, Barcelona) e houve contactos com Omnium Cultural, ANC e com membros das CUP (Catalunha, novembro de 2019).

No início de 2020, recebemos um representante dos Democratic Socialists of America (Lisboa, 7 de janeiro de 2020) e participámos no 4º Congresso do HDP - Partido Democrático dos Povos da Turquia (23 de fevereiro de 2020).



De 2 a 8 de março de 2020 decorreu uma visita oficial a Cuba, a convite do Partido Comunista de Cuba, que foi objeto de extenso relatório partidário e reportagem no Esquerda.Net.

Em julho de 2020, houve uma reunião bilateral em Madrid entre o Bloco de Esquerda e a Ministra da Igualdade Irene Montero (Podemos), onde houve troca de experiências nomeadamente ao nível da agenda do combate à violência de género.

Em dezembro de 2020, houve uma Conferência de Imprensa conjunta Bloco de Esquerda - Bloco Nacionalista Galego sobre ferrovia, com a participação de Catarina Martins e de Ana Pontón.

A pandemia veio impedir várias atividades programadas, entre as quais a Universidade de Verão da Esquerda Europeia, que estava a ser organizada em Portugal, adiada para 2022. Face às circunstâncias da emergência sanitária reprogramaram-se muitas reuniões bilaterais entre partidos europeus por via digital, entre as quais as reuniões com o Sinn Féinn (30 de abril de 2020), o EH Bildu (05 de maio de 2020), bem como os debates da Esquerda Europeia que aprovaram um manifesto comum relativo às consequências sanitárias, sociais, económicas e ambientais da crise que foi acelerada pelo Covid-19.

Entre 8 e 28 de novembro realizou-se Fórum Europeu Online (na sequência dos fóruns iniciados em Marselha em 2017, e que juntam esquerda, verdes e progressistas). o Bloco participou nas reuniões preparatórias, Catarina Martins interveio na abertura do fórum online, Fabian Figueiredo participou na sessão “Notícias da linha de frente: combate ao racismo e extrema direita durante a pandemia”, Marisa Matias interveio na sessão intitulada “Aquecimento global: quais as prioridades para uma transição ecológica justa e inclusiva?”.

Estamos a apoiar uma petição de um milhão de cidadãos ao Parlamento Europeu, promovida pela Esquerda Europeia, para tornar as vacinas anti-covid um bem comum livre de patentes. E vários membros do Bloco participam regularmente nos grupos de trabalho da Esquerda Europeia, a saber América Latina, América do Norte, Combate à extrema-direita, África, Economia, Educação, Serviços Públicos, Comunicação. No âmbito do grupo de trabalho da América Latina, temos acompanhado os processos políticos da região, em particular Bolívia, Equador, El Salvador e o referendo constitucional do Chile.

Houve troca de saudações e correspondência com vários partidos, nomeadamente por ocasião dos respetivos congressos.

## **12. Delegação do Parlamento Europeu (Relatório de actividades Julho de 2019 a Março de 2021)**

No actual mandato, o José Gusmão assumiu a Vice-presidência e coordenação da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, integrando ainda a Comissão de Emprego e Assuntos Sociais, a Sub-comissão de Assuntos Fiscais e a Delegação para as relações com os Estados Unidos. Marisa Matias assumiu a Vice-Presidência e a Mesa do Grupo da Esquerda (GUE/NGL), a coordenação da Comissão de Indústria, Investigação e Energia, integrando ainda a Comissão de Assuntos Externos, a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Inquérito sobre o transporte de animais vivos, a Delegação para os países do Maxereque, a Delegação para as relações com a Palestina e a Assembleia para as relações com o Mediterrâneo (Euromed).

Os deputados do Bloco integram ainda os inter-grupos parlamentares: Deficiência (José Gusmão é vice-presidente), Pobreza (Marisa Matias é vice-presidente), Sindicatos, Saara Ocidental, anti-racismo e LGBTQI+. Marisa Matias é a única deputada portuguesa no Grupo de Contacto para a vacina contra a Covid-19 e integra ainda os seguintes Grupos de Interesse: Cuidadores, Saúde Mental e Diabetes.

Num mandato muito marcado pela pandemia, a actividade parlamentar do Bloco não se esgotou no trabalho institucional, tendo abrangido muitas áreas de mobilização pública como a luta feminista, a luta anti-racista e a luta climática. Dedicámos também tempo da nossa intervenção política a casos políticos relevantes como a luta independentista da Catalunha ou a aprofundamento das relações com os Democratic Socialists of America. No quadro da actividade parlamentar, a resposta à crise pandémica dominou o último ano, tendo os deputados do Bloco assumido papéis de relevo na discussão da resposta económica e social e da política de investigação científica. O fundo de recuperação e resiliência e as questões relacionadas com a vacina contra a Covid-19 dominaram os últimos meses. A intervenção política da delegação do Bloco centrou-se na protecção do emprego, no combate às desigualdades e à pobreza e na transição climática. Centralidade também para a defesa dos direitos humanos e para a defesa da democracia e do Estado de direito, num contexto de degradação acelerada no espaço europeu.

Neste primeiro ano e meio de mandato os deputados do Bloco seguiram e concluíram negociações em vários **relatórios** nas respectivas comissões parlamentares. Enquanto autores principais, José Gusmão concluiu o relatório sobre “Orientações para o emprego” e Marisa Matias concluiu o relatório legislativo sobre o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT), integrado no programa de financiamento plurianual da investigação e inovação “Horizonte Europa”.

Além destes relatórios como relatores principais, os deputados seguiram e negociaram vários dossiers em representação do grupo parlamentar como relatores sombra. Destacamos o trabalho desenvolvido pelo José Gusmão nos dossiers relativos ao semestre europeu, Fundo de recuperação e resiliência, sistemas simplificados de taxaço, Fundo Social Europeu, direito a desligar, estratégia europeia para a deficiência e políticas sociais e de emprego na zona euro e o trabalho desenvolvido por Marisa Matias nos dossiers relativos à agenda digital europeia, fundo de transição justa, política de investigação e inovação, governação dos dados digitais, impacto das alterações climáticas nos direitos humanos, biodiversidade, corrupção e estratégias para a educação em contexto de pandemia.

Além do trabalho legislativo, os deputados do Bloco redigiram, apresentaram e discutiram em plenário mais de 40 **propostas de resolução**, das quais destacamos: situação humanitária em Moçambique; protestos contra o racismo na sequência da morte de George Floyd; transportes e turismo; protecção dos trabalhadores transfronteiriços e sazonais no contexto da crise Covid-19; novo quadro financeiro plurianual, recursos próprios e o plano de retoma; disparidade salarial entre homens e mulheres; Pacto ecológico europeu; Estado de direito em Malta na sequência das revelações sobre o assassinato de Daphne Caruana Galizia; emergência climática e ambiental; adesão da UE à Convenção de Istambul e outras medidas para combater a violência de género; situação na Bolívia; direitos da criança no 30º aniversário da Convenção da Nações Unidas sobre os direitos da criança; criminalização da educação sexual na Polónia; patenteabilidade das plantas; situação na fronteira EUA-México; política da UE em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo; estratégia da UE para pôr fim à mutilação genital feminina.

A delegação do Bloco de Esquerda apresentou ainda várias **perguntas à Comissão Europeia**, entre elas: sobre o retrocesso dos direitos das crianças devido às medidas de confinamento; sobre inovação sem recurso a experimentação animal; sobre os cortes no POSEI; sobre a nova incineradora nos Açores; sobre a poluição na Pateira de Fermentelos; sobre a implementação do plano europeu de acção anti-racismo; sobre a ocupação dos territórios palestinos; sobre as descargas poluentes da Cofaco; sobre os dados das pessoas com deficiência na UE; sobre as infrações do governo húngaro em relação às pessoas lgbtiq+; sobre os push-backs de refugiados na fronteira com a Croácia; sobre o envolvimento da Frontex em push-backs ilegais; sobre as inundações no campo de refugiados de Kara Tepe; sobre a perseguição de ONGs na Grécia; sobre a BlackRock; sobre a poluição no rio Vizela; sobre a poluição no rio Sousa; sobre a poluição no rio Ferreira; sobre a detenção de activistas lgbtiq+ na Polónia; sobre a central nuclear de Almaraz; sobre a vacina contra a Covid-19; sobre o branqueamento de capitais e o financiamento de terrorismo; sobre os despedimentos nas companhias aéreas durante a crise pandémica; sobre a morte de Ihor Homeniuk e os abusos de direitos humanos nos centros de detenção; sobre o aterro de Codeço; sobre os abusos de direitos humanos em Cabo Delgado, Moçambique; sobre doenças raras; sobre a Covid-19 e a pobreza energética; sobre a Covid-19 na Faixa de Gaza; sobre o programa português de Vistos Gold; sobre o olival intensivo em Veiros; sobre a extracção de lítio na Serra d’Arga; sobre a monocultura intensiva no Alentejo; sobre o aterro de Sobrado; sobre a poluição no Rio Nabão; sobre a destruição de áreas protegidas em Setúbal; sobre a existência de amianto nas escolas portuguesas; sobre as zonas irrigadas de Mira; sobre o incumprimento da Convenção de Albufeira.

Com o apoio financeiro do grupo parlamentar foram realizados os seguintes **estudos** a pedido da delegação do Bloco de Esquerda: “Ambiguidades na interpretação: A utilização dos Fundos Europeus durante 2014-2020 e o impacto sobre o direito das pessoas com deficiência a uma vida independente; “Financiarização da habitação no sul da Europa”; “Menos iguais que outr@s: As leis que afetam o trabalho sexual e a defesa dos direitos de profissionais do sexo na União Europeia”; “A situação da paternidade e cuidado na Europa”.

Entre as várias **iniciativas presenciais**, destacamos: o encontro sobre habitação, no Porto; audição sobre deficiência no Centro Jean Monet; a inauguração do Espaço João Semedo, em Braga; a conferência “Uberization of the economy/ workers rights”, em Bruxelas. Marisa Matias realizou ainda **missões** ao Sri Lanka, Honduras e aos campos de refugiados a Lesbos, na Grécia. José Gusmão fez uma semana de trabalho de ligação parlamentar na Região Autónoma dos Açores.

A delegação do Bloco apresentou uma **queixa** sobre a contratação da BlackRock pela Comissão Europeia para estudo sobre a integração de objetivos ambientais, sociais e de governação (ESG) nas regras bancárias da UE à Provedora de Justiça Europeia, tendo a Provedora dado razão à queixa.



Foram organizadas várias **sessões online** sobre os vários temas de trabalho. Já em Março de 2021, organizámos o webinar “Vacinas: Quantas vidas vale um negócio”, uma iniciativa que contou com a participação de especialistas de excelência nas áreas do medicamento, saúde pública e direito.

As ligações aos **clubes europeus** nas escolas portuguesas ficaram muito comprometidas com a pandemia, ainda assim os deputados do Bloco participaram em sessões com as seguintes escolas: Escola Secundária Cacilhas-Tejo; Escola Básica e Secundária Quinta das Flores; Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes; Escola Secundária D. Dinis; Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santa Iria; Escola Secundária Eça de Queirós.

## **Moção A**

**SAIR DA CRISE,  
LUTAR CONTRA A  
DESIGUALDADE**



## **SAIR DA CRISE, LUTAR CONTRA A DESIGUALDADE**

**A pandemia expôs as contradições de um sistema capitalista em estagnação. A luta pelo bem comum, ecologista, feminista, antirracista e anticapitalista, é o seguro de futuro da humanidade. Resgatamos a solidariedade dos povos, reivindicamos a força de quem não se verga às desigualdades e à exploração, afirmamos a rebeldia de escolher o nosso próprio destino, construímos a esperança da alternativa socialista.**

À devastação causada pela pandemia da Covid-19, à nova realidade da propagação da doença, à quebra sanitária que afeta as doenças não-Covid e à degradação de serviços públicos, juntam-se as sequelas de mercado: falências, desemprego, quebras salariais, picos de precariedade laboral e habitacional.

Portugal, refém da dívida e dos critérios restritivos de Bruxelas, condena-se a apertar o investimento e à dura redução de rendimentos das classes populares. Depois de um período de recuperação parcial dos direitos cortados pela troika, os setores mais vulneráveis da sociedade voltam a ser lançados no fosso da desigualdade. Esta é a tragédia social, a “resiliência” da concentração da riqueza numa elite que despreza a justiça social.

A experiência da “geringonça”, da qual o PS se afastou e que não quis reeditar, mostrou que era possível uma política que valorize salários, pensões e apoios sociais, mas esbarrou nas metas de déficit impostas por Bruxelas, aliás ultrapassadas pelo Governo.

O Bloco é a garantia de uma alternativa à esquerda que se opõe à desigualdade e se bate por uma política consistente que, na urgência da resposta à crise, promova a criação de emprego e os serviços do bem comum e rejeite a austeridade.

### **1. UMA PANDEMIA QUE MUDOU O MUNDO**

A pandemia acelerou, súbita e brutalmente, a concentração de riqueza que marca o já longo ciclo de estagnação económica. Marcada pela instabilidade financeira e pela rapidez das alterações climáticas, a incerteza global amplia a via de assalto aos bens comuns e novas formas de rentismo. As burguesias radicalizam-se, disponíveis para discursos de ódio e manobras autoritárias na luta pela hegemonia. Enquanto isso, as mudanças sociais no contexto da contenção do contágio marcam o quotidiano de quem trabalha e condicionam a mobilização popular.

### **2. A PANDEMIA EXPÕE A DESUMANIDADE DA GLOBALIZAÇÃO**

Ao cabo de um ano de pandemia, a ditadura chinesa refiz-se do impacto inicial e recupera do choque económico, retomando a disputa da liderança do processo de acumulação de capital. Pelo seu lado, a negação da perigosidade do vírus, feita política de governo pela extrema-direita dos EUA e do Brasil e agravada pela inexistência ou precariedade de serviços de saúde de acesso universal, conduziu a enormes tragédias. A situação é ainda pior para a população dos países mais pobres, discriminada no acesso às vacinas. Com a investigação massivamente financiada por dinheiros públicos, as vacinas deveriam ser consideradas um bem comum, sem a possibilidade de privatização das patentes.

Este processo, em que a proteção dos interesses das farmacêuticas na produção da vacina está acima de qualquer critério de humanidade, foi classificado pela ONU como “uma catastrófica falência moral”. A privação de vacinas, em particular aos países do Sul, criará ciclos pandémicos que afetarão o mundo inteiro, agravando as crises sociais

e económicas e acentuando as desigualdades Norte-Sul e dentro dos próprios países.

Invisibilizada pela crise pandémica, a criminosa gestão da crise migratória no Mediterrâneo prossegue inalterada, expondo a hipocrisia humanitária de uma União Europeia que não se exclui dos maus exemplos internacionais. Internamente, a UE continua a reproduzir desigualdades, secundarizando a coesão. Externamente, financia campos de concentração às suas portas.

A pandemia também não interrompeu disputas regionais que estavam em curso, nem travou o aumento das tensões militares entre as potências internacionais, muito marcado pela nova corrida armamentista. Pelo contrário, criou novas formas de ataque, como o apartheid sanitário ao povo palestino pelo Estado de Israel. A Carta da ONU continua a ser o contrato que define as regras para a paz.

### **3. A CATÁSTROFE CLIMÁTICA SÓ DESAPARECEU DAS NOTÍCIAS**

A economia do abuso conduziu o planeta à crise climática. A destruição dos ecossistemas e a contínua extração de recursos naturais agrava a crise e deixa o território e as populações mais vulneráveis aos efeitos dos eventos climáticos extremos. A progressiva ocupação humana de territórios selvagens incrementa o risco de contacto com novos microorganismos e, portanto, de novas pandemias com efeitos económicos e sociais devastadores.

O regresso dos Estados Unidos da América ao Acordo de Paris é uma boa notícia, mas que nada nos diz sobre o futuro. Os governos continuam a fazer de conta que Paris, se fosse cumprido, seria suficiente. Não seria, e nem mesmo esses objetivos, apesar de insuficientes, a Europa quer cumprir.

A transição energética tem sido usada para camuflar decisões de gestão com efeitos sociais pesados, em vez de configurar uma política de criação e reconversão de emprego para salvar o clima e a economia tornando sustentáveis a produção, o transporte, o consumo e a mobilidade e de combate à pobreza energética.

### **4. FALTA CREDIBILIDADE À RESPOSTA EUROPEIA**

A crise pandémica aprofunda as assimetrias entre os Estados da moeda única. Os fundos para a recuperação económica anunciam-se tardios, insuficientes e, em grande parte, geradores de nova dívida. É certo que o tabu alemão sobre a mutualização de dívida foi parcialmente quebrado. Mas enquanto a economia da Alemanha beneficia de enormes ajudas de Estado, os governos dos países mais endividados submetem-se voluntariamente ao estrangulamento orçamental, por preverem que os défices agora autorizados venham a desencadear pressões austeritárias no futuro próximo. Nem foi quebrado o tabu do financiamento direto do BCE aos Estados, nem estão em causa as regras orçamentais que, crise após crise, se têm revelado contraproducentes. Com estas regras, os recursos financeiros agora mobilizados podem mesmo agravar as assimetrias já existentes na União, como prova a disparidade entre planos nacionais de resposta à crise.

Nenhum programa de reconstrução terá alcance suficiente se não incluir a reestruturação das dívidas soberanas (em particular a dívida que é detida pelo Banco Central Europeu) e a ruptura com os tratados neoliberais que atacam serviços públicos e o investimento dos Estados. Nenhum programa de reconstrução será mobilizador se for capturado por interesses privados e se alimentar a corrupção do regime que recusa criminalizar o enriquecimento ilícito.

### **5. PORTUGAL, O BOM ALUNO PRESO AOS SEUS BLOQUEIOS**

Face à eclosão da pandemia, o Bloco de Esquerda logo reconheceu que, para conter a contaminação e tal como indicado pelas autoridades de saúde, eram necessárias medidas de limitação de contactos sociais, o que implica restrições excepcionais ao direito constitucional de livre circulação. Assim, viabilizamos no Parlamento os sucessivos decretos do estado de emergência. Com o seu voto, o Bloco tem sublinhado que essas restrições não são



acompanhadas de compensações e apoios à altura dos efeitos económicos do confinamento massivo, penalizando as e os trabalhadores e as classes populares.

Foi ainda sob esse prisma que, face ao choque inicial da pandemia, o Bloco viabilizou um Orçamento Suplementar em 2020, estritamente necessário para assegurar o reforço da saúde e proteção social. Que estas medidas tenham ficado, em grande parte, por executar comprova a opção do governo por uma política de contenção, logo quando ela é mais inadequada.

Na negociação do Orçamento do Estado para 2021, o Bloco definiu condições claras que o Partido Socialista recusou:

- efetiva recuperação do SNS, com maior investimento e com carreiras atrativas, que recompensem a dedicação exclusiva de médicos e enfermeiros e retenham o pessoal auxiliar no serviço público;
- reforço consistente da proteção social, com recuperação dos subsídios de desemprego e fixação de apoios que assegurem às vítimas da crise um rendimento acima do limiar da pobreza;
- penalização dos despedimentos sob pandemia e sua proibição nas empresas apoiadas, combate às velhas e novas formas de precariedade laboral e reposição de direitos laborais eliminados pela troika na contratação coletiva, nas regras de indemnização por despedimento, nos dias de férias, no banco de horas grupal;
- rigor face aos abusos da banca, rompendo o tabu que mantém a política financeira governada por acordos de bloco central.

Logo nos primeiros meses de vigência do Orçamento, comprovou-se a sua inadequação nas áreas da saúde, dos apoios sociais e dos abusos laborais, levando o próprio governo a adotar algumas das medidas que, mesmo insuficientes, tinha recusado na negociação com o Bloco.

No futuro imediato, as escolhas orçamentais continuam a decidir-se na resposta àquelas questões, bem como às do investimento público para o emprego e para a transição climática.

A escolha pelo PS de uma via centrista recria uma tática que já vimos falhar em vários países. A aliança que vai dos partidos socialistas aos liberais, de António Costa a Macron, exclui novos avanços sociais do diálogo à esquerda. Sobra apenas a tentativa de chantagem sobre a perda do poder para a direita.

## **6. EM PLENA CRISE, O GOVERNO INSTALA-SE NO CONTINUISMO**

Depois de uma estratégia de provocação e ensaio de crise política, vinda já do final da legislatura anterior, o governo do Partido Socialista tem continuado a procurar impor, em cada negociação, uma estratégia de contenção de despesa. Essa estratégia já era errada antes da pandemia: face à oportunidade da atual conjuntura (juros baixos, menor pressão europeia), o congelamento de investimentos e a manutenção de bloqueios estruturais torna-se parte da catástrofe que Portugal vive. Essas opções parecem ignorar a contínua degradação do SNS e o aumento da pobreza. O desastre está em curso e o fim das moratórias de pagamento de créditos bancários é uma bomba-relógio. Todavia, apesar do investimento público em falta, os lucros das PPP continuam intocáveis e o governo apressa-se a cumprir os 2% do PIB para a Defesa, exigidos pela NATO.

Confortada à direita pelo apoio do Presidente da República e legitimada pelo PCP e pelo PAN, a política de débeis paliativos permite ao PS expandir-se no centro político, que ocupa sozinho desde que o PSD confirmou a sua dependência tácita de uma aliança com a extrema-direita.

## **7. A RECOMPOSIÇÃO DA DIREITA É UMA RADICALIZAÇÃO**

A direita continua minoritária no Parlamento e no país. O CDS desaparece, Rui Rio tenta sobreviver aos partidários de Passos Coelho. Na recomposição em curso, destacam-se dois novos pólos, um de extrema-direita e outro

ultra-liberal, que aliás partilham o mesmo programa económico, assente no favor fiscal aos mais ricos e na privatização dos serviços públicos. A radicalização do conjunto da direita, herdeira da troika, hostil ao Estado social e no caso do Chega abertamente racista, é um processo com correspondência internacional. O mandato de Trump nos Estados Unidos forneceu alento, cultura e recursos a uma corrente que sobrevive ao seu ícone e dinamiza esta radicalização (Liga de Salvini, União Nacional de Le Pen, Vox de Abascal, etc).

Mas não existe qualquer fatalidade democrática que atribua à direita radicalizada um lugar no governo ou um destino de poder. Pelo contrário, ela pode ser derrotada se a potência das alternativas à esquerda lograr responder à maioria e aos setores mais penalizados na crise.

## **8. DESFAZER OS NÓS DA CRISE, RECONSTRUIR O PAÍS**

A criação de um caminho que responda à crise reforça a centralidade de serviços públicos universais e de qualidade, promotores de coesão social e territorial. Esta resposta não se limita a combater debilidades crónicas e só ela é capaz de novas respostas para os desafios deste tempo. O SNS e a Escola Pública são pilares da democracia social.

O Serviço Nacional de Saúde mostrou-se fundamental na resposta à crise pandémica, mantendo a resposta universal mesmo quando os privados fechavam as portas a doentes com Covid-19. O reforço de profissionais é essencial para recuperar a atividade programada que a pandemia adiou e só pode ser conseguido com as medidas para fixar profissionais, impedindo a permanente sangria para o privado. A criação e redefinição de carreiras, com incentivos à dedicação em exclusivo ao trabalho no SNS, é o caminho para garantir direitos de profissionais e utentes. O investimento em infraestruturas e a reorganização dos serviços - centrados no utente, com novas respostas na saúde mental como na doença crónica e para o envelhecimento -, são fundamentais para a modernização do SNS.

A pandemia expôs os estrangulamentos estruturais da Escola Pública. Um futuro de qualidade depende do reforço de docentes e de pessoal não docente, da redução do número de alunos por turma, da garantia do acesso individual a recursos digitais e da gestão participada e coletiva das escolas, garantia democrática sobre os espaços educativos. No imediato, exige programas de recuperação das aprendizagens, sobretudo para as crianças cujo desenvolvimento foi mais afetado pelo confinamento. Não desistimos de lutar por um Ensino Superior e um Sistema Científico como serviços públicos: no horizonte, estão os 3% do PIB para a ciência, o fim das propinas, o alojamento para todos e a democratização do acesso.

A Cultura é parte integrante da democracia; a sua recuperação não se fará sem a garantia de direitos laborais e níveis de investimento público consistentes. Os equipamentos culturais são o princípio de uma rede de serviços para o acesso universal ao Património e às Artes.

Nesta reconstrução, o país deverá adotar políticas de inclusão dos mais velhos, reforçando os atuais apoios sociais, insuficientes para combater a indignidade e a solidão. A pandemia expôs ainda mais a necessidade de políticas públicas: da rigorosa fiscalização da rede de lares à criação de alternativas à institucionalização e de fomento da autonomia, assim como à efetivação dos avanços previstos no Estatuto do Cuidador Informal. As respostas de apoio à família e ao longo da vida não podem ficar dependentes apenas do setor social. Das creches às respostas à terceira idade, é tempo de construir também redes públicas de equipamentos sociais.

A sustentabilidade da Segurança Social e a constituição de fontes alternativas de financiamento são condições para a redução da idade da reforma, central no respeito pelas vidas de trabalho. Deve ser ainda reforçado o apoio a quem perdeu emprego ou rendimentos durante a pandemia, garantindo que ninguém fica para trás. Também as pessoas com deficiência devem ver reforçada a Prestação Social para a Inclusão e concretizada a lei da vida independente.

A modernização da Administração Pública é passo fundamental para o progresso do país, reforçando a celeridade da Justiça e eliminando as barreiras dos custos de acesso, promovendo meios e mecanismos para um combate eficaz à corrupção e ao crime económico, garantindo uma Proteção Civil apta para os desafios do presente, for-



mando forças de segurança rigorosamente defensoras dos direitos fundamentais, livres de elementos racistas e de incursões de extrema-direita.

O plano de reconstrução não pode ser norteado pelas regras do euro e do pacto orçamental, superando a orientação neoliberal que lhes deu origem, garantindo o investimento público criador de emprego e de combate às desigualdades.

Esses objetivos obrigam a políticas públicas fortes que garantam a reestruturação das moratórias dos créditos, em particular do crédito à habitação, com planos de longo prazo para o seu cumprimento, investimento para garantir um parque habitacional à altura das necessidades, acompanhado de uma lei de arrendamento justa e do fim dos regimes de privilégio, impedindo a especulação. Dessas políticas sociais fortes faz parte a recuperação do controlo público das empresas estratégicas.

Dar vida à economia é colocar o investimento público a garantir uma transição justa no combate às alterações climáticas e na promoção da coesão territorial, a manutenção de equipamentos e infraestruturas e a modernização dos setores mais atrasados da economia, dando passos sérios na soberania alimentar. Prevenir o desastre ambiental é recusar o modelo extrativista das monoculturas intensivas e da mineração intensiva, sem estudo de impacto e sem garantias de reposição do ecossistema, como é o caso dos recentes projetos de aproveitamento do lítio.

As secas severas, as grandes ondas de calor, os ventos e as precipitações extremas afetam o país e as populações de forma desigual, agudizando as desigualdades sociais e as assimetrias territoriais. Só uma mudança estrutural da política pública, rumo à justiça climática, poderá permitir a mitigação e a adaptação do território, capacitando as populações para prevenir e fazer frente a estes eventos, evitando a repetição de catástrofes como os grandes incêndios de 2017.

Prevenir a catástrofe climática e defender as pessoas é desenvolver e eletrificar o transporte público, ferroviário e rodoviário, reduzir os automóveis nas cidades, contrariar o despovoamento do interior; adaptar o território e a produção, com uma nova política agrícola e florestal, proteger os recursos hídricos, eliminar os plásticos descartáveis e de uso único, produzir energias renováveis, com foco na solar descentralizada.

## **9. NEM UM PASSO ATRÁS NOS DIREITOS E NA DEMOCRACIA**

A luta por uma sociedade justa e uma cidadania plena para quem dela faz parte, sem discriminações, como as por género, orientação sexual ou pertença étnico-racial, é um processo emancipatório que está longe de estar concluído.

A violência machista, ferida aberta na sociedade, exige um combate sem concessões. Esse combate está intrinsecamente ligado ao fim de todas as discriminações. As mulheres não aceitam que a igualdade se limite à letra da lei e o Bloco, que muito se bateu e conseguiu avanços legais, continuará a responder à diversidade das reivindicações de um movimento feminista que exige transformações sociais.

A pandemia expôs ainda, com toda a violência, a discriminação a que são quotidianamente sujeitas as pessoas mais velhas e as pessoas com deficiência. Uma exclusão silenciosa e que tem de ser denunciada e combatida.

Os avanços ao nível da autodeterminação de género e do respeito pelas diferentes orientações sexuais precisam de ser aprofundados, nomeadamente na relação dos serviços públicos com esta população. Na vida social, é fundamental assumir por inteiro o respeito pelas pessoas LGBTI+.

A emergência cidadã na luta pelos direitos dos homens e mulheres migrantes exige a rejeição da xenofobia, a sua regularização com títulos de residência e a conquista de direitos políticos que lhes permita o voto nas eleições nacionais. De igual modo, as pessoas refugiadas e requerentes de asilo que procuram em Portugal a paz e a proteção que lhes é negada nos seus países – tantas vezes assolados por problemas criados ou tolerados pela mesma Europa-Fortaleza que os rejeita – devem ver os seus direitos respeitados e ser acolhidas com políticas solidárias e

humanistas.

A superação do racismo estrutural como sistema de opressão e discriminação, que reproduz desigualdades e condiciona o lugar que cada pessoa ou comunidade ocupa na sociedade em função da sua pertença étnico-racial, é um imperativo do projeto socialista do século XXI.

A direita radicalizada lança uma odiosa reação política aos objetivos igualitários e tenta forçar o seu recuo pela afirmação violenta do capitalismo, do patriarcado, do racismo, da homofobia e da transfobia. A normalização dessa violência, que tem aliados ao centro, é parte do projeto de reconfiguração e radicalização da direita. O Bloco não aceita nenhum recuo e formará maiorias sociais para combater a agenda do medo.

A tentativa de regressão cultural como vingança do 25 de Abril glorifica o colonialismo e, assim, o racismo que o sustentou. A luta de ideias passa pela desmistificação dessa narrativa que ciclicamente anima o nacionalismo reacionário e que pretende branquear a História e legitimar o imperialismo e as guerras coloniais.

## **10. UMA TRANSFORMAÇÃO NO TRABALHO E NA PROTEÇÃO SOCIAL**

Os acordos celebrados em 2015, entre PS e os partidos à sua esquerda, originaram uma visível descompressão social e o Bloco desenvolveu importantes articulações com setores mobilizados da classe trabalhadora em lutas sindicais e associativas. No entanto, o crescimento abrupto do desemprego e da pobreza e o ambiente de receio que a pandemia instalou, associados às dificuldades há muito identificadas no movimento sindical e ao bloqueio imposto pelo PS à recuperação de direitos do trabalho, são obstáculos que as lutas sociais têm de enfrentar.

A esquerda é hoje convocada para uma grande transformação no trabalho e na proteção social. Em termos programáticos, ela passa por uma agenda estrutural: reconstruir a contratação coletiva, repondo na lei o tratamento mais favorável e acabando com a caducidade unilateral; reduzir o horário de trabalho para as 35 horas, evitando a armadilha da conexão permanente às novas tecnologias e defendendo o direito a desligar; ampliar a agenda de direitos, com o combate à desigualdade salarial e de género e à discriminação dos trabalhadores migrantes, com a regulação dos turnos, da laboração contínua e do teletrabalho, com a exigência de contratos para trabalhadores das plataformas; combater velhas e novas formas de precarização pelo trabalho temporário, a subcontratação, o abuso dos contratos a prazo e a deslaboralização do trabalho, com alterações na lei mas também com a garantia da sua fiscalização e efetividade. Em termos de intervenção, ela implica reconstruir a organização das e dos trabalhadores para a luta de classes, democratizando as estruturas sindicais e promovendo a representação e a auto-organização dos setores mais precarizados, pondo em diálogo sindicatos, comissões de trabalhadores e plataformas e coletivos de precários.

O pleno emprego, ligado à justiça climática e assente em vínculos protegidos, é um objetivo para deslocar a relação de forças social a favor do trabalho, que permite expandir a democracia ao mundo do trabalho e enfrentar a exploração.

Na proteção social, o Bloco bate-se pela convergência progressiva das pensões mais baixas com o salário mínimo, pela fixação da idade da reforma, pelo alargamento e transformação da proteção no desemprego, pela garantia de uma proteção social que tome o limiar de pobreza como patamar mínimo dos apoios sociais, por uma nova política de cuidados que crie respostas sociais públicas em todo o território, acessíveis e promotoras da autonomia.

## **11. JOVENS NAS MUITAS LUTAS**

A mobilização das gerações mais jovens foi determinante para o crescimento dos movimentos climático, feminista e antirracista, pelo bem-estar animal, em Portugal como no resto do mundo. As e os jovens do Bloco dão força a estas mobilizações e ao movimento estudantil, promovendo a sua articulação com a proposta anticapitalista, a única capaz de responder às suas reivindicações. A intervenção em movimentos amplos é chave para isolar a extrema-direita.



A juventude de hoje não aceita que uma parte dela - afrodescendente, cigana ou imigrante - seja excluída da cidadania ou tenha os direitos limitados. Exigem participar de pleno direito em todas as esferas da sociedade. E, nesse movimento de afirmação, questionam todos os obstáculos à sua liberdade e identidade. Uma juventude que incorpora com orgulho a sua diversidade de origens culturais é uma forte barreira contra a direita radicalizada.

## **12. ORGANIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ATIVISMO**

O Bloco de Esquerda promove plataformas de ação e participa na organização do movimento popular, devendo articular as escalas de intervenção nacional, regional e local e alargar a participação das e dos aderentes nas iniciativas e movimentos sociais com que dialogam.

Perante as dificuldades que a pandemia colocou à atividade política, novas iniciativas de articulação ativista setorial e local provaram-se fundamentais na capacidade de intervenção e iniciativa do Bloco. Foi assim com a plataforma Despedimentos.pt, o site Interior do Avesso, o grupo de trabalho sobre saúde ou o grupo de apoio autárquico que, em articulação com as iniciativas das coordenadoras nacionais e o Esquerda.net, tornaram possível uma iniciativa consistente junto das vítimas da crise e na proposta de resposta à crise, afirmando o Bloco como interlocutor de vastas camadas da população. Este percurso deve ser aprofundado e alargado.

## **13. A EXPRESSÃO DA ALTERNATIVA, TAMBÉM NAS AUTARQUIAS**

A crise pandémica acentuou as desigualdades regionais, opondo crescentemente os centros às periferias e cavando mais fundo o fosso entre o interior e o litoral. Mantendo os fatores de atraso do país, PS e Presidente da República negaram a Regionalização, mas o Bloco mantém esse objetivo. O Bloco não se resigna à inevitabilidade de um país a várias velocidades e empenha-se na criação de uma escala regional de participação democrática, através de um processo de Regionalização capaz de conquistar uma maioria.

Cabe-nos valorizar a Autonomia Regional dos Açores e da Madeira, defendendo a democratização e o desenvolvimento das Regiões Autónomas.

O Bloco tem como objetivo o aumento e rejuvenescimento da sua representação nos municípios e freguesias. O Bloco apresenta listas próprias, abertas à participação de candidatos independentes e não realizará coligações nem com a direita nem com o PS. O Bloco poderá renovar coligações ou o apoio a movimentos de cidadãos com balanço positivo.

As candidaturas do Bloco bater-se-ão pela defesa dos bens comuns, combatendo a agenda privatizadora da direita, empenham-se na construção de políticas sociais que não deixem ninguém para trás, garantindo o direito à habitação e o acesso à água como valor universal, colocando no centro da agenda do poder local a transição climática das nossas cidades, vilas e aldeias, comprometendo-se com uma revolução na mobilidade e no acesso gratuito aos transportes públicos locais, descarbonizando a economia e promovendo a eficiência energética.

Em cada executivo, o Bloco está disponível para todas as responsabilidades, contribuindo para a formação de maiorias que, excluindo os partidos de direita, assentem em compromissos sobre medidas fundamentais.

Considerando as freguesias como espaços de afirmação de identidade local e de representação democrática, consagrados constitucionalmente, urge estabelecer o regime jurídico de uma lei-quadro das freguesias que permita reparar o vazio legal sobre esta matéria e as freguesias extintas sob a troika, sempre que essa seja a vontade expressa da população.

## **14. SOCIALISMO É SINAL DE ESPERANÇA**

O projeto socialista, refletido nas jornadas populares do 25 de Abril, torna-se uma necessidade do nosso tempo



e da civilização. A privatização do ter e do saber anda a par do défice da democracia política. O combate de hoje pela afirmação do Estado Social e de um setor público estratégico que impeça o capitalismo da barbárie promove a mobilização do povo trabalhador como sujeito político determinante.

A globalização financeira, assente nos paraísos fiscais que promovem a fuga ao fisco e a criminalidade económica, tem sido usada contra o direito soberano de impor transparência fiscal. O Bloco luta pelo fim das zonas de crime financeiro, pelo controlo dos movimentos de capitais, pelo imposto progressivo e sobre as fortunas e pela promoção do controlo público dos setores estratégicos da economia.

O combate à desigualdade precisa, para além do imposto progressivo e sobre as fortunas, da receita direta da propriedade social e pública.

No âmago dos movimentos populares pelo Pão e pelo Clima só uma perspetiva socialista concilia o ecossistema e o trabalho libertado da exploração. A solidariedade humana é a medida do internacionalismo que enfrenta as disputas imperiais. Com frequência, procura contrapor-se a luta pela democracia a uma pretensa inoportunidade da luta socialista. Mas é a luta radical pela democracia que aponta à possibilidade e à urgência do socialismo.

## SUBSCRITORES

Abel Carvalho	Porto	11700
Abílio de Jesus Urbano	Setúbal	4932
Ackssana Rodrigues da Silva	Lisboa	13178
Adelaide Lurdes Oliveira	Porto	4854
Adelino Fortunato	Setúbal	8790
Adelino Pinto Costa	Porto	336
Adriana Lopera	Lisboa	2447
Adriana Patrícia Silva Remelhe	Braga	14321
Adriana Pinho Ferreira	Braga	12614
Adriano Campos	Porto	3120
Adriano Luís Mendes Teixeira de Sousa	Porto	9821
Afonso Manuel Catado Filipe	Lisboa	12198
Afonso Moreira	Lisboa	10022
Agostinho Nuno Lopes Caterna	Porto	5627
Agostinho Silva Pedrosa	Braga	5875
Aida Silva	Aveiro	10897
Albano Vasconcelos Rodrigues	Porto	12403
Alberto Ferreira dos Santos	Porto	10385
Alberto Ferreira dos Santos	Porto	15385
Alberto Matos	Beja	1542
Alda Macedo	Porto	196
Alda Sousa	Porto	654
Aldomiro Silveira	Lisboa	14651
Alexandra Manes	Açores	8765
Alexandra Vieira	Braga	12281
Alexandre Abreu	Lisboa	9505
Alexandre Sérgio Mano	Braga	8111
Alfredo Jorge Pereira Martinho	Lisboa	7892
Alice Cristina Abreu Pedroso Da Silva	Setúbal	15302
Alice Pereira Tristany	Faro	3911



Almerinda Lopes Bento	Setúbal	529
Álvaro Arranja	Setúbal	569
Alzira Neli Azevedo	Madeira	14696
Amadu Jalo	Setúbal	13814
Amândio Paulo Ribeiro Barbosa	Porto	12334
Amarilis Felizes	Porto	9877
Américo José Martins Resende	Aveiro	13252
Amílcar José Oliveira de Sousa Morais	Lisboa	13834
Ana Campos	Lisboa	650
Ana Carolina Damas Gomes	Viseu	12011
Ana Carolina Dias Machado	Vila Real	14268
Ana Catarina Alves Peniche	Vila Real	13794
Ana Cristina Correia Ferreira	Beja	8313
Ana Cristina do Espírito Santo Vieira	Setúbal	13658
Ana Cristina Lomba dos Santos	Braga	5767
Ana Cristina Morgado	Setúbal	11427
Ana Eleutério	Santarém	13293
Ana Feijão	lisboa	5271
Ana Filipa Teixeira Gonçalves	Lisboa	3541
Ana Isabel da Trindade Cansado	Lisboa	1166
Ana Isabel Gouveia da Silva	Porto	13601
Ana Isabel Pereira da Costa Bernardes	Leiria	5056
Ana Isabel Piti Bessa Ferreira	Évora	13037
Ana Jorge Pinto de Castro	Porto	12028
Ana Júlia Ganço Filipe	Lisboa	9902
Ana Lopes	Castelo Branco	14729
Ana Luísa Mendonça	Santarém	1953
Ana Luzia Quintela dos Santos	Aveiro	9084
Ana Mafalda da Silva Santos	Porto	13342
Ana Margarida Fernandes Esteves	Lisboa	12795
Ana Maria Carvalho	Porto	11823
Ana Maria de Miranda Nazaré Loureiro	Beja	8792
Ana Maria Diegues Mendes Cista	Santarém	12176
Ana Maria Fidalgo Ferreira	Porto	7505
Ana Maria Silva Goncalves da Silva	Porto	5612
Ana Nascimento	Setúbal	15468
Ana Pardal	Viseu	14707
Ana Patrícia Sousa Mingatos	Aveiro	13833
Ana Paula Almeida Costa	Beja	7290
Ana Paula Martins Kruss Nogueira da Silva	Lisboa	15362
Ana Paula Pereira Pedro	Bragança	9444
Ana Pedrosa Baptista	Aveiro	14513
Ana Rita Correia Martins de Barros Duarte	Lisboa	8292
Ana Rita Durães Cardoso	Lisboa	15525
Ana Rita Silva	Porto	15055
Ana Rosa Moura Goncalves	Círculo da Europa	5602
Ana Rute Marcelino	Porto	3718
Ana Sofia Marques	Setúbal	4995
Anabela Augusta Dias de Almeida Mangas	Setúbal	4993
André Alberto Almeida Mota	Porto	12259
Andre Castro Soares	Lisboa	4855
André Francisquinho	Setúbal	14806
André Lança	Lisboa	15308



André Pinto Mourão Ferreira Julião	Lisboa	10632
André Tiago Peixoto Tavares	Porto	15581
Andrea Celeste Teixeira Fernandes Lopes	Braga	13616
Andrea Luis Peniche	Porto	193
Andreia Catarina dos Reis Quartau	Lisboa	11049
Andreia Galvão	Lisboa	14989
Andreia Patrícia Pereira da Fonseca	Aveiro	11525
Andreia Sousa	Porto	6737
Ângelo Costa	Aveiro	13278
Anibal Acácio Mendes Coutinho	Faro	3517
Aniceto Pereira Pintasilgo	Santarém	12925
Antero Marques Moreira	Lisboa	5596
António Amaro	Viseu	979
António André	Coimbra	1165
António Augusto Coelho Cerqueira	Porto	1475
António Baião Costa	Lisboa	293
António Cruz Mendes	Braga	1301
António da Silva Reis	Lisboa	1704
António de Sousa Marques	Santarém	1354
Antonio Faria	Lisboa	7012
António Ferreira Marinho	Porto	341
António Freire Fazenda	Lisboa	5503
António Gameiro	Santarém	14836
António Gomes	Santarém	1353
António Joaquim Barrela Teixeira	Setúbal	1390
António José Custódio Cordeiro	Setúbal	1393
António José Pinto Pereira	Porto	12773
António José Rodrigues Cruz	Aveiro	9083
António Lima	Açores	9362
António Luís Costa de Oliveira	Setúbal	6573
António Luis Ferreira Pinto	Porto	14121
António Luis Pereira Fiuza	Castelo Branco	12408
António Manuel Alves da Silva	Porto	13579
António Manuel de Sousa Andrade	Aveiro	10354
António Manuel dos Santos Rodrigues	Coimbra	9427
António Manuel Maximiano Vicente	Leiria	2535
António Mata	Madeira	14923
António Meireles de Magalhães Lima	Braga	1303
António Miguel Catarino Ramires	Porto	13033
António Moniz	Leiria	264
António Monteiro	Aveiro	12586
António Neto	Aveiro	6630
António Pedro Fernandes de Sá	Braga	10259
António Pereira Miguel	Lisboa	10714
António Ribeiro Teixeira	Porto	326
António Simões	Setúbal	8517
António Sousa Soares	Porto	14931
Armando Manuel Saraiva Santos	Leiria	11657
Armindo José Chaves Magalhães	Porto	5649
Armindo Rodrigues Silveira	Santarém	10694
Armindo Teixeira Monteiro	Porto	5051
Arnaldo Mendes Sarroeira	Leiria	269
Artur Barbosa Faria	Porto	4858



Artur Ferreira Leitão	Porto	12201
Artur Jorge Pereira Duarte	Faro	14114
Artur Macedo	Porto	9148
Artur Manuel da Silva Ramos	Porto	6295
Artur Ribeiro de Carvalho	Porto	4459
Ascensão da Trindade dos Santos Silva Pereira	Santarém	13785
Augusto Arnaldo Nunes Otero Taveira	Faro	935
Aurelindo Jaime Ceia Carichas	Lisboa	867
Avelina Maria de Silveira Ferreira	Açores	12308
Baltazar Taful	Santarém	8442
Bárbara Santos	Porto	13775
Barbara Sofia Mangas Bica	Setúbal	10722
Barbara Sofia Prazeres dos Santos	Porto	13775
Beatriz de Fátima Coelho Silva	Braga	15317
Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias	Lisboa	4621
Beatriz João Severino de Pinho	Lisboa	15504
Beatriz Oliveira Pedroso	Lisboa	14261
Beatriz Vieira	Porto	15016
Beatriz Vieira	Aveiro	15593
Belandina Maria Rocha Vaz	Lisboa	5454
Belmira Coelho Ferreira	Aveiro	4559
Bemvindo Pereira de sequeira	Braga	15336
Benjamim de Sousa Vilela	Porto	8259
Bernardino Guia	Faro	2383
Bernardo Manuel Caravau Guedes Camisa	Lisboa	5502
Berta Maria Bessone Ferreira Alves	Lisboa	666
Berta Soares	Porto	11759
Bianca Almeida	Aveiro	12256
Bruna Alexandra Teixeira Pereira	Porto	13816
Bruna Cruz	Braga	15067
Bruna Filipa Lopes Teixeira	Braga	13462
Bruna Filipa Salgado Barbosa	Porto	13656
Bruno Filipe Maia	Porto	5413
Bruno Góis	Lisboa	4521
Bruno Maia	Porto	2774
Bruno Martins	Évora	4645
Bruno Miguel Carraça da Cruz	Porto	9323
Bruno Moraes Cabral	Lisboa	297
Bruno Moraes	Aveiro	11855
Bruno Sérgio Gomes Soares	Aveiro	4342
Camilo Ferreira	Braga	12119
Cândido José Cardoso Silva	Bragança	14843
Carla Elisabete Carvalhais Vilela	Porto	5692
Carla Mónica da Silva Fonseca	Porto	12455
Carla Quintas	Porto	14139
Carla Travessa	Lisboa	13132
Carlos Solposto	Lisboa	302
Carlos Alberto de Fariafc	Madeira	3577
Carlos Alberto de Oliveira Romeiras	Setúbal	14367
Carlos Alberto do Couto Esteves de Almeida	Viseu	2390
Carlos Alberto dos Santos Melo	Castelo Branco	10772
Carlos Alberto Guerreiro Costa	Faro	14187
Carlos Alberto Madureira Silva	Porto	11443



Carlos Alberto Matias do Couto	Viseu	3141
Carlos Alberto Simoes Silva Santos	Coimbra	6386
Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues	Viseu	121
Carlos Borges de Sousa	Lisboa	3943
Carlos Carvalheiras	Porto	14299
Carlos Constantino Lázaro	Setúbal	533
Carlos Correia Teles	Braga	928
Carlos Fernando agra pinto marques	Setúbal	14281
Carlos Filipe Da Silva Costa	Aveiro	14119
Carlos Guerreiro de Brito	Faro	7409
Carlos Guinote	Setúbal	575
Carlos Jorge de Menezes Ferreira Machado	Porto	5187
Carlos José de Assunção Santos	Lisboa	236
Carlos Luis da Costa Gonçalves	Lisboa	9661
Carlos Machado	Braga	13984
Carlos Manuel dos Reis Branco	Setúbal	9722
Carlos Manuel Jeronimo Liberal	Aveiro	8699
Carlos Manuel Lopes da Cunha	Porto	8252
Carlos Manuel Moreira Gomes	Vila Real	1518
Carlos Manuel Rodrigues Freitas	Braga	13464
Carlos Motaco	Castelo Branco	13729
Carlos Plácido de Abreu Andrade	Madeira	10732
Carlos Silva Oliveira	Setúbal	9199
Carlos Veiros	Aveiro	698
Carmen Cristina Paulino Trindade	Lisboa	11716
Carmen Maria de Mira Mafra	Setubal	7549
Carmo Marques	Porto	3655
Carolina de Melo Tavares	Açores	15262
Carolina Isabel Encarnação Vieira	Lisboa	12407
Carolina Leite	Viseu	13055
Carolina Monteiro	Lisboa	15552
Carolina Salomé Carvalho Lima	Braga	15258
Casimiro Alberto Simões de Oliveira	Porto	9999
Catarina Cardoso Fernandes	Aveiro	14771
Catarina Ferraz Maia Pereira	Braga	14655
Catarina Furtado Rodrigues Nunes de Oliveira	Lisboa	6764
Catarina Isabel de Roque Bouçós	Lisboa	10289
Catarina Rodrigues	Lisboa	14946
Catarina Soares Martins	Porto	8425
Catarina Sofia Vilaça Pereira	Braga	14566
Catarina Valente Ferreira Pereira Ramalho	Lisboa	14218
Catarina Vieira e Castro	Viseu	306
Cátia Alexandra Carvalhais Nóvoa	Porto	4862
Cátia Paulo Coelho	Setubal	15534
Cecília Honório	Lisboa	446
Cecília Macau	Setúbal	10585
Cecília Maria Fernandes Cardoso	Viseu	15117
Celestina Sousa	Setúbal	10923
Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro Cavalheiro	Leiria	13394
Celme Cristina de Jesus Tavares	Aveiro	6666
Celso Lima de Araujo	Lisboa	10113
César Gastão Cardoso Pinheiro da Silva	Porto	1473
Cesio Michel Mota Gomes	Porto	7502



Céu Fazenda	Lisboa	434
Cipriano Pisco	Setúbal	799
Clara Figueiredo Dumont	Lisboa	4976
Cláudia Braga	Porto	13165
Cláudia Maria Lima Afonso	Aveiro	14354
Cláudia Oliveira	Lisboa	304
Cláudia Raquel Gonçalves Oliveira	Porto	5621
Cláudio Alexandre Viana Guerreiro	Lisboa	15441
Cláudio Maciel Silva Vilaça	Braga	15073
Conceição António Francisco	Lisboa	10938
Constança Portela	Lisboa	11555
Cristiana Carvalho	Aveiro	14016
Cristiana Nicole Pereira da Costa	Setúbal	14807
Cristiana Vanessa Marques Faria	Porto	4863
Cristiano César Ferreira Moreira	Aveiro	14185
Cristina Andrade	Braga	5074
Cristina Borges Guedes	Castelo Branco	7962
Cristina Maria P. Gentil Ferreira	Lisboa	14509
Cristina Semblano	Círculo da Europa	2809
Cristóvão Manuel Martins Lopes	Porto	15512
Daniel Santos Morais	Coimbra	15238
Daniel Bernardino	Setúbal	5151
Daniel Carapau	Lisboa	2311
Daniel Castro Silva	Aveiro	10838
Daniela Barreiros Alves	Lisboa	15476
Daniela Isabel Justo Vespeira	Setúbal	14685
Daniela Patricia Gonçalves Fernandes	Viseu	6770
David Alexandre Ferreira Teixeira	Setúbal	4934
David Augusto Sousa Araújo Amorim	Aveiro	15260
David Ferreira	Lisboa	14221
David Filipe dos Santos	Viseu	11750
Delfina Fernanda da Silva Vieira	Porto	4864
Diana Castro Silva	Aveiro	14778
Diana Catarina Martins da Silva	Setúbal	14627
Diana Ferreira da Silva	Aveiro	13909
Diana Magalhães	Setúbal	15478
Diana Maria Louro Pereira	Lisboa	12573
Diana Moreira Martins	Aveiro	14353
Diana Neves	Lisboa	4636
Diego Garcia	Viseu	11602
Dina Letra	Madeira	3588
Dina Maria Veredas Nunes	Lisboa	692
Dina Salomé Peixeiro Pintassilgo de Sá	Santarém	13790
Dino Flávio Fernandes Gomes	Bragança	5321
Diogo Barros	Braga	15007
Diogo Figueiredo	Viseu	6831
Diogo Miguel Silva Franco	Lisboa	14208
Diogo Morais Teixeira	Porto	14585
Domingos Cardoso Vilares Novais	Porto	4016
Domingos Fernandes Monteiro	Braga	1765
Doris Rafael Peleira	Faro	12957
Doroteia Freitas	Madeira	13515
Duarte Bento Cavalinhos	Setúbal	821



Duarte Igreja	Lisboa	15455
Duarte Mendes Arsénio	Santarém	6146
Duarte Vaz de Barros	Aveiro	10351
Durval Guerreiro de Almeida Soares	Setúbal	1384
Edgar Filipe Picado Gama	Setúbal	15515
Edgar Sousa	Setúbal	10950
Edite Alexandra Sousa Costa	Viana do castelo	14438
Eduardo Couto	Aveiro	13387
Eduardo Gonçalo Silva Antunes	Aveiro	11907
Eduardo Rocha	Setúbal	227
Egi D'Almeida	Lisboa	14634
Elisabete Susana Vieira de Carvalho	Porto	12396
Eloisa Helena Gonçalves Macedo	Setúbal	15110
Elsa Mónica Vieira de Moura Silva	Porto	11023
Elsa Santos	Coimbra	5398
Elvira Zeferino Silva	Faro	12448
Emílio Fernando Oliveira Marques	Porto	7370
Erica Dias Calça	Évora	12044
Ernesto Magalhães	Porto	4060
Ernesto Oliveira	Aveiro	13065
Eulália Maria Santos Bendito	Açores	386
Eunice Neto Sequeira	Faro	13049
Eva Braga	Aveiro	105
Ezequiel dos Santos Ferreira	Setúbal	670
Fabian Filipe Figueiredo	Lisboa	5232
Fábio Filipe Varela Salgado	lisboa	4510
Fabíola Cruz Neto Cardoso	Santarém	1324
Fátima Barata	Setúbal	754
Felipe Tadeu Breier	Braga	15318
Fernanda Maria dos Santos Salgado	Porto	12333
Fernando Barbosa	Porto	7105
Fernando Correia Sequeira	Setúbal	1077
Fernando Cruz	Setúbal	1194
Fernando José Gonçalves Sarmento	Bragança	8574
Fernando José Pereira	Viseu	3186
Fernando Manuel Anjos Oliveira	Faro	4352
Fernando Monteiro	Porto	1489
Fernando Paulo de Mota Pinto dos Santos	Braga	4555
Fernando Pinho	Setúbal	842
Fernando Queiroz	Porto	555
Fernando Rosas	Setúbal	657
Filipa Afonseca	Porto	9523
Filipa Cardoso Vieira	Aveiro	13022
Filipa Carvalho de Almeida	Vila Real	13759
Filipa Filipe	Santarém	6247
Filipe Colim Gabriel	Porto	12762
Filipe Ferreira Bastos	Aveiro	15568
Filipe Mestre	Setúbal	11811
Florentino Silva	Porto	14424
Florinda Manuela Oliveira da Silva Pires	Porto	8254
Florinda da Silva Lopes Guedes	Castelo Branco	13728
Francisca Matos	Aveiro	15413
Francisco Alves	Setúbal	1107



Francisco Botelho Matos	Leiria	10621
Francisco João Martins Cordeiro	Santarém	7658
Francisco Louçã	Lisboa	1684
Francisco Manuel Pinto Gomes Viela	Porto	8424
Francisco Miguel Correia Morais Morais	Setúbal	9122
Francisco Monteiro da Silva	Porto	1596
Francisco Ribeiro Vaz	Viana do Castelo	815
Francisco Sagorro da Silva	Setúbal	11108
Francisco Soares de Oliveira	Coimbra	3987
Frederico de Moura Portugal Dias Pereira	Leiria	15059
Frederico Pascoal Amargar Ferreira	Setúbal	4933
Gil Duarte Miranda Ribeiro	Porto	11908
Gil Ribeiro Almeida Fesch	Porto	11614
Gina Alice Mateus	Beja	8781
Gonçalo Cabral Ferreira	Porto	8568
Gonçalo Cardoso	Porto	15193
Gonçalo Lopes	Aveiro	12245
Gonçalo Pereira Marques Filipe	Lisboa	15601
Graça Maria Nogueira da Silva Teixeira Jambay	Porto	10447
Guida Parra	Santarém	13804
Guilherme Canelas	Setúbal	13349
Guilherme Cardoso Palma Góis	Lisboa	15345
Guilherme Castanheira Diniz Ferrão	Porto	14868
Gustavo Weigert Behr	Lisboa	4574
Haldane Pereira Amaro	Setúbal	9123
Heitor Duarte Nereu Gomes	Santarém	10540
Helena Cláudia Rodrigues Pinto da Silva	Bragança	11849
Helena Figueiredo	Lisboa	3736
Helena Margarida Amaral Grilo	Lisboa	14997
Helena Maria Amaral	Lisboa	611
Helena Oliveira	Aveiro	4557
Helena Pinto	Santarém	659
Helena Raquel Garcez Martins	Porto	13600
Helga Calçada	Porto	12776
Henrique Soares	Lisboa	12731
Hermínio Alexandre Ribeiro da Cunha Marques	Viseu	14899
Hernâni Carmo	Lisboa	12344
Homero Parente	Santarém	4981
Hugo Castro Ribeiro	Faro	11905
Hugo Jorge Duarte Seixas	Aveiro	12358
Hugo Manuel Mota Cardoso da Silva	Porto	1471
Hugo Monteiro	Porto	10717
Hugo Mota	Porto	13245
Hugo Pereira Evangelista	Lisboa	3424
Hugo Tiago Andias Cunha	Aveiro	13733
Humberto Silveira	Lisboa	4094
Iara Dias Sobral	Lisboa	15150
Inês Bom	Setúbal	10414
Inês Caeiro	Lisboa	14950
Inês Colaço Ribeiro Fernandes	Lisboa	14219
Inês Galacho Nabais	Évora	15466
Inês Granja	Braga	12515
Inês Isabel Gonçalves Simões Marques dos Santos	Lisboa	15245



Inês Martins Carreira	Lisboa	15447
Inês Mendes	Lisboa	13007
Inês Neto Pacheco	Porto	15548
Inês Quintela Santos Cruz	Aveiro	15536
Inês Santos Tavares	Lisboa	9721
Inês Sena	Lisboa	15340
Iracema Maia	Lisboa	15522
Irina Pampim	Lisboa	8869
Isabel Alexandra da Conceição Marques	Aveiro	14723
Isabel Fernanda Rocha da Silva Almeida	Castelo Branco	4493
Isabel Maria Costa da Luz Pereira	Setúbal	1197
Isabel Maria Silva Guedes Negrão	Braga	13975
Isabel Maria Vidal Gomes	Setúbal	751
Isabel Pires	Lisboa	6734
Isidro Manuel Miranda Soares	Porto	358
Ismael Correia Rodrigues	Braga	13460
Ivo Manuel Alves Roda dos Santos	Leiria	15339
Ivo Manuel Conceição	Faro	13621
Izaura Solipa	Santarém	11048
Jacqueline Marques	Aveiro	12377
Jaime António Alves Veiga	Porto	11021
Jaime Mestre	Setúbal	831
Jaime Pinho	Setúbal	671
Jerónimo dos Santos Dias	Aveiro	10561
Jéssica Carina Paiva Santos	Aveiro	15569
Jéssica Vassalo	Santarém	15053
Joana Campos Louçã	Lisboa	1374
Joana Castro	Porto	11627
Joana Correia Pires	Lisboa	11465
Joana Filipa Amaral Grilo	Lisboa	5360
Joana Filipa Mourisca e Pires Teixeira	Lisboa	14204
Joana Ideias	Setúbal	15508
Joana Isabel Neto	Lisboa	14555
Joana Leite Ramos	Porto	12214
Joana Mortágua	Setúbal	3772
Joana Nobre Macedo Ferreira Leite	Porto	14920
Joana Pais Valente	Aveiro	15467
Joana Prenda Bettencourt	Açores	15405
Joana Rego Lima Rocha	Lisboa	15609
Joana Tavares	Lisboa	15557
João Afonso	Setúbal	519
João Afonso Maia da Silva	Braga	15000
João Álvaro Bau	Lisboa	4658
João Álvaro Miranda Capela	Faro	4381
João André Cascais Labrincha	Lisboa	11840
João André Ferreira alcobia	Lisboa	13211
João António Florindo Rodrigues	Lisboa	866
João António Gomes Ferro	Évora	1280
João Bernardo Narciso de Sousa	Porto	15089
João Carlos da Silva Anacleto Neves	Lisboa	7790
João Carlos M S Coelho	Aveiro	11915
João Curvêlo	Lisboa	5267
João Daniel Martins	Braga	2942



João David Almeida	Lisboa	12534
João de Carvalho Pombas Jacinto	Santarém	6259
João de Meneses da Costa	Açores	3802
João Dias	Porto	12196
João Elviro Matilde da Silva	Lisboa	2747
João Fernandes	Lisboa	7782
João Figueira	Aveiro	10182
João Filipe Correia ds Conceição	Setúbal	14274
João Filipe Nunes Monteiro	Lisboa	15189
João Filipe Ribeiro Teixeira	Vila Real	12439
João Frederico Melo Alves	Coimbra	14504
João Gomes	Lisboa	11341
João Lima Gonçalves Baeta Neves	Lisboa	11405
João Madeira Filho	Aveiro	12648
João Manuel Beles	Setúbal	1592
João Manuel da Fonseca Cordeiro	Porto	5622
João Manuel de Almeida Pinho	Lisboa	2343
João Manuel do Espírito Santo Teixeira	Madeira	13013
João Manuel Garcia Rodrigues	Braga	12930
João Manuel Malho De Nóbrega	Setúbal	13330
João Manuel Tomé Barbosa do Vale	Porto	6877
João Maria Gomes Vendas	Évora	6331
João Martins	Porto	11495
João Moniz	Aveiro	11411
João Nuno Ribeiro Mineiro	Lisboa	6566
João Paulo Afonso Martins	Lisboa	14739
João Paulo Boaventura	Braga	15104
João Pedro Borralho	Lisboa	12820
João Pedro Cunha Rompante	Porto	14722
João Pedro de Andrade Pinto Silva	Porto	7994
João Pedro de Brito Sebastião	Lisboa	15547
João Pedro Lança Gonçalves	Lisboa	11339
João Rodrigues	Faro	15297
João Simões Dias Barata de Tovar	Coimbra	11363
João Teixeira Lopes	Porto	2168
João Vasconcelos	Faro	1508
Joaquim Alberto Coelho Gomes	Faro	11968
Joaquim António da Silva Guedes	Castelo Branco	12482
Joaquim Calado	Lisboa	11035
Joaquim Cardoso Rodrigues	Coimbra	9420
Joaquim Carlos Costa Bastos	Bragança	14158
Joaquim Dias	Aveiro	640
Joaquim dos Santos Moreira da Silva	Porto	320
Joaquim Gil Sousa Piló	Setúbal	2930
Joaquim Jose Afonso Ribeiro Machado	Setúbal	1775
Joaquim Lima	Porto	321
Joaquim Luís Lopes Santos	Porto	13409
Joaquim Manuel Monteiro do Espírito Santo	Porto	2627
Joaquim Raminhos	Setúbal	559
Joaquina Carvalho Rodrigues	Braga	9720
Joaquina Maria Rosa Lourenço	Faro	9138
Joel Francisco Pontes de Oliveira	Porto	1238
Joel Silva	Aveiro	15590



Jóni Ledo	Bragança	6718
Jorge Costa	Lisboa	635
Jorge Cunha	Viseu	1290
Jorge Daniel Ferreira Monteiro Paiva	Porto	7182
Jorge Emanuel Gomes da Silva	Lisboa	1103
Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro	Leiria	12598
Jorge Humberto Berardo Nogueira	Lisboa	14890
Jorge Magalhães	Porto	4458
Jorge Manuel A.E. Ramos	Faro	8646
Jorge Manuel Alves de Sousa	Porto	1239
Jorge Manuel Baptista da Silva	Setúbal	4147
Jorge Manuel Gomes Teixeira	Viana do Castelo	6913
Jorge Manuel Magalhães Silva	Porto	14966
Jorge Manuel Mendonça	Porto	8464
Jorge Manuel Valério Pinto	Porto	363
Jorge Miguel Albuquerque	Porto	14282
Jorge Miguel Fernandes Vilela	Braga	9736
Jorge Miguel Pereira Lopes	Aveiro	9506
Jorge Pereira	Porto	343
Jorge Pinto	Setúbal	11452
José Manuel da Silva de Jesus	Aveiro	8112
José Alberto Antunes	Santarém	13803
José Alexandre Rodrigues Monteiro	Braga	14614
José Alfredo Gomes Ribeiro	Braga	916
José António Cunha Arteiro	Braga	15352
José António de Matos Diniz Pinto	Braga	915
José António Espírito Santo Rocha	Setúbal	4994
José António Monteiro Esteves Pereira	Porto	9410
José Arnaldo da Fonseca Conrado Dias	Faro	1507
José Augusto Cardoso Pinto	Porto	6932
José Augusto da Silva Santos	Porto	11730
José Borges Araujo Moura Soeiro	Porto	948
José Carlos Costa Cardoso	Porto	14266
José Carlos Gonçalves	Faro	11906
José Carlos Pereira Pais	Castelo Branco	14787
José Carlos Ribeiro Gonçalves Cunha	Porto	1469
José Carreira	Açores	2758
Jose Castro	Porto	333
José Coelho	Setubal	15269
José Dinis Moreira Campos Pinto	Aveiro	4176
José Diogo Limpo Trigueiros Gonçalves Fernandes	Braga	10769
José Eduardo Sousa Correia	Porto	14608
José Figueiredo	Braga	10823
José Filipe Morgado Vieira	Lisboa	15570
José Francisco Chicharo Bilro	Setúbal	570
José Gomes Dias	Braga	5726
José Gusmão	Lisboa	3283
José Henrique Carvalho Fernandes	Porto	7664
José João Lucas	Coimbra	4808
José Joaquim Ferreira dos Santos	Porto	646
José Júlio Antunes	Santarém	14962
José Leonardo Baptista Rodrigues	Lisboa	15500
José Lino de Freitas	Madeira	13442



José Luis Castro	Aveiro	13277
José Luís da Cruz Carvalhais	Porto	6293
José Luis Ferreira Jardim	Porto	4875
José Luís Rodrigues da Silva	Viana do Castelo	813
José Manuel Boavida	Lisboa	604
José Manuel Eliseu Pinto	Évora	10813
José Manuel Peixoto Figueira Henriques	Leiria	414
José Manuel Pinto Ferreira	Porto	2585
José Manuel Pureza	Coimbra	406
José Manuel Ribeiro de Barros	Aveiro	13705
José Maria Cardoso	Braga	1308
José Martins Leal	Porto	334
José Miguel Ferreira Ricardo	Porto	15141
José Miranda da Silva	Porto	5076
José Moreira Pereira	Lisboa	15599
José Neves Filipe	Santarém	1333
Jose Palhares Falcão	Lisboa	653
José Pedras	Braga	10774
José Pedro Fernandes Oliveira	Beja	8293
José Pedro Simões Ribeiro	Aveiro	12748
José Pereira da Costa Pires	Porto	8255
José Vara Freire	Bragança	12699
Juleta da Assunção Espirito Santo Rocha	Setúbal	1191
Júlia Maria Ramos Correia	Coimbra	4770
Juliana Guimarães e Silva	Guimarães	15319
Julien Oliveira	Leiria	15561
Karim Hassam Quintino	Setúbal	11774
Laura da Conceição Gomes Igreja Dias	Braga	5727
Laura dos Santos Pinheiro	Lisboa	10841
Leonel Américo Oliveira Pereira	Santarém	13787
Leonor Figueiredo	Porto	7573
Leonor Rosas	Lisboa	13980
Leonor Sousa Garcia	Lisboa	15611
Lidia da Conceição do Vale Sá Costa	Porto	1245
Lígia Patrícia Almeida Oliveira	Aveiro	11788
Luana Andreia Silva Prego	Porto	15527
Lúcia de Fátima Oliveira Arruda	Açores	3863
Lúcia Pereira da Cunha	Vila Real	13763
Luís Barreto	Porto	14674
Luís Branco	Lisboa	239
Luís Carlos Lopes dos Santos	Santarém	15282
Luis Cruz	Braga	14240
Luís Daniel Nunes Silva	Porto	4879
Luís Eugénio Oliveira Peres	Porto	366
Luís Fazenda	Lisboa	1685
Luís Fernando Fernandes Pinto Cardoso	Açores	11244
Luís Filipe da Cruz Pereira	Setúbal	543
Luís Filipe de Jesus Pimentel de Castro	Lisboa	1713
Luís Filipe de Oliveira Louro	Viana do Castelo	109
Luís Filipe Dias Grácio	Santarém	4320
Luís Filipe Marques da Cruz Maia	Faro	4307
Luis Filipe Pires	Lisboa	1026
Luís Grilo	aveiro	11860



Luís José Moleiro dos Santos	Faro	2500
Luis Leiria	Lisboa	993
Luís Manuel da Rosa Fernandes	Faro	13122
Luis Maria Gonçalves dos Santos	Braga	1312
Luis Mariano Pacheco Lopes Cachopo	Setúbal	14425
Luis Miguel Andrade Firmo Moreira Cortesão	Coimbra	2981
Luis Miguel Correa Costa	Lisboa	8295
Luís Miguel Ferreira da Silva	Leiria	14769
Luís Miguel Tavares de Oliveira	Aveiro	7299
Luís Miguel Varanda de Sá	Santarém	14736
Luís Monteiro	Porto	6793
Luís Santos	Porto	332
Luís Santos	Lisboa	14190
Luís Silva	Porto	945
Luisa Ferreira da Silva	Porto	944
Luísa Maria Conceição Ferreira Teixeira	Setúbal	750
Luisa Silva Gomes	Porto	10592
Luiz Felipe Monteiro Dias	Aveiro	14781
M. Estrela Matias P. Almeida	Viseu	3740
Madalena Augusta Ferreira Evangelista Lima	Porto	8257
Mafalda Brilhante	Lisboa	14847
Mafalda Escada	Lisboa	10517
Mafalda Felix	Setúbal	2863
Mafalda Matos Costa	Lisboa	3963
Mafalda Moniz da Cunha Costa de Araújo	Porto	11190
Mafalda Moreira	Aveiro	13806
Manuel António Azenha Santos Pereira	Leiria	7643
Manuel António de Amaral Lopes	Porto	14948
Manuel Faustino Grilo Santos	Porto	9838
Manuel Fernandes Martins de Freitas	Braga	11198
Manuel Fernando Rosa Grilo	Lisboa	649
Manuel João Vieira de Sousa	Leiria	13781
Manuel Joaquim Carvalho Faria Monteiro	Braga	5776
Manuel Joaquim Soares Teixeira	Porto	13128
Manuel Maria Morais Sarmiento Neves Lourenço	Lisboa	12315
Manuel Perfeito Santos Moreira da Silva	Porto	317
Manuel Rocha Coelho	Viseu	11659
Manuel Silvestre Sares Gago	Lisboa	667
Manuel Tavares Tomás	Lisboa	9989
Manuel Zacarias Barbosa Leiras	Braga	8718
Manuela Cândida Airosa da Silva Gonçalves	Braga	12215
Manuela Pereira	Leiria	8203
Márcio Manuel Silva Gouveia	Braga	9990
Marco André Gonçalves Neves Marques	Lisboa	5160
Marco António da Silva Santos	Porto	12088
Marco Gomes	Braga	14803
Marco Mendonça	Porto	122
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Faro	9360
Margarida Fernanda Gomes Ribeiro	Porto	373
Margarida Rodrigues	Bragança	14617
Margarida Rolo	Braga	11687
Margarida Rosa da Cruz Carvalhais Vilela	Porto	5691
Maria Adelaide do Nascimento Almeida	Lisboa	5500



Maria Alice Neto dos Santos Carvalho	Lisboa	13995
Maria Antónia Prazeres dos Santos	Porto	10092
Maria Assunção Espírito Santo Rocha Pedro	Setúbal	4997
Maria Celeste Rodrigues dos Santos	Faro	10577
Maria Clara da Cruz	Porto	5689
Maria Clara Furtado da Conceição Rodrigues Nunes de Oliveira	Setúbal	9839
Maria da Conceição Azevedo Sereno	Porto	11822
Maria da Conceição de Castro Soares	Aveiro	14885
Maria da Conceição de Lima Faria da Silva	Setúbal	4776
Maria da Conceição Gonçalves dos Santos	Braga	1309
Maria da Glória Machado Valente	Porto	12768
Maria da Graça Lopes Ferreira Martins	Santarém	14735
Maria de Fátima Diegue	Santarém	14457
Maria de FÁTIMA RODRIGUES DA PALMA	Évora	15271
Maria de Fátima Teles da Silva	Viseu	15280
Maria de Fátima Vilares Pereira dos Santos Pinheiro	Lisboa	713
Maria de Jesus da Silva Rodrigues da Mota	Braga	2028
Maria Deolinda Marques Dias Martin	Lisboa	3942
Maria do Céu Martins Silva Talaia e Mota	Braga	8719
Maria do Céu Moreira Paiva e Silva	Porto	5533
Maria Eduarda Faria	Setúbal	566
Maria Estela Cordeiro Vieira Rodrigues	Porto	595
Maria Feliciano Coelho	Faro	13595
Maria Feliciano Esteves Mota	Setúbal	4612
Maria Fernanda da Costa Teixeira de Sousa	Porto	1253
Maria Fernanda Oliveira de Sousa	Setúbal	1379
Maria Filomena Cabrita Galvao	Lisboa	12659
Maria Francisca Ferreira	Porto	12577
Maria Helena Dias Loureiro	Coimbra	9426
Maria Helena Figueiredo	Évora	10812
Maria Helena Rodrigues Nunes	Setúbal	1193
Maria Hermínia Silva Esteves	Viana do Castelo	811
Maria Isabel Neves Gonçalves da Silva Martins	Braga	2997
Maria Isabel Nogueira Roque	Lisboa	5042
Maria Isabel Peixoto Gonçalves	Braga	7609
Maria Isabel Pinto Ventura	Lisboa	7705
Maria Isabel Veiga Adriano Marques de Sá	Porto	4139
Maria Ivone Peixeiro Pereira Pintasilgo	Santarém	2967
Maria João Catarino Branco	Aveiro	15135
Maria João de Matos Rodrigues Macedo	Porto	4265
Maria João Ribeiro Agra Pinto Marques	Setúbal	14273
Maria José Almeida Gonçalves Mota	Porto	14446
Maria José Barbosa Guedes	Porto	10870
Maria José Coelho Gonçalves	Faro	11228
Maria José Cravinho Marques Neves	Lisboa	12572
Maria José Filipe Soares Moreira	Porto	1205
Maria José Ganhão	Setúbal	2222
Maria José Penha Delgado	Setúbal	13952
Maria José Vitorino Gonçalves	Lisboa	612
Maria Isabel Mota Pimenta Vieira	Setúbal	1391
Maria Luísa Rosendo Cabral	Lisboa	9516
Maria Manuel Matias Oliveira Cunha Pires	Porto	13077
Maria Manuel Rola	Porto	9880



Maria Manuela Cavaco dos Santos	Setúbal	13471
Maria Manuela Ramos Lomba e Silva dos Santos	Braga	1310
Maria Medeiros Mestre da Cunha	Setúbal	11078
Maria Nazaré Cruz Carvalhais Nóvoa	Porto	23208
Maria Pinto de Carvalho Escaja Gonçalves	Lisboa	14637
Maria Rosa Dias	Faro	10391
Maria Sameiro Mendes	Braga	12283
Maria Teresa Pereira da Silva	Porto	6931
Maria Teresa Rodrigues	Lisboa	2025
Maria Teresa Vieira Pinho	Aveiro	11668
Maria Tereza Teixeira da Mota Silva	Porto	1595
Maria Virginia de Lima Rebelo Cerqueira	Porto	1464
Mariana Aiveca	Setúbal	241
Mariana Antunes Garrido	Coimbra	12097
Mariana Lança	Lisboa	15335
Mariana Marques Pinto Carneiro	Lisboa	1644
Mariana Mortágua	lisboa	6687
Mariana Neves Gonçalves da Silva Martins	Braga	15060
Mariana Rodrigues Lopes	Viseu	13811
Mariana Tomé Falcato Simões	Vila Real	13796
Mariana Varela	Santarém	15036
Marília Francisca Marcelino Leria	Bragança	15030
Marina Teodoro Romana	Porto	13017
Mário André Pinheiro de Magalhães Macedo	Setúbal	15111
Mário Emanuel Pinto Gonçalves	Vila Real	14156
Mário Fernando Ascenso de Matos	Faro	6592
Mário Jorge Fernandes Ramalho	Setúbal	7168
Mário Luis Valada dos Santos Correia	Lisboa	7960
Mário Miguel Ribeiro Manaia	Aveiro	14883
Mário Rui Farias Pacheco	Açores	8108
Marisa Matias	Coimbra	3764
Marlene Sofia de Sousa Santos	Porto	12084
Marta Bessa	Porto	10860
Marta Ribeiro Teixeira	Viseu	15563
Marta Soares Silva Dias	Braga	14216
Marta Sofia Anacleto da Costa	Setúbal	11157
Marta Sofia Luz Pereira	Setúbal	1195
Mary cruz penelope placido Rosas	Aveiro	10636
Matilde Duarte Furtado Marques	Leiria	15499
Matilde Martim Pires Dias	Lisboa	15554
Maurício César Salgado Pacheco	Porto	15201
Mercedes Reis	Aveiro	9348
Miguel Afonso Martins	Braga	13852
Miguel Alexandre Rocha Marques	Setúbal	15105
Miguel Ângelo Rodrigues Van Der Garde	Setúbal	13571
Miguel Ângelo Teixeira Pereira	Porto	15023
Miguel Areosa Feio	Lisboa	14423
Miguel Bordalo	Lisboa	11813
Miguel Cardina	Coimbra	7151
Miguel Eduardo Gomes dos Santos	Braga	11850
Miguel Heleno	Círculo Fora da Europa	9353
Miguel Pinheiro	Faro	10360
Miguel Rodrigues Cardoso	Viseu	8662



Miguel Ruge Andrade Gonçalves	Aveiro	13837
Miriam Raquel Correia Pessoa Cabo	Vila Real	13758
Mizael Neto Esteves	Faro	9711
Moisés Ferreira	Aveiro	2860
Mónica Alexandra Soares	Aveiro	15371
Mónica Cláudia Brandão Coelho	Aveiro	10913
Mónica Daniela Teixeira da Rocha	Lisboa	15116
Natália Sofia Silva Fernandes	Braga	13861
Natércia Coimbra	Coimbra	644
Nazaré Barros	Lisboa	15498
Nelson Calheiros	Lisboa	12392
Nelson da Rocha	Lisboa	1068
Nelson Ferreira	Viseu	123
Nelson Luís Ferreira Campos	Santarém	10540
Nelson Manuel Garcia	Porto	2768
Nelson Peralta	Aveiro	1664
Nelson Silva	Porto	14361
Noel F. C, Rubio	Aveiro	13911
Norberta Grilo	Braga	14911
Nuno de Avelar Pinheiro	Setúbal	14306
Nuno Eduardo Calça	Évora	962
Nuno Manuel da Rocha e Freitas	Porto	9091
Nuno Miguel Babosa de Almeida e Silva	Porto	14191
Nuno Miguel Franco da Costa	Braga	6755
Nuno Miguel Leite de Sousa Teixeira	Porto	12953
Nuno Miguel Lopes Machado	Leiria	6886
Nuno Miguel Patrício Ramos Ferreira	Coimbra	7916
Nuno Miguel Rodrigues Pinto	Porto	12109
Nuno Monteiro	Porto	6969
Nuno Pinto	Castelo Branco	13029
Nuno Tiago Narciso de Andrade Tomaz	Porto	11794
Nuno Vaz Silva	Círculo da Europa	10867
Nuno Veludo	Lisboa	12574
Núria Santos Guedes	Castelo Branco	13274
Olegário Augusto da Costa Rocha	Aveiro	11409
Olinda Maria dos Santos Pinto Moreira	Porto	384
Orlanda Manuela Carvalho da Silva	Porto	15489
Patrícia Abreu Felício	Porto	15274
Patrícia Alexandra César Monteiro	Porto	12749
Patrícia Almeida	Lisboa	15212
Patrícia Barbosa	Porto	14340
Patrícia Barreira	Lisboa	9959
Patrícia Estrela do Espírito Santo Abrantes	Santarém	12927
Patrícia Marques Cardoso Coutinho	Viseu	3142
Paula Bento Ledo	Bragança	15195
Paula Cristina Barroso Prudêncio Soares	Setúbal	12865
Paula Cristina Vieira Teixeira	Lisboa	12438
Paula Filipa Vieira Silva	Porto	6188
Paula Maria Militão de Lemos Valentim	Porto	9529
Paula Sequeiros	Porto	194
Paula Serafina Ribeiro dos Santos	Porto	1463
Paula Serralha	Setúbal	13470
Paulete Micaela Freitas Matos	Porto	605



Paulino Ascensão	Madeira	10926
Paulo Alexandre Maciel Pinto	Porto	14538
Paulo César Rocha Silva	Porto	11022
Paulo Jorge Afonso da Silva	Faro	9782
Paulo Jorge Castelar de Vasconcelos	Lisboa	11663
Paulo Jorge Gomes Figueiredo	Setúbal	6555
Paulo Jorge Lopes da Silva	Braga	13667
Paulo Jorge Santos Oliveira	Porto	7969
Paulo Jorge Veloso Santos	Braga	10615
Paulo Jorge Vieira	Lisboa	1163
Paulo José Félix Oliveira	Faro	3912
Paulo José Rosa Cardoso	Portalegre	2598
Paulo Manuel Besugo Sanona	Açores	7870
Paulo Manuel Marques da Costa	Braga	2382
Paulo Mendes	Açores	4189
Paulo Mourão	Lisboa	3807
Paulo Reis	Santarém	8492
Paulo Rodrigues	Viseu	14896
Paulo Sérgio Alves de Oliveira	Aveiro	4833
Paulo Sousa	Lisboa	5362
Pedro Alexandre Mota da Silva Ramos	Lisboa	3514
Pedro Alves	Aveiro	10062
Pedro Bruno Pimenta Maciel	Braga	11001
Pedro Daniel da Silva Loução	Lisboa	13974
Pedro Daniel Tavares Ferreira	Porto	11200
Pedro Ferreira	braga	11888
Pedro Filipe Borges Fernandes Mesquita	Castelo Branco	13405
Pedro Filipe Silva	Porto	14581
Pedro Filipe Soares	Aveiro	2861
Pedro Gaspar Amaral	Açores	13254
Pedro Gonçalves	Beja	9777
Pedro Henrique Soares de Sousa	Lisboa	12731
Pedro Isidro Soares	Porto	173
Pedro Ivo de Almeida Carvalho	Lisboa	14597
Pedro Jorge Bargão Rodrigues	Santarém	3125
Pedro Jorge Ramajal Monteiro	Porto	174
Pedro Jorge Ventura Rodrigues	Coimbra	5396
Pedro Lourenço	Porto	9666
Pedro Manuel Costa Pereira de Freitas	Lisboa	14983
Pedro Manuel Nunes de Oliveira	Setúbal	537
Pedro Manuel Nunes Jorge Pisco	Lisboa	7807
Pedro Marques de Figueiredo	Porto	8423
Pedro Miguel dos Santos Ferreira	Porto	9526
Pedro Miguel Guedes de Oliveira	Vila Real	14096
Pedro Miguel Medeiros de Castro	Lisboa	15278
Pedro Miguel Pereira Faria	Porto	11624
Pedro Miguel S Rocha	Porto	12798
Pedro Miguel Santos Mourinho Guerreiro	Setúbal	14738
Pedro Miguel Soares Carreira	Porto	9837
Pedro Miguel Sousa Barbosa	Porto	14919
Pedro Miguel Sousa da Mota	Faro	4152
Pedro Miguel Varela	Faro	14987
Pedro Miguel Vilares Pinheiro	Lisboa	9871



Pedro Moreira	Lisboa	15502
Pedro Paulo Alves Pereira	Évora	11240
Pedro Vasconcelos	Faro	5706
Rafael Pereira	Braga	15137
Rafer Emanuel Dias Diogo	Setúbal	14120
Raimundo Manuel Ribeiro dos Santos	Porto	15510
Raluca Georgeta Ionica	Viseu	13812
Raquel Azevedo	Braga	12307
Raquel Bagulho	Lisboa	5059
Raquel Maria Evaristo Teixeira	Bragança	13711
Raquel Montenegro	Aveiro	13096
Raquel Vitorino	Lisboa	14734
Renato Célio Marinho Silva	Braga	7122
Renato Filipe de Barros Santiago	Aveiro	15537
Renato Soeiro	Porto	2620
Ricardo Alfonso Reyes Cortés	Setúbal	14104
Ricardo Caia	Évora	14311
Ricardo Delgado	Lisboa	1131
Ricardo Dias	Porto	8149
Ricardo Filipe Raposo Furtado	Açores	8732
Ricardo Gouveia	Porto	9357
Ricardo Jorge da Silva Cerqueira	Braga	9804
Ricardo Lafuente	Porto	2011
Ricardo Luís Correia Martins de Barros Duarte	Lisboa	2516
Ricardo Moreira	Lisboa	4622
Ricardo Pereira	Setúbal	4322
Ricardo Robles	Lisboa	2005
Ricardo Rocha	Setúbal	1085
Ricardo Vaz	Lisboa	15010
Ricardo Vicente	Leiria	6574
Rita Baptista	Aveiro	10219
Rita Gomes	Europa	15365
Rita Gorgulho	Lisboa	5361
Rita Lage Sarrico	lisboa	11369
Roberto Ferreira	Madeira	13420
Roberto Jorge Monteiro Barata	Santarém	12929
Roberto Ruy Meneses Vieira	Madeira	11717
Rodrigo Conceição	Lisboa	15276
Rodrigo Filipe da Silva Santos Machado	Lisboa	14947
Rodrigo Rivera	Lisboa	3451
Rodrigo Sousa	Guarda	15216
Rodrigo Teixeira	Santarém	5429
Rogério Manuel de Amorim Barros	Viana do Castelo	7642
Rogério Paulo E. Martins	Bragança	7849
Romana Maria Moreira Pedro Sousa	Lisboa	13846
Romeu de Castro Fernandes	Aveiro	14356
Rosa Maria De Rocha Leite	Porto	5693
Rosa Maria Pereira	Lisboa	6972
Rosa Maria Teixeira Pinto Silva	Porto	6187
Rosalina Fernandes dos Santos Vítor	Lisboa	468
Ruben António da Silva Santos	Braga	12517
Rúben David Mangas Lima	Setúbal	15043
Rufino Figueiredo	Aveiro	13687



Rui Agostinho da Conceição	Faro	14998
Rui Amaro	Setúbal	12271
Rui André Alves Soares	Aveiro	14809
Rui Antunes	Braga	8115
Rui Carlos Alves Ministro Godinho	Setúbal	2482
Rui Curado Silva	Coimbra	2823
Rui David Alves Costa	Porto	158
Rui Emanuel Antunes de Seixas	Lisboa	12403
Rui Ferrão	Madeira	13297
Rui Filipe Fontes Ferreira	Aveiro	15129
Rui Filipe Maia Santos	Aveiro	15576
Rui Filipe Paiva Duarte	Aveiro	15574
Rui Filipe Pedroso Maia	Lisboa	3967
Rui Iedo	Bragança	13712
Rui Lopes	Porto	7186
Rui Manuel da Cunha Salgueiro	Setúbal	14444
Rui Manuel Leal Rodrigues	Porto	12537
Rui Manuel Morais Borges	Vila Real	11177
Rui Melo	Lisboa	4550
Rui Miguel Dos Santos Melo Faria	Aveiro	15497
Rui Nóvoa	Porto	159
Rui Paulo Vasconcelos Ferreira de Sousa	Aveiro	7624
Rui Pedro Lopes Beato	Castelo Branco	14715
Rui Pedro Marques Cruz	Aveiro	4086
Rui Penha Pereira	Leiria	12720
Rui PL Moreira	Porto	14414
Rui Ricardo	Lisboa	12823
Rui Rodrigues Marques	Viana do Castelo	2318
Rui Vasco Figueiredo Augusto	Viseu	14918
Rute Fabiana Quezada de Araújo Matos	Porto	13654
Salomé Almeida Ventura	Aveiro	12493
Samuel Catalino Oliveira	Aveiro	10710
Sandra Alves de Sousa	Setúbal	11574
Sandra Antunes	Porto	12869
Sandra Cunha	Setúbal	487
Sandra Ferreira	Coimbra	14937
Sandra Góis	Santarém	11006
Sandra Marina de Sousa Gonçalves Dias	Évora	961
Sandra Morais Guerreiro	Emigracao	6245
Sara Freixo	Setúbal	13011
Sara Goulart	Lisboa	9586
Sara Rocha	Lisboa	4762
Sara Santos	Porto	9779
Sara Simões	Lisboa	9592
Sebastião Martins dos Santos	Setúbal	560
Sebastião Sousa Pernes	Faro	4952
Sebastião Torres	Porto	1971
Serafim José dos Santos Duarte	Coimbra	1150
Sérgio Artur Sequeira Bastos	Vila Real	14680
Sérgio Manuel Lopes da Cunha	Porto	8251
Sérgio Moreira da Silva	Setúbal	4774
Sérgio Rafael de Sousa Vieira	Porto	12189
Silvana Cassaca parreira Paulino	Setúbal	8864



Sílvia Patrícia Silva Freitas	Braga	14342
Sílvio António Pereira Sampaio	Porto	15011
Simão Dias de Magalhães	Aveiro	15370
Sofia Alexandra Ferreira Santos	Porto	5342
Sofia Lopes	Lisboa	15457
Sofia Roque	Lisboa	3595
Sónia Alexandra de Oliveira Gamelas	Aveiro	13378
Sónia Alexandra Lourenço de Brito Reis	Castelo Branco	13716
Sónia Cristina Patrocínio Gonçalves Ribeiro	Braga	10980
Sónia Cristina Vilares Pinheiro Pedro	Lisboa	10288
Sónia Freitas Correia	Aveiro	14760
Sónia Isabel Vicente Pedro	Lisboa	8215
Sónia Maria Alves de Sousa	Aveiro	10566
Sónia Maria da Silva Fernandes	Braga	14394
Sónia Paula Magalhães Garrido Sousa	Porto	14322
Sónia Pedro	Lisboa	8215
Sónia Sofia Pereira Figueiredo	Setúbal	14861
Susana Constante Pereira	Porto	10590
Susana Gutierrez Jimenez	Évora	10964
Susana Margarida Paula Camarinha de Oliveira Gonçalves	Porto	15584
Susana Maria Mota Pinto	Porto	13655
Tânia Alexandra do Carmo Russo	Lisboa	13263
Tânia Lúcia Leão Martins de Sousa e Silva	Porto	13699
Tatiana Heleno	Leiria	15494
Tatiana Moutinho	Porto	148
Tatiana Pacheco	Faro	11994
Telma Carina Lemos Gaspar	Leiria	13472
Telma de Jesus Laborinho Ferreira	Leiria	4506
Teófila Mariana Barbosa de Matos	Setúbal	11957
Teresa Amorim	Braga	14320
Teresa Meira	Aveiro	15037
Teresa Salselas	Porto	14198
Teresina Maria dos Santos Dias Fonseca da Paz	Santarém	8532
Tessa Guimarães Nunes	Porto	15613
Tiago Alves Furtado	Lisboa	15206
Tiago André Gonçalves Pereira	Porto	12831
Tiago Emanuel Teixeira Pereira	Porto	12048
Tiago Filipe da Venda Ferraz	Vila Real	14270
Tiago Gillot Faria	lisboa	636
Tiago Ivo Cruz	Lisboa	5224
Tiago João Pereira da Silva	Lisboa	7579
Tiago José Ferreira de Lima Barbosa	Aveiro	12837
Tiago José Novais Matos	Porto	14220
Tiago Manuel Ribeiro Miranda Soares	Porto	3965
Tiago Margarida Silva Carvalho	Porto	7293
Tiago Miguel Ferreira Marques	Viseu	14900
Tiago Miguel Vicente Gil Soares Caseiro	Setúbal	2931
Tiago Resende Araújo Ferreira	Viseu	14514
Tiago Vieira Lisboa Bonito	Viana do Castelo	12761
Tibério Santo Cristo Pereira Puim	Lisboa	11939
Timóteo Macedo	Lisboa	1104
Tomas Inácio	Santarém	15322
Tomás Marques	Lisboa	12362



Tomás Nery	Aveiro	15004
Valdemar Francisco Filipe Moreira Reis	Setúbal	1102
Valter Nuno da Silva Gaspar	Porto	8240
Vanessa Sousa	Setúbal	10007
Vânia Martins	Aveiro	14417
Vasco Barata	Lisboa	10218
Vasco da Rocha	Lisboa	12004
Vasco Morais Gusmão	Porto	13924
Vasco Ruela	Lisboa	15373
Vera Fazenda	Lisboa	480
Vera Ventura Gonzalez Quirós	Lisboa	10898
Vergílio Manuel da Mota Oliveira e Figueiredo Pereira	Porto	7511
Veronica Fátima Mesquita Santos Pereira Silva Lopes	Açores	10839
Vicente Carvalho de Sá	Évora	11681
Vicente Ferreira	Lisboa	13219
Victor Manuel Pereira Pedro	Bragança	9450
Vidal da Conceição Marreiros	Faro	3939
Virgílio Manuel Morais de Matos	Porto	15022
Virginia Maria Melo Matos	Aveiro	6668
Virgínia Matinero Salamero	Porto	12775
Vitor Brilhante	lisboa	1105
Vítor Edmundo	Lisboa	1073
Vítor Franco	Santarém	1329
Vitor Manuel Cavalinhos	Setúbal	526
Vítor Manuel da Silva Araújo	Porto	10389
Vitor Manuel dos Santos Pinheiro	Lisboa	712
Vítor Manuel Freitas Rosa	Setúbal	10748
Vitor Manuel Mendes Pires	Porto	1263
Vitor Manuel Metrogos Frango	Évora	11680
Vítor Manuel Seixas Correia	Lisboa	3917
Vítor Ruivo	Faro	516
Vitorino das Neves Vieira Pereira	Leiria	477
William Naval	Lisboa	7334

## **Moção C**

**MAIS DEMOCRACIA,  
MAIS ORGANIZAÇÃO**



## **MAIS DEMOCRACIA, MAIS ORGANIZAÇÃO**

A nossa moção elegeu dez membros para a Mesa Nacional e dois membros para a Comissão Política na última Convenção e resultou da junção de três plataformas que atingiram objetivos políticos muito além dos esperados.

Para a XII Convenção voltamos a apresentar-nos como uma plataforma local que usa o modo de moção para desenvolvermos melhor as nossas propostas.

Estamos disponíveis, como estivemos em 2018, para conversar com outras moções e plataformas, desde que haja confluência nas questões políticas por nós consideradas essenciais: **mais democracia interna, mais organização, mais Bloco, menos tendências.**

Ao longo do atual mandato da Mesa Nacional estivemos, em geral, em sintonia com a linha política desenvolvida pela direção, que consideramos ter sido a mais adequada. Temos noção daquilo que se espera de um militante bloquista, que apoie o partido no seu trabalho junto do povo e que respeite a linha política que, democraticamente for aprovada nos órgãos.

Não obstante terem sido feitos progressos, persistem motivos para críticas ao funcionamento do Bloco, que continua a ser prejudicado pela agenda das tendências, que são um obstáculo à organização e democracia internas e é para isso que apresentamos esta plataforma/moção.

Esses obstáculos ficaram mais evidentes, a partir do momento em que a dissidência estalinista da UDP decidiu sair da moção A, como consequência de o seu líder ter mostrado um comportamento incompatível com os altos cargos que desempenhava. A partir daí, juntou descontentes de vários quadrantes, para constituir a moção Convergência. Nunca, no Bloco, se foi tão longe na descaracterização de uma moção, o que não surpreende, dada a ausência de um projeto político coerente.

### **1. MAIS DEMOCRACIA INTERNA**

O Bloco de Esquerda precisa de mais democracia interna.

As decisões têm de ser tomadas, depois de ouvidas as bases e não ser apanágio das cúpulas.

A opinião de um aderente sem tendência deve ter o mesmo valor que a opinião de um tendencioso.

Os dirigentes, deputados e funcionários devem ser escolhidos em função da sua capacidade política e devem independe da sua filiação numa tendência.

### **2. MAIS ORGANIZAÇÃO LOCAL**

2.1. Os funcionários do partido não devem limitar-se às suas funções burocráticas e devem participar mais nas reuniões dos organismos locais, concelhios e distritais, no sentido de recolher opiniões e de transmitir a linha política do partido democraticamente aprovada. Se isso for bem feito, contribuirá para atenuar a visão individualista que muitos camaradas têm da política e centrar-nos-á numa visão coletiva, que nos ajudará a crescer quantitativa e qualitativamente.

2.2. O Bloco de Esquerda tem de continuar a deixar de ser um partido parlamentar eleitoralista para ser um partido enraizado nas empresas e nas comunidades. O voto eleitoral é volátil, a organização é consistente e duradoura.



2.3. A energia e o tempo despendidos na organização das tendências devem ser canalizados para a organização local.

### 3. MAIS BLOCO, MENOS TENDÊNCIAS

Há cerca de vinte anos, duas organizações revolucionárias, uma trotskista e outra leninista, juntaram-se a outros camaradas e fundaram o Bloco de Esquerda.

Cansados de esperar pela Revolução, cada vez mais uma miragem, decidiram flexibilizar a sua tática, adaptando-a ao século XXI, que se abeirava.

Atualmente as duas maiores tendências fundadoras do Bloco, a tendência trotskista e a tendência leninista, embora sejam em número escasso, controlam completamente o aparelho do Bloco de Esquerda.

Os defensores das tendências justificam a sua existência, alegando que ela reflete uma diversidade de opiniões e de ideologias, que são um indício de democracia interna.

A diversidade de opiniões é salutar, mas há um tempo para ela se exprimir, que é o tempo da Convenção. Prolongá-la só pode alimentar o sectarismo e prejudicar o nosso projeto coletivo.

Quanto ao reforço da democracia, qualquer aderente mais atento percebe que a sua voz vale pouco, que são sempre as cúpulas das tendências a decidirem tudo aquilo que importa para o nosso futuro como partido político.

As tendências estão muito bem organizadas, mas apenas focadas em hegemonizar as estruturas do Bloco. Ao invés deveriam estar concentradas na organização local. O Bloco de Esquerda precisa de um sobressalto que o acorde para a realidade. Somos fraquíssimos em termos organizativos e isso impede-nos de chegar às pessoas, que moram nos bairros, nas freguesias, nas cidades e que só conhecem o Bloco através da televisão.

O problema agrava-se quando vemos as tendências representadas pela moção A mais preocupadas na **institucionalização** do Bloco e conseqüente obsessão por cargos, lugares e empregos. Ou seja, a energia que deveria ser usada para desmontar o sistema e acumular forças é desperdiçada em objetivos egoístas e pequeno-burgueses.

Outro aspeto negativo das tendências é a formação do **espírito de capela**. Os membros das tendências perdem autonomia de pensamento e de ação e ficam automaticamente subordinados aos ditames dos seus chefes. Os mais jovens bajulam os líderes, para poderem fazer carreira. Os mais velhos apadrinham-nos, porque precisam de sangue novo para não comprometer o futuro da tendência respetiva.

A moção A alberga a Rede Anticapitalista e a Esquerda Alternativa, bem como algumas «personalidades», em geral sob o manto da Rede Anticapitalista.

A **Rede Anticapitalista**, que tem quadros mais qualificados e carismáticos, define a tática e a estratégia, enquanto a **Esquerda Alternativa** concorda com tudo, desde que receba a sua metade na distribuição de cargos e funções.

Acrescendo a isto, a Esquerda Alternativa encara o Bloco como uma frente de massas, como um instrumento ao seu serviço, mimetizando o velho modelo de Dimitrov. Ou seja, esta tendência funciona como um partido dentro do partido.

Além disso, as tendências, em especial a Esquerda Alternativa, continuam a fazer recrutamento no Bloco de Esquerda, o que que constitui um grave atentado à nossa integridade.

Apesar de tudo, é de elementar justiça realçar que tudo o que temos, um Bloco relevante e 3º partido mais representado na Assembleia da República, tudo isso tem muito a ver com o trabalho desenvolvido pelas duas principais tendências. Seríamos ingratos se não reconhecêssemos isso.

Além disso, **enquanto as tendências não acabarem**, é muito importante que nenhuma delas controle completamente o Bloco. Se isso acontecer, então será o fim do Bloco de Esquerda e regressaremos ao tempo dos grupús-

culos completamente irrelevantes.

Compete a nós, aderentes sem tendência, lutar contra o statu quo e construir, com o nosso trabalho e com o nosso empenho, uma alternativa credível que eleve o Bloco de Esquerda a um patamar compatível com aquele que o povo espera de nós.

Em relação à última Convenção, **houve uma tendência que implodiu**, a moção M e **há outra que emergiu**, a moção Convergência.

Nesta moção há gente para todos os gostos. Estalinistas, que controlam a tendência Via Esquerda, um ou outro trotskista «invertido», «metralhas», sociais-democratas apoiantes de Sampaio da Nóvoa, dissidentes da plataforma Novo Curso, restos das antigas moções B. Em suma, refugio de vários projetos políticos fracassados.

Esta miscelânea de ideologias diferentes determina que se anulem umas às outras, resultando na ausência de um projeto político coerente.

Demonstram falta de coragem política, pois não ousaram apresentar-se na altura própria, na última convenção, em novembro de 2018.

Fizeram tudo ao contrário. Na ocasião de apresentarem uma moção acobardaram-se, para protegerem os seus cargos, depois, quando era preciso fazer campanha eleitoral, estavam a preparar uma moção.

Não têm noção da importância do tempo na atividade política. Que há um tempo para apresentar propostas políticas diferenciadas, que é o tempo da Convenção e depois há um tempo para aceitar democraticamente os resultados da Convenção e, finalmente, juntarmos todos as forças para fazer chegar a nossa mensagem à população.

Ao passarem dois anos a fazerem oposição interna, em prejuízo do trabalho político, não estão a fazer oposição interna à direção, estão sim a fazer oposição ao Bloco.

Não têm linha política, antes vão apresentando propostas contraditórias entre si, ao sabor dos seus interesses carreiristas.

Andaram anos a dizerem ser contra as tendências, mas agora assumem ser uma, por sinal a pior de todas.

Foram mais longe que qualquer das tendências entretanto extintas, incluindo a participação em manifestações, como se fossem autónomos do partido a que ainda pertencem.

Não têm pejo em usar as redes sociais e os meios de comunicação social para criticar o Bloco, esquecendo uma regra básica, que as questões internas se discutem internamente. Assim, confundem o eleitorado e a opinião pública, provocando insegurança e falta de confiança.

No **Porto e em Portalegre** têm ou tiveram líderes que ultrapassaram todos os limites da decência. Líderes que atropelaram as mais básicas regras de funcionamento democrático.

Na **Madeira**, tudo fizeram para prejudicar as campanhas eleitorais, para agora poderem assacar as culpas à direção regional. Na sua ânsia de criticarem a direção democraticamente eleita, conseguiram ser apenas instrumentos contra o Bloco de Esquerda da Madeira. Foi notório que, durante a campanha regional, fizeram publicações ofensivas a questionar e a ofender candidatos/coordenador do BE. Eles e o voto útil foram os responsáveis pelos maus resultados do Bloco na Eleições Regionais da Madeira.

#### 4. SOCIALISMO, LIBERDADE E DEMOCRACIA

As tentativas de construção do socialismo, levadas a cabo no século XX, saldaram-se **todas** em fracassos.

Tinham como pilares três conceitos leninistas - vanguarda revolucionária, centralismo democrático e ditadura do proletariado - que, exponenciados por Estaline, contribuíram para desacreditar a alternativa socialista.



A ditadura do proletariado passou a ser, ainda no tempo de Lenine, a ditadura do partido e, no tempo de Estaline, assumiu-se como ditadura de um homem só.

Do centralismo democrático só foi aplicado o centralismo e a democracia foi completamente esmagada, com o assassinato de milhões de cidadãos inocentes.

Sem democracia, o sistema económico, definido pela vanguarda alegadamente revolucionária, acabou por transformar-se em capitalismo de estado e, posteriormente, em capitalismo selvagem.

Sem democracia, sem contraditório, o poder enquista-se, ignora o povo, toma medidas antipopulares, sem hipótese de ser substituído. Este sentimento de impunidade, proporcionou um nível cada vez maior de prepotência, autoritarismo e arbitrariedade, apanágio das ditaduras que foram florescendo no chamado campo socialista.

Em pleno século XXI, esses três conceitos tornaram-se anacrónicos e foram substituídos por outros três, socialismo, liberdade e democracia. Os três são imprescindíveis e nenhum pode faltar, para podermos credibilizar uma alternativa socialista e anticapitalista.

A Venezuela é um exemplo de uma ditadura alegadamente socialista, mas na realidade não defende os venezuelanos, que fogem aos milhões para escaparem da fome e da opressão.

## 5. POLÍTICA DE ALIANÇAS

No final de 2020, o Bloco escolheu voluntariamente prescindir de uma parte significativa da sua base eleitoral, em nome da clareza política.

Face a um PS que se tem mostrado defensor intransigente dos interesses da classe dominante, o Bloco viu-se compelido a deixar de suportar um governo que se mostrou indisponível para ceder às exigências populares em áreas muito importantes, designadamente a reversão das medidas impostas pela Troika na legislação laboral e no reforço do SNS.

Mais importante do que saber se esta posição foi tomada no tempo certo ou não, é saber o que iremos fazer, daqui em diante, para recuperar a nossa base eleitoral e ampliá-la.

Não devemos esquecer que o PS, embora não seja socialista, é um partido democrático e antifascista o que, nos tempos que correm, não é despreciando. Por isso, deveremos continuar disponíveis a estar ao lado do PS e de outros partidos democráticos, sempre que estiver em causa a defesa da Democracia e a luta contra o fascismo. Não devemos repetir a velha tática estalinista dos anos 30 do século passado, que considerava os sociais-democratas como inimigo principal, facilitando assim a ascensão do nazi-fascismo.

Por outro lado, devemos reivindicar como nossas as falsas promessas do PS, que diz defender o socialismo, mas na verdade é um defensor do capitalismo. Devemos ser capazes de demonstrar isto em todas as propostas que fazemos e que são rejeitadas pelo PS, precisamente por causa do seu carácter embusteiro.

O apoio do PS a Marcelo nas últimas eleições veio demonstrar uma perigosa aproximação ao centro que vai garantir ainda mais o capitalismo, e validar a nossa decisão na votação do orçamento.

Não podemos ser sectários na defesa das nossas propostas, porque arriscamo-nos a falar sozinhos. Quanto mais extrema é uma proposta política, mais estreita é a faixa popular que a apoia. Não há política popular sem apoio popular e não podemos alienar este apoio para o PS.

Quanto ao PCP, é certo que é um partido de esquerda, com quem temos estado em sintonia em muitas matérias, designadamente na defesa dos direitos dos trabalhadores e dos serviços públicos.

Por outro lado, o PCP tem-se notabilizado por apoiar ditaduras neoestalinistas, como a Coreia do Norte e China, entre outras. Neste plano, não poderíamos estar mais em desacordo.

Além disso, o PCP mostra frequentemente uma atitude hostil em relação ao Bloco, que não devemos corresponder, mas que não deve condicionar a nossa conduta política.

O PCP evidencia também posições anacrônicas e conservadoras em matérias sensíveis como a eutanásia e as touradas, entre outras.

Em suma, estaremos com o PCP naquilo que temos de estar, estaremos, sem complexos, contra as distopias que ele defende.

Neste momento, O Bloco corre o risco de ficar acantonado. Por um lado, o PCP não quer nada connosco. Por outro, nós não queremos nada com o PS.

Temos de modular a nossa tática e estratégia para evitar sermos vítimas de uma espécie de cerca sanitária, que nos isola dos partidos mais próximos de nós.

## **6. ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS**

As eleições autárquicas serão um importante e difícil desafio para este ano.

Sendo eleições muito personalizadas, precisamos de nos apressar nas escolhas dos candidatos que melhor representem as nossas propostas.

Os Núcleos e as Concelhias devem reunir rapidamente para definirem a nossa estratégia para estas eleições, em que precisaremos de concorrer a mais autarquias do que em 2017.

Na escolha dos candidatos devemos ter um duplo cuidado: escolher candidatos conhecidos e reconhecidos pela comunidade e não escolher oportunistas que possam prejudicar a imagem do Bloco.

Em princípio, Bloco deve concorrer com listas próprias, não tomando a iniciativa de propor coligações pré-eleitorais.

Não obstante, se algum dos antigos parceiros da «Geringonça» nos propuser uma aliança pré ou pós-eleitoral, deveria competir à Mesa Nacional ratificar o processo, dando bons ouvidos aos pareceres das Concelhias, Distritais e Regionais, no melhor interesse do Bloco.

Quando uma Concelhia do PS contacta o Bloco para uma aliança eleitoral, poderemos inferir que essa Concelhia do PS é de esquerda, pois, de outro modo, não convidaria o BE. Ao recusarmos liminarmente o convite, estaremos a ser sectários. Deveríamos, pois, aceitar discutir com eles os termos de um possível acordo, sem nunca abdicarmos dos nossos valores de esquerda.

Poderemos apoiar listas independentes, desde que elas mereçam a confiança política das nossas estruturas concelhias e distritais.

Não devemos aceitar nas nossas listas qualquer candidato que esteja inscrito noutra partido.

Nunca poderemos aprovar uma aliança eleitoral com partidos de direita, nem mesmo para eleger os presidentes de Assembleia Municipal, como já aconteceu.

Devemos aproveitar as eleições autárquicas para alargar e aprofundar a nossa ligação às comunidades locais e, também, ampliar a nossa estrutura organizativa.

A invisibilidade e inoperância do Grupo Autárquico são um dos fatores, não o único, do nosso fraco desempenho eleitoral autárquico. Não basta fazer, de quatro em quatro anos, uma Conferência Autárquica, para reafirmar as banalidades do costume. É preciso estar no terreno, propor nomes que alarguem o nosso espectro eleitoral. É preciso definir uma estratégia inteligente, que nos permita aproveitar todos os simpatizantes e amigos do Bloco, que são esquecidos, quando se trata de escolher os nossos candidatos autárquicos.

Sempre que, no Bloco se cria um grupo de trabalho, as principais tendências avançam em marcha síncrona, numa lógica de ocupação de território. De tal modo, que acabam por se anular uma à outra. Daí não adviria mal de relevo. O problema é que, concomitantemente, anulam todo o trabalho desse grupo.

Se, por distração, o grupo fica livre do controle tendencioso, então as tendências resolvem o problema, esvaziando as funções daquele grupo.

Os problemas organizativos do Bloco não se resolvem com o voluntarismo subjacente aos grupos de trabalho. Resolvem-se com organismos escolhidos com critérios políticos e com os camaradas mais habilitados, independentemente da sua filiação tendenciosa.

## **7. ECONOMIA SOCIALISTA**

A planificação centralizada da economia que, teoricamente, deveria suprir todos os males do capitalismo, na verdade, veio criar outros problemas.

Desde logo porque, em nenhum dos países onde ocorreram revoluções, o capitalismo estava suficientemente desenvolvido para que se desse a transição para o socialismo preconizada por Marx.

As revoluções, ocorridas em fase precoce, não tiveram a capacidade de superar o défice de desenvolvimento económico. Pouco dinamismo, pouca diversidade de produtos, não-satisfação das necessidades básicas do povo, nivelamento por baixo dos rendimentos individuais, não compensaram os benefícios trazidos a nível da saúde e da educação.

Perante a insatisfação popular, os regimes saídos das revoluções foram-se afastando progressivamente da regulação democrática, instaurando mecanismos repressivos, ao mesmo tempo que foram instituindo privilégios para a casta burocrática dirigente.

Todos aplicaram o princípio estalinista da estatização de setores não estratégicos da economia, o que travou o desenvolvimento económico e só contribuiu para o aparecimento de um capitalismo de estado, comandado por uma burocracia reacionária, como são todas as burocracias.

Neste contexto, todos os regimes revolucionários acabaram por regredir para um capitalismo selvagem, pior ainda que o capitalismo ocidental, este último, temperado por muitas medidas sociais, conquistadas pela luta dos trabalhadores.

Neste quadro, as nossas propostas de construção do socialismo devem evitar cometer os erros do passado.

Desde logo, nunca poderemos abdicar da democracia, pois deve ser o povo e apenas o povo a julgar os governos que exercem o poder em nome dele.

As empresas estratégicas e monopólios naturais devem ser/permanecer nacionalizados, designadamente a EDP, GALP, CTT, REN, ANA, PT, RTP, Agência Lusa, TAP, Águas de Portugal, CP, Carris, STCP, Brisa, PPP, CGD e outros bancos intervencionados pelo Estado.

As empresas públicas, bem como o SNS e a Segurança Social, devem ser financiadas de forma adequada, para poderem ser úteis e eficazes.

Nas grandes empresas privadas e públicas nacionais, os trabalhadores deverão deter 30% do capital, não alienável, e correspondentes direitos de gestão.

As empresas privadas produtivas não podem ser extintas por decreto. As empresas produtivas, privadas e públicas, devem concorrer entre si e as empresas públicas devem impor-se pelo seu mérito e não através de medidas administrativas.

Ao Estado caberá, sempre, definir o rumo económico estratégico, bem como zelar pelo cumprimento escrupuloso

dos direitos dos trabalhadores, quer sejam eles públicos ou privados.

## 8. O FLAGELO DOS DESPEJOS

Apesar de nós termos alertado, na anterior Convenção, para este problema, a direção não fez tudo o que podia para o solucionar.

Temos vindo a assistir, nos últimos anos, os bancos a receberem apoio estatal, sempre que estão com problemas financeiros, para depois retirarem as casas às pessoas e as venderem, a preços irrisórios, a off-shores que, em muitos casos, pertencem a políticos corruptos.

Devemos denunciar energicamente esta situação, de modo a proteger as vítimas dos fundos abutres.

Devemos também defender a criação de um fundo público, que fique com os imóveis pelo mesmo valor que os bancos os costumam alienar aos fundos. Esse fundo deve renegociar com os antigos proprietários o pagamento dos valores em débito ou, se estes preferirem, poderão continuar a residir no mesmo imóvel, mediante o pagamento de uma renda social, de acordo com os rendimentos da família.

## 9. REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA

Os ultrarrevolucionários não gostam de ver o BE a disputar a simpatia popular, que também se manifesta nas eleições, porque isso prejudicaria a pureza ideológica do partido. Talvez prefiram um Bloco a disputar os últimos lugares da invisibilidade e irrelevância, mas sempre de acordo com a «linha justa». Ou seja, a falar para as paredes.

Já os reformistas costumam enredar-se nas suas táticas e acabam por «esquecer» o nosso objetivo estratégico, que é a construção do socialismo.

O que temos de fazer é adaptar a nossa tática e estratégia à realidade existente e fazer tudo o que está ao nosso alcance para contornar os obstáculos, sem nunca perdermos o nosso objetivo estratégico e sem nos deixarmos enredar pelas utopias ultrarrevolucionárias ou pelas panaceias reformistas.

Por outro lado, precisamos de ter a noção que NUNCA uma revolução serviu para derrubar um governo eleito. Portanto, teremos de ter este conceito presente, quando definimos o nosso rumo estratégico.

## 10. POLÍTICA DE JUVENTUDE

Em relação à juventude, o Bloco apresenta uma situação paradoxal.

Por um lado, temos excelentes votações entre os jovens, por outro lado, temos poucos jovens organizados nas nossas estruturas.

É sabido que o Bloco, ao contrário dos outros partidos, nunca quis ter uma organização de juventude.

Em vez disso, procurou integrar os jovens nos diferentes organismos, em pé de igualdade com os mais velhos.

O problema é que os jovens gostam de conviver uns com os outros, mas não gostam de conviver com os mais velhos e, como no Bloco há muitos aderentes idosos, os jovens tendem a afastar-se do Bloco e procurar, noutros espaços, o convívio com outros jovens.

Na prática, o que vemos é que bastantes jovens aderem ao Bloco, mas a maioria acaba por desmobilizar e passar para a inatividade política.

Nos últimos tempos foi criado um organismo não estatutário designado Grupo dos Jovens, que tem realizado uma atividade intermitente e pouco consistente.



Se, como dizia Marx, «a prática é o critério da verdade», a prática da política de juventude efetuada pelo Bloco nos últimos 22 anos não se revelou a mais acertada e frutífera.

Não podemos dar-nos ao luxo de desperdiçar o enorme potencial que a juventude pode oferecer ao combate político. Temos de trazer este tema para a ordem do dia e debater as melhores formas de ultrapassar este problema.

Todas as propostas são bem-vindas, mas não devemos excluir a hipótese da criação de uma juventude bloquista, especialmente se formos capazes de contornar os defeitos que vemos nas juventudes de outros partidos, ou seja, não é obrigatório que uma eventual juventude bloquista esteja eivada dos vícios que vemos noutras juventudes partidárias, como trefismo, carreirismo e discriminação dos jovens pelos mais velhos.

## 11. A QUESTÃO SINDICAL

No último congresso da CGTP, os delegados bloquistas ali presentes, escreveram o seguinte:

*«Fomos excluídos da Comissão Executiva, onde estão representadas todas as sensibilidades políticas, católicas e outras, excepto o Bloco de Esquerda.*

*Nenhum dos delegados teve oportunidade de intervir apesar de todos estarmos inscritos».*

Perante isto, pergunta-se:

O que fazem os bloquistas na CGTP?

Ao sujeitarem-se às humilhações infligidas pelo setor do PCP que controla a central sindical, não estão a dignificar a nossa imagem, mas estão a assumir o seu fraco desempenho sindical.

Acresce a isto, a progressiva degradação da CGTP, amarrada ao controle burocrático do PCP, cada vez mais distantes dos interesses e direitos dos trabalhadores, permitindo que a proporção de trabalhadores sindicalizados caísse de 60,8% em 1978 para 15,3% em 2016, dados da OCDE, e dando azo a que setores reacionários invadam o mundo sindical, a reboque do descontentamento dos trabalhadores com a ineficácia dos burocratas.

Devemos investir as nossas energias nas comissões de trabalhadores e, com base nestas, apostar na construção de novos sindicatos, em especial nos setores mais explorados e menos organizados do mundo laboral.

Sendo as comissões de trabalhadores, por natureza, organismos verticais, ou seja, englobam todos os trabalhadores de uma determinada empresa, os novos sindicatos, emanados das comissões de trabalhadores, também devem ser verticais. Traduzindo em casos concretos, por exemplo, as comissões de trabalhadores das empresas de transportes, devem dar origem ao sindicato dos transportes.

Por outro lado, estes sindicatos verticais, depois de formados, irão dinamizar a criação de novas comissões de trabalhadores, estabelecendo assim uma relação dialética entre esses dois organismos.

## 12. A ASCENSÃO DO FASCISMO

Por toda a Europa e também em Portugal, vemos a expansão de organizações de extrema-direita, que começam a ensombrar o nosso futuro.

Embora a Constituição da República Portuguesa proíba as organizações fascistas, elas vão aparecendo, com a complacência da classe dominante que, historicamente, sempre foi demasiado condescendente com os fascistas, facilitando a sua ascensão.

No estrangeiro, em França com Marine Le Pen, em Itália com Salvini, na Hungria com Orban, na Espanha com o Vox e noutros países, os fascistas vão ganhando força à custa de campanhas antiemigração, antirrefugiados, anticorrupção e atingem cada vez mais expressão nos parlamentos dos respetivos países. Este aumento na ex-

pressão eleitoral constitui uma ameaça ao futuro democrático da Europa, que corre o risco de voltar aos nefastos anos 30 do século passado, em que o nazifascismo cresceu exponencialmente, vindo a provocar a segunda guerra mundial.

Entre nós, os fascistas nunca tiveram expressão significativa, dado que muitos portugueses ainda se lembram do tenebroso período salazarista e porque a memória do 25 de abril continua incrustada no nosso inconsciente coletivo e também na nossa consciência política.

Em 2019, o partido fascista Chega conseguiu congregiar apoios entre os grupúsculos fascistas e fazer eleger um deputado fascista ao parlamento português.

Com um deputado eleito, os fascistas passaram a ter palco para amplificarem a sua demagogia, através dos meios de comunicação social e, em especial, através das redes sociais, que eles manipulam usando um exército de trolls.

Mais recentemente, o líder do partido fascista teve um resultado elevado nas eleições presidenciais, enquanto os candidatos de esquerda tiveram um resultado dececionante.

Muitos reacionários, demasiados, saíram das tocas do CDS e do PSD e assumiram-se como fascistas, como sempre foram. Ou seja, o candidato fascista subiu mais à custa dos fascistas que estavam nos partidos de direita e menos porque o seu número tenha aumentado.

Os fascistas portugueses insistem particularmente no combate à corrupção como uma arma de arremesso contra a Democracia, fingindo que são campeões no seu combate. Mas a realidade tem-se encarregado de desmascará-los, pois praticamente todas as semanas surgem notícias sobre a corrupção dos seus dirigentes, assinalando a sua notável hipocrisia: pregam o combate à corrupção, mas praticam-na.

Se não podemos contar com a burguesia para travar as forças fascistas, teremos de buscar em nós as forças para lhes opor.

Desde logo, fazendo um combate firme á sua agenda racista, xenófoba e discriminatória, mas também desmontando a sua demagogia, quando defendem bandeiras caras à população, como por exemplo o combate à corrupção. Não podemos entregar-lhes essa bandeira, é fácil explicar às pessoas que a corrupção é inimiga da Democracia e que nós estamos na primeira linha ao seu combate.

Sabemos que os movimentos fascistas usam o populismo para manipularem grupos vulneráveis, usando-os para se promoverem politicamente, quando na verdade é contra esses grupos que fazem a sua política.



## SUBSCRITORES

Américo Campos	Porto	A9572
Américo da Silva	Porto	A11122
Andreia Rodrigues	Porto	A10409
António Ferreira	Porto	A11123
Bruno Ismael Silva	Porto	A12179
Cidália Rocha	Porto	A10908
Dirceu Graça	Porto	A12272
Egídio Fernandes	Madeira	A7350
Fernando Moreira	Porto	A10146
Fernando Oliveira	Porto	A10649
Heitor Santos	Porto	A14235
Jaime Santos	Porto	A10152
Joaquim Lealto	Porto	A10952
José Manuel Freitas	Porto	A14826
Luís Gabriel Campos	Porto	A10159
Luísa Santos	Madeira	A13537
Manuel Campos	Porto	A11124
Manuel Moreira	Porto	A11446
Maria Elisa Brito	Porto	A14008
Maria Rocha	Porto	A11104
Miguel Gaspar	Porto	A15407
Mónica Ferreira	Porto	A10384
Paulo Santos	Porto	A10901
Paulo Micael Santos	Porto	A10979
Paulo Teles Silva	Porto	A170

## **Moção E**

ENFRENTAR  
O EMPOBRECIMENTO  
POLARIZAR  
À ESQUERDA

## ENFRENTAR O EMPOBRECIMENTO POLARIZAR À ESQUERDA

*O Mundo do Século XXI traz novas oportunidades proporcionadas pelo progresso técnico e científico, mas a civilização do capitalismo globalizado não assegura os mais elementares Direitos Humanos. Com a crise pandémica, ficaram a nu as desigualdades, as injustiças, os desequilíbrios e o empobrecimento que se manifestam nos campos social, ambiental e económico. A crise das vacinas, com Estados dependentes de interesses das multinacionais, é paradigmática. Construir alternativas exige respostas radicalmente intransigentes com o atual estado de coisas. Na primeira linha encontra-se o combate ao aumento das desigualdades e do empobrecimento. A esquerda está obrigada a afirmar na sociedade esse polo e a partir dele fazer todas as batalhas pela democracia e pela transformação social e ecológica.*

### POR UMA ALTERNATIVA ECOSOCIALISTA

**Vivemos uma crise sistémica no quadro do capitalismo globalizado. A acumulação de capital, a mercantilização, a exploração do trabalho e da natureza estão a destruir as bases da vida. Precisamos de criar uma alternativa socialmente justa e ecologicamente duradoura. A solução é o ecossocialismo que dará prioridade à recuperação dos ecossistemas que o capitalismo destruiu e que garanta bens duradouros, mais igualdade, menos lixo e poluição.**

**Ambicionamos um modelo alternativo, que mude as formas de propriedade, as relações de produção e as forças produtivas, no respeito pela dignidade das pessoas e baseada numa vida melhor e não em consumismo.**

**Queremos políticas fundadas no planeamento democrático, participado e descentralizado, em que a economia se oriente para o valor de uso e não de troca. Rejeitamos a definição capitalista de "progresso".**

### 1. CAPITALISMO GLOBAL E CRISES PANDÉMICA E AMBIENTAL

- 1.1. **O capitalismo globalizado está a conduzir o planeta e a humanidade a um desastre ecológico e socioeconómico de proporções ainda desconhecidas e a promover novos autoritarismos.** A crise pandémica veio agravar a enorme instabilidade que caracteriza a situação internacional, que nem o efeito pós-Trump muda. No contexto das disputas interimperialistas, os EUA são o principal fator dessa instabilidade, com frequente recurso à chantagem belicista e ao conflito comercial, como tem vindo a acontecer com a China, esta também em disputa pela sua afirmação como potência no sistema capitalista global.
- 1.2. **A característica estrutural do capitalismo globalizado é a financeirização, propulsora da crise iniciada em 2007-2008. Os mercados financeiros sobrepõem-se às economias reais, submetem-nas aos interesses especulativos da finança em busca da máxima rentabilização.** A dívida, tendo o Estado como garantia, e as bolsas determinam o funcionamento da economia e da sociedade. A pandemia covid-19 veio agravar as contradições que geram as desigualdades, o avanço da pobreza e a polarização da riqueza.
- 1.3. **O ataque aos direitos políticos, liberdades, garantias – sobretudo laborais, conquistas sociais e à mais elementar solidariedade humanitária são consequência da financeirização.** Situações de pobreza e privação não resolvidas por governos neoliberais e sociais-liberais provocam insegurança, ressentimento e medo, de-

magocicamente instrumentalizados para ataques à democracia e apelos a formas autoritárias de poder. A limitação de direitos cívicos e laborais, a proibição das greves e do direito à resistência, que foram impostos em sucessivos estados de emergência, a pretexto da necessidade de confinamento, favoreceram e agravaram a precariedade e a desregulamentação laboral.

- 1.4. **As contínuas catástrofes por todo o globo evidenciam as dramáticas consequências das alterações climáticas, provocadas pela emissão de gases com efeito de estufa (GEE).** A devastação da floresta amazónica é o exemplo claro da predação criminosa dos recursos naturais, com implicações ambientais. No nosso país, as alterações climáticas, com temperaturas extremas e chuvas ou secas fora das épocas outrora habituais, agravam as consequências de décadas de desordenamento territorial, rural e urbano, e de um tipo de florestação que facilita a ocorrência de grandes incêndios rurais, erosão do solo e perdas de água.
- 1.5. **A crise dos refugiados e migrantes, ocultada pelas potências ocidentais, tem de ser respondida com a retirada da população retida de forma inconcebível às portas da Europa,** resgatando-a de condições de vida subumanas e proporcionando acolhimento digno. A grave situação do povo palestino, agravada com o apoio à declaração de Jerusalém como exclusiva capital do Estado de Israel, a repressão feroz de Marrocos sobre o povo Sahauri ou o abandono do povo curdo à sua sorte exigem uma posição firme e combativa, confrontando a cumplicidade passiva do Governo com estes crimes e violações do direito internacional e das resoluções da ONU.
- 1.6. **A promoção da guerra infinita que arrasa povos e territórios exige a denúncia da NATO como organização belicista ao serviço do imperialismo ocidental, EUA e UE, e do complexo industrial militar norte-americano,** assim como a recusa das despesas em operações militares destinadas a apagar fogos ateados pelos mesmos que vendem as armas.
- 1.7. **Cabe à esquerda que não desistiu, afirmar e mobilizar para uma perspetiva política ecossocialista de combate à exploração capitalista,** contribuir para a unidade das lutas, participar nos movimentos sociais, nos combates antineoliberais e anticapitalistas, ambientalistas, feministas, antirracistas e pelos direitos LGBTIQ+. Na revolta contra o autoritarismo, fazer vingar uma exigência de luta pela justiça, contra a corrupção, de renovação da democracia representativa e de reforço da democracia direta e associativa, de defesa dos direitos laborais e sociais, de proteção ecológica e, em diversas situações, de mudança revolucionária em prol de uma sociedade justa, socialista e igualitária.

---

## PARA UMA AGENDA POLÍTICA DE ESQUERDA

**Os tratados e imposições da UE, que subjagam os povos europeus e as classes trabalhadoras ao capital financeiro internacional, impondo a perda de direitos laborais e democráticos, atentam contra os interesses dos povos. É preciso “desobedecer à UE”, tal como havíamos estabelecido na IX Convenção. Importa colocar no debate a reestruturação da dívida, juntando forças para enfrentar as políticas que aí vêm por parte do Governo PS e da UE.**

**No centro da agenda política de esquerda está a luta pela descarbonização da economia e por uma transição energética social e ecologicamente duradoura, pelo reforço das conquistas sociais e laborais e das soberanias democráticas, pela oposição ao militarismo europeu, pela solidariedade entre os povos e pelo combate ao racismo.**

**É essencial ampliar um forte polo de esquerda popular para combater o ascenso da extrema-direita e dos nacionalismos e populismos conservadores. A alternativa popular e ecossocialista deve contribuir para travar a ascensão do fascismo e da guerra.**

**Cabe à esquerda feminista lutar contra todo o tipo de discriminações e colocar em causa os sistemas patriarcal e capitalista, que se alimentam mutuamente, semeando a desigualdade salarial e laboral, a violência, nomea-**

**damente a violência machista, e as múltiplas opressões a que as mulheres estão sujeitas em termos de classe social, origens étnico-raciais, orientação sexual, identidade de gênero e estado civil.**

**Traçar uma estratégia para uma sociedade capaz de responder às necessidades de todos/as, promotora da inclusão e respeitadora das diferenças, deve partir do investimento fundamental e prioritário na Ciência e na Cultura, fazendo do Ensino gratuito a todos os níveis a sua base de sustentação.**

## **2. OS LIMITES DE UMA LEGISLATURA CAPTURADA**

- 2.1. **O apoio parlamentar a um Governo minoritário do PS (2015-2019) justificou-se para a reposição dos direitos retirados pelos cortes da troika, impedindo que PSD e CDS voltassem a formar governo.** Porém, pelo menos desde meio da legislatura, ficou claro que, apesar dos acordos parlamentares, o Governo manteve uma política de “bloco central” para fazer passar, entre outras matérias, a entrega de milhares de milhões à banca privada.
- 2.2. **A redução do défice continuou a ser uma obsessão, implementando uma política draconiana de cativações orçamentais.** Prosseguiu o esvaziamento e destruição dos serviços públicos iniciada nos Governos anteriores e o investimento público defraudou o que devia ser essencial para a viragem da página da austeridade.
- O contrato secreto e predatório com a Lone Star não foi denunciado;
  - As dificuldades no SNS agravaram-se, tornadas evidentes nas situações de rutura no combate à pandemia e na prestação de cuidados aos doentes não Covid;
  - As leis laborais da troika continuaram a ser impostas aos trabalhadores, mantendo a caducidade dos contratos coletivos, retirando direitos e aprofundando a precarização do trabalho, de que é exemplo o alargamento do período experimental no emprego de 90 para 180 dias;
  - O investimento para resolver a crise habitacional e robustecer a escola pública foi desprezado.
- 2.3. **No caminho até à disputa eleitoral de 2019, o PS tinha de ser confrontado com um novo caderno de encargos,** em vez do minimalista acordo inicial, mas o Bloco optou por defender a estabilidade como um valor em si e o prolongamento de uma solução institucional com o PS como eixo central da sua estratégia, secundarizando o seu próprio programa eleitoral. Estava à vista que o PS recusava qualquer entendimento pós-eleitoral à esquerda, estabelecendo na prática acordos com a direita. A iniciativa política ficou, assim, limitada e condicionada.
- 2.4. **Era fundamental criar agenda política própria e tomar a iniciativa, apoiar e incentivar as lutas dos movimentos sindical e social em torno de novos objetivos de superação da austeridade e de resposta à emergência climática;** confrontar o PS com novas metas; ganhar radicalidade e demarcação; desarmadilhar e não ceder à chantagem da demissão do Governo na proximidade das eleições.
- 2.5. **Sem essa confrontação política, nas eleições legislativas de 2019 o PS capitalizou a mensagem da estabilidade,** das contas certas, do superavit orçamental, do discurso da responsabilidade e do bom senso, da submissão “inteligente”, mas estrita aos tratados da UE, enquanto exercia mão dura sobre as lutas laborais, “militarizando” o direito à greve.
- 2.6. **O OE 2020 devia ter apontado para um novo ciclo de ataque à pobreza, às desigualdades sociais e à mudança climática, pela criação de emprego com direitos e pela reorientação produtiva da economia.** Nada disso. Sem a oposição da esquerda parlamentar, o PS condicionou o investimento, designadamente em setores fundamentais como o SNS e a habitação, não tocou na legislação laboral, fragilizou a Segurança Social e alinhou completamente com os objetivos da direita: saldo primário acima dos 3% do PIB e drenagem de recursos para financiamento da dívida. Meses mais tarde, o Governo fez aprovar um Orçamento Suplemen-

tar, de novo viabilizado pelo BE, apesar de o PS ter recusado na especialidade a grande maioria das propostas da esquerda. Nem o que negociou com o Bloco foi cumprido. Abriam-se as portas à austeridade pela desvalorização salarial, pela manutenção das leis anti-laborais, pela nacionalização dos prejuízos privados e pelo aumento do endividamento das empresas e das pessoas.

- 2.7. **No último OE (2021), o PS prosseguiu essas políticas e, arrogante, continuou apenas interessado em obter o apoio cego às suas próprias propostas que quis impor como bandeiras da esquerda.** O Bloco arrastou até ao limite a decisão de votar contra, mantendo a ambiguidade que vinha de trás de não se afirmar como oposição com agenda autónoma. Foi inteiramente justo não aprovar o OE, porém a organização e a opinião pública não foram preparadas nesse sentido, disseminando a surpresa e até alguma incompreensão entre alguns militantes que, na véspera, continuavam a defender com vigor a sua viabilização por abstenção, à semelhança do que acontecera anteriormente.
- 2.8. **A estratégia do Bloco orientou-se para garantir laços políticos institucionais com o PS, que não conseguiu, não alcançando o objetivo de “ser força de governo, com uma nova relação de forças” traçado na XI Convenção Nacional,** tendo-se assistido a uma perda eleitoral da esquerda e uma deslocação à direita das forças parlamentares. O Bloco surgiu, assim, como parceiro menor das políticas do Governo e do PS, dissolvendo nessa manobra a autonomia e radicalidade estratégica que lhe é matricial.
- 2.9. **Nas eleições presidenciais a candidatura apoiada pelo BE da camarada Marisa Matias, não obstante o seu voluntarismo e o seu esforço, teve sérias dificuldades de afirmação e perdeu 300 mil votos.** A proposta e o programa tocaram aspetos de grande importância, mas a política não se demarcou com clareza e profundidade de outras candidaturas, enleando-se numa linha que continuava a insistir nos acordos com o PS. Vastos e potenciais eleitores e amigos não foram votar na nossa candidata, apesar de uns quererem expressar um voto à esquerda e outros torná-lo eficaz. Quem não polariza perde.

---

## ATACAR FRONTALMENTE AS DESIGUALDADES

**Dar prioridade à defesa da vida humana significa atacar frontalmente as desigualdades, garantir e aumentar salários, assegurar 100% do salário em lay-off e aos progenitores que ficam em casa com filhos/as, não permitir que os apoios ao rendimento sejam inferiores ao salário mínimo nacional, combater a precariedade, proteger os trabalhadores autónomos, proibir os despedimentos, revogar as leis laborais iníquas, ampliar os direitos do trabalho e sindicais, diminuir a jornada de laboral sem redução de salário, garantir a habitação aos inquilinos e aos que vivem em casa própria com crédito bancário, não permitir cortes da água, eletricidade e comunicações, congelamento e fixação dos preços dos bens essenciais, aumento drástico da oferta pública de habitação e da rede de transportes públicos para garantir os direitos à habitação e à mobilidade.**

---

## 3. A PANDEMIA AGRAVOU A CRISE E A AUSTERIDADE AVANÇA

- 3.1. **As profundas desigualdades sociais, que se escondem frequentemente atrás de indicadores agregados e de médias de rendimentos, foram agora expostas pela progressão da pandemia,** particularmente nos setores sociais mais desprotegidos e nas periferias urbanas, sujeitos à precariedade laboral, às más condições de trabalho, de mobilidade e de habitabilidade, aos baixos rendimentos, à inexistência de uma rede pública de apoio aos idosos e à concentração suburbana.
- 3.2. **Nas sucessivas declarações de estado de emergência, as limitações aos direitos individuais e dos trabalhadores que nada têm que ver com os necessários confinamentos, designadamente o direito à greve, à manifestação ou à resistência, foram desproporcionais e desnecessárias,** tendo sido avançadas pelo PR



e apoiadas pelo Governo e pela maioria da AR, incluindo o BE. A Constituição não impede, em situação de crise, o recurso a medidas restritivas e de requisição de meios reguladas pela legislação em vigor. O estado de emergência, impregnado de uma pulsão securitária, foi prolongado sucessivamente sem qualquer consequência na requisição do setor privado da saúde ou na proibição dos despedimentos. Tratou-se de condicionamento dos trabalhadores e respeito pelo capital.

- 3.3. **As medidas anti-laborais do Código do Trabalho não obtiveram qualquer alteração, mantendo-se o regime de negociação coletiva e a transferência de rendimentos para o capital.** Os despedimentos cresceram de forma dramática. Milhares de famílias e de pequenos empresários têm a corda na garganta. Nem o prometido investimento no SNS, nem os apoios aos trabalhadores informais, nem aos cuidadores foram executados de forma eficaz. Portugal foi um dos países da Europa que menos investiu para combater a pandemia, em todas as áreas de intervenção pública. À custa de quem mais sofreu com a crise, o Governo não executou 7 mil milhões de euros dos orçamentos de 2020. Acentuou-se a austeridade.
- 3.4. **Na última década, cerca de 60% do montante de um OE foi saqueado, entre os juros da dívida, PPPs, benesses a banqueiros, fuga aos impostos em *offshores*, benefícios fiscais a grandes multinacionais, entre outras operações do capital subsidiodependente.** O povo português paga impostos para o Governo mandar para os financeiros. Numa situação de emergência, não só pandémica, mas económica e social, a resposta a este esbulho brutal exige renegociação da dívida e um imposto sobre as grandes fortunas.

## QUE RESPOSTA DE EMERGÊNCIA?

**É necessário um Plano de Emergência Social para responder aos que se encontram numa situação de extrema fragilidade e vulnerabilidade, que garanta os empregos e os salários na sua totalidade, que assegure rendimentos e contratos com direitos e acabe com a precariedade.**

**Exige-se atenção efetiva aos setores socialmente desprotegidas e excluídos, pessoas com deficiência, famílias monoparentais, idosos isolados e com baixos rendimentos ou imigrantes e minorias.**

**É necessário um verdadeiro banco de fomento nacional de gestão pública, com o objetivo de apoio à reconversão e à sustentabilidade económica e produtiva das empresas — e não na procura do lucro imediato e da especulação —, que proporcione apoios às micro e pequenas empresas, medidas urgentes que garantam proteção nos postos de trabalho, mais transportes e melhores condições de habitabilidade.**

**O sistema cultural deve ser promotor do desenvolvimento individual e coletivo, de uma sociedade com visão crítica e interventiva, força de transformação e identitária de uma comunidade. É um direito fundamental. Não pode ser deixado em estado comatoso. Os seus agentes, os seus trabalhadores têm direito a serem consagrados o estatuto de profissional cultural e de serem apoiados com urgência e dignidade. A produção, criação e fruição cultural tem que ser possível em todos os territórios e comunidades.**

**A fome existe e alastra em Portugal e não está restrita a faixas marginais. A calamidade existente exige uma ação eficaz e centralizada do Estado para colmatar as situações de fome e pobreza extremas resultantes da quebra de rendimentos, que não pode limitar-se a ações desgarradas de autarquias, organizações de solidariedade social ou de entidades religiosas. A resposta não pode limitar-se ao apoio assistencial, mas sobretudo impedir uma desestruturação gravíssima do tecido social que, na persistência das coordenadas económicas e sociais impostas pela UE, ao serviço da finança, se eternizará. O pleno emprego, com direitos e salários dignos, é a melhor forma de combater a pobreza e a fome.**

#### 4. A RESPOSTA À CRISE

- 4.1. **No centro da nossa intervenção política está o apoio às reivindicações e lutas dos trabalhadores e a exigência de revisão da legislação laboral.** O país precisa de uma estratégia que defenda e assegure o trabalho para todos/as, nomeadamente pela redução do horário para as 35 horas em quatro dias úteis semanais, complementado com a redução da idade da reforma, o que exige um firme combate contra os argumentos ideológicos semeados pela UE e adotados fielmente pelo Governo.
- 4.2. **Defendemos uma estratégia de qualificação dos serviços públicos, desde logo o SNS, que avance com a reconversão produtiva e com a democratização energética;** aposte na transição agroecológica que crie emprego; promova uma economia orientada segundo os interesses da maioria da população; combata as desigualdades sociais e as assimetrias territoriais; assuma o controlo público e democrático de setores estratégicos, como a finança; promova a cultura de uma escola democrática, inclusiva e uma educação emancipatória, ativa, que valorize a liberdade, a consciência crítica e fomente o exercício de uma cidadania consciente, baseada numa educação de valores.
- 4.3. **O Governo não tem um plano estrutural definido, colocando-se no papel de intermediário entre fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual e do Next Generation EU,** abrindo a porta aos interesses do capital que, a pretexto da transição energética, aproveitam para se desfazer de negócios cujos lucros baixaram, deixando à sua sorte os trabalhadores em casos como os da GALP em Matosinhos ou da EFACEC.
- 4.4. **A adaptação e a mitigação dos efeitos das alterações climáticas impõem um processo de transição energética e agroecológica justa, com descarbonização radical da economia.** O sistema neoliberal pretende levá-la a cabo, mantendo o *status quo* de multinacionais energéticas e a atual divisão entre pobres e ricos no acesso à energia, tendo por base a maximização do lucro. A transição energética deve estender-se a toda a cadeia de produção, distribuição e consumo. O acesso à energia é um direito básico que implica produção e distribuição diversificadas e descentralizadas, com a criação de uma empresa pública para esse efeito e apoio a um programa de I&D nesta área, com envolvimento das populações nas decisões.
- 4.5. **Portugal deve aumentar a sua soberania energética, promovendo a criação de emprego qualificado e o aproveitamento dos vastos recursos não fósseis,** como a energia de origem solar, eólica e da biomassa. Incrementar a produção local para redução das necessidades de transporte e da respetiva pegada ecológica. Restringir a produção pecuária e agrícola intensivas, diminuir os consumos de água e as emissões de metano. Promover as culturas mediterrâneas e a floresta de espécies autóctones, fixadoras de carbono e resistentes aos incêndios. A retórica da neutralidade carbónica do Governo está em absoluta contradição com a sua política extrativista, com a opção aeroportuária Portela+Montijo para aumento do tráfego aéreo e com a falta de investimento num plano ferroviário para todo o território nacional e não apenas para a ligação Lisboa-Porto.
- 4.6. **A habitação, apesar de permanecer como parente pobre do Estado social, constitui uma das bases fundamentais de respeito pelos Direitos Humanos.** Os preços da habitação nos últimos anos dispararam e erodiram alguma recuperação de rendimentos pós-troika. A crise económica e social tende a agravar a situação de milhares de famílias, o que reforça a necessidade de um programa elaborado e executado por um serviço nacional de habitação a ser criado e que cumpra a respetiva Lei de Bases. O crescimento do investimento na habitação deve apontar para 1/3 de oferta habitacional pública mais 1/3 do setor social não lucrativo, recusando a guetização e a expulsão para periferias distantes. As organizações de moradores, das associações às cooperativas, devem ser envolvidas na construção participada desse programa, com apoio às movimentações sociais em torno da luta pelo direito à habitação.
- 4.7. **A Regionalização descentralizadora, conforme prevê a Constituição, confere competências e meios a órgãos regionais com legitimidade própria, sujeitos ao escrutínio democrático e transparente.** A Regionalização não é uma questão do interior ou das autarquias, é assunto do Estado e da democracia que as populações reconhecem quando lutam por serviços, acessibilidades e igualdade, que não pode ser evitada nem substituída por colégios eleitorais de autarcas que indicam presidências para as CIM e para as CCDR. Reclamamos uma descentralização que não seja meramente administrativa, mas confira novos direitos políticos às popu-



lações. A importância da Regionalização assenta nos princípios da participação e da subsidiariedade, bem como nos fundamentos da solidariedade e da justiça social.

- 4.8. **A dívida pública portuguesa é tão elevada quanto insustentável e vai continuar a crescer. A exigência da sua reestruturação constitui uma questão nodal.** O argumento de que não é preciso tocar na dívida porque os juros estão baixos ilude o facto de que a espada da dívida e do seu serviço sobre a economia se mantêm. Os juros baixos, suportados pela ação do BCE na compra de ativos, são uma espécie de moratória para garantir, em situação de crise, a liquidez do sistema financeiro. A invisibilidade desta questão nos últimos tempos é inaceitável.

**O Bloco de Esquerda não se associa nem se compromete com medidas de austeridade nem que atentem contra a dignidade da vida humana, princípio intransponível pelo qual deve determinar a posição a adotar nos Orçamentos de Estado.**

**O Bloco de Esquerda concentra o apoio político a todos os níveis para derrotar a ofensiva da direita sobre os trabalhadores e as suas lutas concretas, promovendo um amplo debate público sobre as ideias ecosocialistas que dão sustentação e alcance a essas lutas, assegurando que ninguém fica para trás, mesmo quando se trata de transição energética.**

## 5. A PRÓXIMA BATALHA AUTÁRQUICA

- 5.1. **O Bloco deve colocar no centro dos seus programas propostas alternativas à austeridade** neoliberal e de resposta às consequências da crise do capitalismo agravadas pela pandemia, nas mais diversas áreas da intervenção autárquica com prioridade absoluta no social e no combate ao empobrecimento.
- 5.2. **Os aderentes do Bloco nas autarquias defendem medidas de proibição dos despedimentos**, de defesa dos salários e de combate à precariedade, desde logo quando se trata de responsabilidades municipais ou de freguesia. **A mitigação dos efeitos das alterações climáticas, a transição energética e agroecológica que também contribua para a criação de emprego local sustentável**, a defesa de espaços urbanos livres de betão, a luta contra a turistificação e a gentrificação, elementos essenciais das prioridades ambientais e urbanísticas.
- 5.3. **Também nas autarquias, o Bloco afirma a defesa da Regionalização** e o combate ao despovoamento que atinge 2/3 do território nacional, bem como à persistente suburbanização desqualificada das áreas metropolitanas. A reposição, de acordo com a vontade das populações das freguesias extintas pela lei Relvas continua a ser essencial para o reequilíbrio do quadro político, administrativo e identitário dos territórios. O Bloco valoriza as autonomias regionais dos Açores e da Madeira.
- 5.4. **As políticas públicas, que em geral dispensam empresas municipais, devem configurar propostas alternativas saudáveis e sustentáveis**, onde a regulação do solo e do direito de preferência se afirmem acima da especulação imobiliária e da expulsão de moradores dos centros das cidades, configurando núcleos populacionais onde todos/as possam viver, e assegurando acessibilidades para o trabalho e o lazer.
- 5.5. **Às organizações locais do Bloco deve ser conferida capacidade para definir candidaturas, candidatas/os e programas eleitorais locais.** Todo o empenho deve ser conduzido para a promoção de candidaturas próprias, podendo assumir, em situações excecionais, o eventual apoio a alianças populares à esquerda na forma de candidaturas independentes e cidadãs.



## O BLOCO REFORÇA-SE COM ATIVISMO E MILITÂNCIA CRÍTICA

**As organizações locais e regionais precisam de núcleos, de adquirir ativismo e autonomia política e financeira nos respetivos âmbitos, reforçando-se a importância das quotizações e dos apoios por parte dos aderentes, mas também as campanhas junto dos trabalhadores e da juventude.**

**É essencial criar rede política e social à escala local e regional, com a afirmação de dirigentes políticos bloquistas reconhecidos pelos concidadãos. Todo o apoio às iniciativas locais e deslocação de meios efetivos e de recursos para a dinamização do trabalho local do Bloco.**

**O trabalho local, autárquico, sindical, nas diferentes áreas de intervenção, deve ganhar centralidade no esforço de construção do partido/movimento. A desvalorização do trabalho local e autárquico, aliados ao centralismo, verticalização, funcionarização e excessivo parlamentarismo foram e são fatores de desmobilização das bases.**

**O Bloco reforça-se incentivando uma militância crítica nas grandes campanhas políticas e não apenas mera executora de tarefas ou angariadora de nomes quando há eleições ou em processo de Convenção.**

**A participação e a democracia no Bloco são decisivas para a afirmação da alternativa política à esquerda, “de quem nada espera do PS, nem fica à espera do PCP”. Movimento e alternativa social é o caminho!**

---

## 6. UM PARTIDO/MOVIMENTO CONSTRUÍDO COM A ALEGRIA DA PARTICIPAÇÃO E DA PLURALIDADE DEMOCRÁTICA

- 6.1. **O Bloco precisa de valorizar as estruturas de base** e de desenvolver a interação entre todos os níveis da organização, garantindo a circulação da informação, envolvendo todo o partido na definição da sua orientação política, com o contributo das múltiplas vivências, experiências, perspetivas e competências, sempre no respeito pela pluralidade da organização.
- 6.2. **A partilha e a cooperação entre todos/as, independentemente das sensibilidades, em torno de um projeto político comum deve substituir a lógica da exclusão**, de asfixia da democracia interna ou da conceção de que o “partido se reforça depurando-se”, que impõe um monolitismo castrador e reacionário.
- 6.3. **No Bloco devem ser instituídos sistemas de votação transparentes e abertos**, assim como, e quando se justificar, o recurso ao referendo estatutariamente consagrado, de forma acessível e sem restrições que o limitam.
- 6.4. **A disputa pela hegemonia e controlo do aparelho perverte e empobrece a vida democrática da organização**, condiciona as escolhas nas listas para os cargos eletivos, internos ou externos, e abafa a pluralidade, as vozes críticas e a diferença de opiniões. A democracia interna baseada na igualdade plena de todos e todas as aderentes entre si deve ser urgentemente restabelecida.
- 6.5. **A luta política que demarca campos no Parlamento e nas instituições ou na vida social dos movimentos sociais ou sindical é relevante, mas a principal dinâmica da mudança política com vista à conquista de uma maioria social é a ação em todos os movimentos**, sindicais, da juventude trabalhadora e estudantil, sociais e ambientais, nos múltiplos combates que ganham força e refletem contradições de classe e de género e em agendas anticonservadoras. É por aí que queremos ir sem privilegiar nenhum, que é o que reforça a democracia, a militância no Bloco de Esquerda.



## SUBSCRITORES

Abel António Ribeiro Alves de Sousa	Porto	11735
Acácio Pinheiro	Lisboa	11647
Adelino Granja	Leiria	4507
Adelino Raimundo Candeias	Portalegre	11219
Adriano Zilhão	Lisboa	15138
Alberico Afonso	Setúbal	836
Alberto Francisco M. Machado Guimarães	Porto	11930
Alberto José Cerqueira Moreira	Porto	11039
Alberto Sousa e Silva	Porto	197
Alcino José Brás Hermínio	Santarém	761
Alexandra Ricardo	Lisboa	9912
Alexandre Carneiro (Alex)	Braga	8548
Alexandre Manuel F. da Silva Torção	Porto	7901
Alexandre Miguel Gonçalves de Matos	Lisboa	6891
Alexandrina Maria Nunes Dos Santos	Santarém	5936
Alfredo José Gonçalves Vasco	Santarém	14448
Alice Brito	Setúbal	835
Álvaro Joaquim Moreira	Porto	13988
Amandio dos Reis Delfino	Lisboa	6680
Amândio Vila Real	Braga	9477
Ana Cristina Ribeiro	Santarém	14395
Ana D'Espiney	Lisboa	15161
Ana Filipa Costa	Braga	13827
Ana Francisca Aldir Moreira	Porto	12483
Ana Margarida dos Reis Velez	Santarém	6648
Ana Margarida Tomás Coutinho Ramalho	Santarém	13963
Ana Maria Correa	Porto	14143
Ana Maria de Oliveira Vinagre	Portalegre	9662
Ana Miranda	Setúbal	6572
Ana Paula Andrade Fernandes	Santarém	13872
Ana Paula Pereira Pinto Machado	Porto	12913
Ana Paula Sousa	Porto	14159
Ana Penas	Setúbal	4482
Ana Rita da Silva Casquinha	Santarém	13936
Ana Rita dos Santos V. Carvalho de Sousa	Santarém	14454
Ana Rosa da Silva Moreira	Porto	13012
Ana Rosa Ferro Francisco	Lisboa	9910
Ana Rosa Oliveira Mourata Pendilha	Portalegre	15431
Ana Rute Domingues Araújo	Porto	11619
Ana Sartóris	Setúbal	2027
Ana Sofia Cotrim Lopes Mourão	Santarém	11132
Ana Sofia Ligeiro Mendes Pereira	Santarém	13327
Ana Sofia Mealha Afonso Cortes	Lisboa	9397
Anabela Lourenço Baptista Calado	Portalegre	10029
André Antunes	Setúbal	6622
André Queiroz Amorim	Porto	1227
Andreia Filipa Teixeira Azevedo	Porto	14700
Andreia Maria Cardoso Matos Bento	Porto	11093
Andreia Sofia Catarino Oliveira	Santarém	13955
Andreia Sofia da Silva Martins	Santarém	13880



Andreia Soraia Madeira Costa	Santarém	13954
Ângelo Salvador Marques Silva	Santarém	13313
Aniceto Correia	Setúbal	968
António Abreu	Leiria	3503
António Caldeira Velez dos Reis	Santarém	14451
António Carlos Martins Godinho	Santarém	1323
António Correia da Costa Ferreira	Santarém	14852
António Delgado	Leiria	14719
António Fernando Sá Augusto	Porto	12920
António João Aires Rato	Portalegre	12174
António João Maltez Malias	Portalegre	13678
António Joaquim Fernandes Gonçalves	Porto	192
António José Guimarães Castela	Lisboa	14823
António Leonel Filipe	Leiria	11769
António Louro Miguel	Porto	3614
António Manuel Carlos Pereira	Portalegre	1959
António Manuel Gouveia Ferreira Ribeiro	Porto	8141
António Manuel Pires Duarte	Santarém	14502
Antonio Manuel Ribeiro Ferreira	Braga	5006
António Maria Pinheiro Almeida	Portalegre	10194
António Maria Ramos Ricardo	Portalegre	209
António Ramoa Lima	Braga	12120
António Soares Luz	Porto	342
António Veloso	Lisboa	7458
Arlindo Rodrigues Cairões	Porto	12988
Armindo Oliveira Costa Ferreira	Porto	13825
Artur António Guerreiro Sanina	Faro	10653
Artur Manuel Rodrigues Calado	Portalegre	8084
Artur Semide	Setúbal	848
Bárbara Maria Constantino	Santarém	13947
Beatriz Ribeiro Maia	Setúbal	15333
Benjamim Carrilho Gomes	Portalegre	10467
Bento Conceição Correia	Lisboa	1099
Bernardino José Gama Romão	Portalegre	12303
Bill Williams	Setúbal	1175
Bruno Candeias	Setúbal	11738
Bruno Miguel Parada Gonçalves	Porto	14463
Carla Cristina Ligeiro Rodrigues	Santarém	8890
Carla Cristina Teixeira de Almeida	Porto	12170
Carla Isabel Prates Alcaravela	Portalegre	10536
Carla Maria Pires Rodrigues	Santarém	9737
Carla Sofia Roma de Oliveira	Santarém	8351
Carlos Alberto Mulano Ginga	Portalegre	10197
Carlos Alexandre Gomes	Portalegre	14499
Carlos Alexandre Nunes Almeida	Porto	11100
Carlos Filipe Palma	Santarém	13950
Carlos Jorge Manso Gomes	Vila Real	12834
Carlos Lourenço de Jesus Neves	Setúbal	5200
Carlos Luna	Évora	1281
Carlos Madruga	Lisboa	300
Carlos Manuel Godinho Matias	Santarém	1355
Carlos Manuel Jerónimo Liberal	Aveiro	8699
Carlos Manuel Mateus Borges	Porto	12896



Carlos Manuel Tavares dos Santos	Portalegre	11218
Carlos Manuel Tomás de Jesus	Leiria	10862
Carlos Manuel Vicente Marecos	Santarém	5017
Carlos Marques	Lisboa	1095
Carlos Miguel Emiliano Fonseca	Santarém	11760
Carlos Miguel Vilar Patrão	Lisboa	1052
Carlos Silva	Aveiro	15605
Carolina Isabel Ribeiro Rodrigues	Santarém	11398
Catarina Alexandra M. da Silva Fonseca	Lisboa	13869
Catarina Ribeiro Ferreira	Lisboa	14026
Cátia Alexandra Paixão Rato	Portalegre	12172
Cátia Cristina Quintans Iça	Santarém	12239
Cátia Sofia Cunha dos Santos Travessa	Santarém	13124
Cecília Maria Marques Amaral	Porto	12895
Célia Maria Martins da Silva	Santarém	13884
César Lino Lopes	Lisboa	207
Constantino Piçarra	Beja	787
Cristiana Sousa	Madeira	4310
Cristina Maria de Oliveira Monteiro	Portalegre	12441
Cristóvão Pereira Oliveira	Porto	10045
Dália Maria Felício Seixas Rainho	Santarém	1346
Daniela Freitas dos Santos Louro	Lisboa	3144
Daniela Raquel Pinto Borges	Porto	12921
Daniela Sande Lopes	Portalegre	15009
Dário Fernando Esteves Alfaia	Portalegre	6662
David Manuel Tremoço C. P. Bizarro	Portalegre	7703
Davide José Ramos Silva	Santarém	11408
Diamantino da Conceição Perico Pernão	Portalegre	14593
Diana Joaquina Veredas Maroto	Portalegre	12302
Diogo Miguel Cunha Santos	Santarém	13123
Diogo Miguel Pinto Borges	Porto	12897
Diogo Modesto Cunha	Porto	8832
Domicília Maria C. da Costa	Porto	15005
Domingas Patrícia Santinha P. Jesus	Portalegre	10249
Domingos Mata Neves	Portalegre	11217
Duarte Nuno C. Antunes De Almeida	Lisboa	15255
Edgar Alves Bernardo Antunes	Santarém	4979
Edgar Filipe Garcia Anjos	Portalegre	15063
Eduardo Alexanddre dos Reis Magalhaes	Porto	12163
Elsa Maria Lima Moreira	Porto	12194
Emanuel Bento	Coimbra	15606
Emídio Manuel Monteiro	Santarém	13951
Esmeralda Correia Mateus	Porto	1252
Eva Luisa da Rocha Coelho	Porto	10108
Fábio Carvalho	Leiria	11662
Fabício Marcelo Pannia Araújo	Guimarães	15442
Fernando Bessa Ribeiro	Braga	14319
Fernando Manuel Ribeiro de Castro	Porto	14564
Fernando dos Santos Oliveira	Porto	13075
Fernando Jorge Vitorino de Sousa	Santarém	14452
Fernando Manuel Favita Pereira	Portalegre	13269
Fernando Manuel Sousa Monteiro	Braga	13981
Fernando Napoleão Campos Oliveira	Aveiro	696



Fernando Raul Quadro Ramos	Leiria	392
Filipe Almeida	Viseu	15191
Filipe Carlos Silva Vintém	Santarém	8495
Filipe Manuel Oliveira Pinheiro	Porto	11097
Filomena da Conceição de Sousa Cirne	Porto	9050
Flora Maria da Rocha Pinto Cairões	Porto	12923
Florbela Orlanda Galvão Garcia Anjos	Portalegre	14498
Francisco Amorim dos Santos Batista	Porto	1235
Francisco Arménio São Bento Lobato	Portalegre	10117
Francisco Daniel de Oliveira Pascoal	Santarém	12538
Francisco Diogo Moreira Alves	Porto	14971
Francisco Duarte	Leiria	15270
Francisco Filipe Barata Filipe	Portalegre	10494
Francisco Gargate da Silva	Portalegre	10420
Francisco José Basílio Costa	Porto	9677
Francisco José Claudino Galego	Portalegre	15166
Francisco Tomás	Setúbal	755
Frederico Figueiredo Ferreira Carvalho	Lisboa	13870
Gabriela Mota Vieira	Açores	3844
Gonçalo Filipe Nunes Rafael	Santarém	4977
Gracinda Rodrigues	Bragança	14083
Gualter Miguel M. O. Fonseca Costa	Porto	8944
Guilherme Francisco Rosa Monteiro	Guarda	13770
Guiomar Maria Monteiro	Santarém	13938
Hélder Agostinho Santos Lima Moreira	Porto	10853
Hélder Lima Santos	Lisboa	3395
Hélder Manuel de Magalhães Cruz	Leiria	13604
Hélder Pires Marques	Lisboa	13751
Hélio Manuel Marques Gouveia	Santarém	1356
Henrique dos Reis Leal	Santarém	1350
Higino Manuel Gaocho Maroto	Portalegre	14695
Hilário Jesus Carvalho Martins	Braga	2703
Horacio Gomes Lourenço	Porto	2248
Horácio Martingil Batista	Santarém	14472
Hugo Filipe Gonçalves Bento	Porto	11094
Hugo Freire dos Reis Ferreira	Portalegre	10534
Hugo Pinto Gouveia	Lisboa	8860
Humberto Sereno	Setúbal	546
Idalino Monteiro Nunes Dias	Lisboa	11483
Inês Fogageira Ramalhão	Porto	12023
Inês Isabel Nogueira Marques	Santarém	14481
Inês Isabel Rodrigues Coelho	Portalegre	14572
Inês Mafalda Ferreira Mendes	Porto	14841
Irene Conceição	Setúbal	1187
Isabel Alexandre Monteiro da Silva	Lisboa	13879
Isabel Figueiredo	Lisboa	13685
Israel Silas Domingues Araújo	Porto	10508
Ivo Emanuel M. Barros	Porto	9043
Jaime Alves Parracho Duque	Santarém	2812
Jaime Pires Lopes D'Abreu	Portalegre	10425
Jéssica Sofia Jesus Soares	Porto	13987
Joana Filipa Vidigal Cardoso Patrício	Santarém	15382
Joana Rita Graça Godinho	Santarém	5577



Joana Saraiva	Leiria	2883
João Álvaro Seabra Mota	Lisboa	15430
João António Santos Manet	Portalegre	12304
João António Tavares Romão	Portalegre	11982
João Batista Pereira Paixão	Portalegre	12942
João Carlos Arraiano Canudo	Portalegre	9696
João Carlos Fernandes	Setúbal	3228
João Chalas	Setúbal	1385
João Conceição	Setúbal	1186
João Domingues Gomes de Oliveira	Portalegre	10466
João Eugénio Teixeira Loureiro	Porto	12544
João Ferreira da Costa	Santarém	13341
João Francisco Reguina Faria	Portalegre	7704
João José Sousa Almeida	Aveiro	699
João Lopes	Lisboa	9872
João Luís	Lisboa	10226
João Luís Mourato Varela	Portalegre	11072
João Madeira	Setúbal	520
João Manuel Machado Oliveira	Braga	917
João Maria Passadinhas Pires	Portalegre	9789
João Paulo Pinto Carvalho	Porto	10875
João Pedro Vaz Domingues	Leiria	14912
João Ricardo Pinheiro	Braga	4616
João Subtil Dias	Santarém	5584
João Vaz	Lisboa	2743
Joaquim António Neves Cântara	Braga	7837
Joaquim Barradas Inácio	Santarém	13894
Joaquim Eduardo Farinha Madeira	Santarém	1677
Joaquim Elias Neto Carapeta	Portalegre	14591
Joaquim Fernandes Pereira Araújo	Porto	10222
Joaquim Fernando Casquilho Salgueiro	Portalegre	14164
Joaquim Júlio Carvalho Loureiro	Porto	11092
Joaquim Luís Santos Lopes Simões	Santarém	14471
Joaquim Maria Carrilho Barreto	Portalegre	10199
Joaquim Mendes Teixeira	Braga	4252
Joaquim Pereira Fernandes	Porto	8858
Joaquim Telmo Lavadinho Rodrigues	Portalegre	10663
Jorge Afonso	Aveiro	102
Jorge Humberto Fouto Mendes	Portalegre	14389
Jorge João Santos José	Lisboa	10374
Jorge José Carrajola Ferreira	Portalegre	11216
Jorge Luís Monteiro de Carvalho	Porto	
Jorge Manuel Costa Santos Silva	Santarém	11173
Jorge Manuel Monteiro Mendes	Guarda	1467
Jorge Nicolau de Sousa Lourenço	Porto	1240
Jorge Santana	Setúbal	4900
Jorgete Teixeira	Setúbal	584
José A. Silva Mourão	Porto	4123
José António Barata	Porto	13138
José António de Almeida Dias Ferreira	Lisboa	1675
José António Marin	Lisboa	13466
José António Moço Simões	Santarém	13883
José Bastos	Lisboa	5968



José Batista Mourato Celestino	Portalegre	15062
José Carlos Gonçalves Rodrigues	Braga	1307
José Carlos Lopes	Aveiro	697
José Carlos Soares	Portalegre	10426
José Casimiro Leite Garcia	Santarém	13885
José Casimiro Torres Carvalho	Porto	1468
José Domingos Cardoso Moura	Lisboa	13320
José Domingos Chamorrinha Sande	Portalegre	13272
José Domingos Courinha F. Ribeiro	Portalegre	13704
José Domingos Pereira Frutuoso	Porto	10436
José Emílio Tavares Raposo	Portalegre	11233
José Fernando Balança Gaspar	Portalegre	13865
José Gaspar Santos Silva	Santarém	5489
José Gonçalves	Vila Real	14567
José Joaquim Lucrécio G. Grilo	Portalegre	11215
José Lopes Nunes	Lisboa	8588
José Luís da Fonseca Monteiro	Portalegre	12171
José Luís da Silva Rodrigues	Vila Real	7143
José Manuel Casquinha de Abreu	Portalegre	12443
José Manuel do Carmo	Faro	1566
José Manuel Gonçalves	Santarém	13871
José Manuel Tavares Soares de Oliveira	Aveiro	13906
José Pedro Cardinha Rainho	Santarém	1345
José Santana Henriques	Lisboa	15045
Josué da Silva Cavalheiro	Leiria	14624
Júlia Maria Demétrio F. Pereira	Portalegre	13270
Julieta Maria Grilo Fragoso	Portalegre	15202
Júlio Moreira Almeida Gameiro	Portalegre	12175
Larysa Volodymyrivna Demchenko	Santarém	11043
Laura Coutinho Ramalho	Santarém	13315
Laura Luísa Grave D'Abreu	Portalegre	10495
Laurentino Puga de Sousa	Porto	13477
Laurinda Seborro Mendes Toneco	Portalegre	12556
Leandro Miguel Marafona Martins	Porto	8607
Leonel Castro	Braga	8322
Leonel Peixe do Carmo	Lisboa	7735
Leonor Antunes Magalhães Carvalho Pinto	Porto	15350
Leonor Cebola Martins	Lisboa	9177
Liberato Ribeiro de Almeida	Aveiro	702
Lídia Semide	Setúbal	849
Liliana Isabel Ferreira	Lisboa	2581
Liliana Rodrigues	Braga	4604
Lino Carvalho Mendes	Braga	13001
Lúcia Maria Pereira Marques	Portalegre	11176
Lucília Lourenço	Lisboa	10021
Ludgero Eduardo Martins Orelhas	Portalegre	10202
Luís Artur Ribeiro Gomes	Santarém	1501
Luís Carlos Ferreira Vieira	Santarém	13942
Luís Carlos Marques da Silva	Santarém	11126
Luís Carlos Neves da Silva	Porto	11083
Luís Costa	Lisboa	15279
Luís Gabriel Rodrigues Pereira	Santarém	15367
Luís Gomes	Santarém	1501



Luís Manuel de Jesus V. Carvalho	Portalegre	11207
Luís Manuel Macarrinhas Anjos	Portalegre	14500
Luís Manuel Pedras Comboias	Portalegre	12665
Luís Miguel Loureiro Xavier	Porto	9565
Luís Miguel Palmeiro Rodrigues	Portalegre	10417
Luís Miguel Vale	Porto	3823
Luís Mós	Lisboa	14071
Luís Mouga Lopes	Viseu	3427
Luís Pereira	Setúbal	250
Luís Rodrigues	Bragança	14082
Lurdes Maria da Silva Gomes	Porto	8988
Luz Celeste V. Queiroz dos Santos Batista	Porto	1246
Mafalda Manuela C. Dias Pereira Ramos	Lisboa	10001
Magda Sónia Garcia Anjos	Portalegre	15204
Manuel António Azeitão Rebelo	Portalegre	15136
Manuel António Dália Romão	Portalegre	12643
Manuel António Folgado Marques Borrego	Santarém	13708
Manuel Canelas	Leiria	12958
Manuel Carlos Silva	Braga	12121
Manuel Costa	Setúbal	1381
Manuel Fernando Cerqueira Pinto	Porto	1247
Manuel Jorge Duarte Ramos	Santarém	2969
Manuel Martins Miléu	Portalegre	13674
Manuel Oliveira Lopes	Santarém	5464
Manuel Soeiro Alves	Santarém	14455
Manuela Tavares	Setúbal	845
Marcelino Caeiro	Lisboa	12056
Márcia Filipa Graça Godinho	Santarém	5576
Márcia Sofia Estalagem Cruz	Portalegre	10204
Márcio André Ferreira Moreira	Porto	11085
Marco Alexandre da Silva Loureiro	Guarda	1649
Marco António Duarte Carneiro	Porto	4319
Marco Filipe Sá Geração	Santarém	5580
Margarida Maria Ordaz Rosa Pimenta	Porto	11081
Margarida Rodrigues Miléu	Portalegre	10535
Maria Alexandrina Narciso Silva Carneiro	Porto	169
Maria Alice de Oliveira Teixeira	Aveiro	9085
Maria Alice Marques Cipriano	Santarém	13878
Maria Amélia Carvalho Costa	Braga	14085
Maria Antónia da Silva Frio	Portalegre	8066
Maria Bento Nunes do Rosário Rafael	Santarém	1344
Maria Conceição Caeiro	Lisboa	12057
Maria Costa	Faro	14673
Maria da Conceição Marques A. Dimas	Portalegre	12442
Maria da Conceição Marques dos Anjos	Santarém	8661
Maria da Fonseca	Santarém	13948
Maria da Glória Figueira dos Reis Velez	Santarém	14453
Maria da Luz Alves Leonor	Porto	9708
Maria da Luz Alves Lopes	Santarém	11044
Maria de Fátima Orelas Cachaço	Portalegre	10342
Maria de Fátima Pimenta Gomes	Lisboa	15213
Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão	Santarém	2763
Maria de La Soledad Murrillas Cruz	Portalegre	12305



Maria de Lurdes de Sales Ramos	Porto	14725
Maria do Carmo	Setúbal	748
Maria do Carmo Silva	Lisboa	6132
Maria do Céu Santos Carvalho	Santarém	13322
Maria do Rosário Vaz	Setúbal	5509
Maria do Sameiro	Lisboa	596
Maria Eduarda Campos	Coimbra	12549
Maria Elisa C. Antunes Magalhães	Porto	3812
Maria Fonseca Custódio	Santarém	13867
Maria Gorete Pimentel	Braga	13617
Maria Helena d' Assunção Valente	Portalegre	14286
Maria Isabel da Silva Tavares	Portalegre	14595
Maria João Beleirinho Campos	Portalegre	10416
Maria João Cardoso Costa Silva	Portalegre	10240
Maria João Silva	Portalegre	13773
Maria Joaquina Filipe Marques	Santarém	13940
Maria José Barreto Pinheiro	Portalegre	11560
Maria José Belchior	Portalegre	11208
Maria José Coutinho Nunes de Sá	Porto	14786
Maria José Magalhães	Porto	1340
Maria Lúcia Mendes Pereira Ramos	Santarém	2964
Maria Luz	Setúbal	13809
Maria Manuela Caneira	Santarém	8952
Maria Manuela Martins Pereira	Braga	5830
Maria Manuela Monteiro da Silva Fonseca	Lisboa	1604
Maria Rosário Simões Marques da Silva	Santarém	13887
Maria Saudade Cunha	Santarém	13901
Maria Teresa Seixas Valério	Lisboa	10956
Maria Vicência Silva Bolas Sande	Portalegre	12902
Maria Viegas Tavares Freire	Santarém	13314
Mariana de Lurdes Reguina Faria	Portalegre	14592
Marina do Carmo	Lisboa	15242
Mário Jorge Videira Lopes	Viseu	5327
Mário José Silva Fonseca	Lisboa	725
Mário Oliveira	Viseu	10597
Mário Tomé	Lisboa	3761
Marisa Cláudia Carvalho Arantes	Porto	13156
Marta Raquel Loureiro Barbosa	Porto	11091
Mauro Daniel Moço Pires Belas	Santarém	13317
Micaela da Silva Sadanha Morgado	Santarém	13107
Miguel Ângelo da Rocha Coelho	Porto	13126
Miguel Ângelo Monteiro da Silva	Madeira	13412
Miguel de Jesus Casimiro	Santarém	11397
Miguel Pereira Cabral	Lisboa	2247
Miguel Sousa Ribeiro	Lisboa	7533
Miriam Sousa	Lisboa	14991
Nádia Penas	Setúbal	7524
Nélio Filipe Oliveira Ferreira	Santarém	13949
Nelson Fernando Raposo Arraiolos	Leiria	11005
Nelson Jorge Pereira Moura	Porto	14875
Nelson Manuel Lageira Canas	Portalegre	13864
Nelson Tiago Moreira Barros	Porto	10164
Nohra Lucia Ramos Cobo	Braga	14378



Nuno Filipe Pinto de Sousa	Porto	13698
Nuno Fugas	Lisboa	13741
Nuno Manuel dos Santos Silva	Porto	14874
Nuno Miguel Ferreira Monteiro	Santarém	11127
Nuno Miguel Pereira Amaral	Porto	11089
Nuno Onça	Lisboa	10319
Olavo Tavares	Setúbal	14837
Oleh Avramenko	Portalegre	11736
Osório Fernando Leite de Sousa	Porto	14197
Otávio Joaquim Lopes Jorge	Lisboa	7136
Otávio Nunes Ferreira	Santarém	13321
Patrícia Alexandra Coelho Ribeiro	Portalegre	13843
Patrícia Alexandra Soares Lucas Monteiro	Guarda	3342
Patrícia Cirne Braga	Porto	9051
Paula Cristina Silva Sá Pereira	Porto	13076
Paula da Costa	Setúbal	1176
Paulo Alexandre Carrapato Ruivo	Portalegre	10246
Paulo Alexandre Gandun Martins	Portalegre	12173
Paulo Alexandre Martins Mendes	Santarém	8595
Paulo Alexandre Trindade Jesus	Lisboa	1453
Paulo Cardoso	Lisboa	10629
Paulo Cristiano Rosa Ferreira Marques	Santarém	8173
Paulo Gonçalves	Lisboa	8135
Paulo Jorge Coutinho Ribeiro	Porto	13018
Paulo Jorge Maia Magalhães Mota	Porto	11507
Paulo Jorge Ribeiro Gomes	Lisboa	13873
Paulo José Gomes Mouta	Porto	11457
Paulo Louro	Lisboa	13776
Paulo Pica	Lisboa	14854
Paulo Renato Cardoso Ricardo	Porto	2055
Paulo Ricardo do Carmo	Lisboa	15241
Pedro Abreu	Europa	4791
Pedro Albuquerque J. R. Dias	Porto	12994
Pedro Alexandre Branco Anjo	Santarém	6651
Pedro Alexandre Leitão Grave	Santarém	3775
Pedro Manuel dos Santos Gago	Lisboa	14439
Pedro Manuel Martins Portela de Almeida	Porto	15334
Pedro Miguel Cardoso	Lisboa	13238
Pedro Miguel da Silva Santos	Santarém	6935
Pedro Miguel Pereira Costa	Porto	6284
Pedro Miguel Silva Vieira	Porto	11088
Pedro Miguel Teixeira dos Santos	Porto	11090
Pedro Queiroz Amorim	Porto	1261
Pedro Soares	Braga	108
Pedro Taveira	Setúbal	11056
Pedro Vieira dos Reis	Santarém	14161
Rafael Lopes Camelo	Portalegre	15432
Raquel Maria Loureiro de Moura Santos	Porto	11095
Raúl Horincar	Faro	15626
Reinaldo de Jesus R. Amarante Tentado	Santarém	4982
Ricardo Alexandre Nunes Branco	Portalegre	14387
Ricardo André Lima Salabert	Porto	1961
Ricardo Daniel Ferreira Vitorino	Porto	11084



Ricardo Daniel Jesus Ribeiro da Silva	Porto	10458
Ricardo de Jesus	Lisboa	11740
Ricardo Duarte	Setúbal	15114
Ricardo Jorge Santos Ginga	Portalegre	10344
Roberto Tavares	Lisboa	8289
Rogério Colaço	Setúbal	4157
Rogério Ferreira	Faro	10861
Rogério Miranda	Setúbal	2484
Rogério Paulo Soares Correia Neto	Faro	9698
Rogério Pinto	Leiria	7713
Rosa Manuela B. C. Oliveira Ferreira	Braga	5791
Rosa Maria Torres Graça Godinho	Santarém	5578
Ruben Alexandre da Silva Martins	Santarém	13939
Ruben Alexandre Nunes Branco	Portalegre	14450
Ruben Pereira	Setúbal	13791
Rui Abreu	Lisboa	2897
Rui António David Gaita	Portalegre	10205
Rui Cortes	Vila Real	251
Rui Jorge dias Figueira de Sousa	Portalegre	13344
Rui Manuel Pinto Ibanez Matoso	Lisboa	206
Rui Miguel Ferreira da Silva	Porto	13850
Rui Miguel Salabarda Garrido	Portalegre	3663
Rui Rodrigues	Setubal	15152
Sacha Augusto Habermann Aires	Porto	11254
Sandra Marina Monteiro da Silva Caçoila	Lisboa	5487
Sara de Jesus Barradas C. Galego	Portalegre	12557
Sérgio Augusto Ribeiro Filipe	Santarém	11407
Sérgio Filipe Pereira Amaral	Porto	11087
Sérgio João Carichas Tomatas	Portalegre	10242
Sérgio Paulo Lamarao Pereira	Aveiro	14718
Sérgio Rocha	Setúbal	13807
Sesinando Pereira da Silva Araújo	Leiria	13357
Sílvia F. C. Barros Marques Moutinho Carreira	Porto	9188
Sílvia Isabel Alves Oliveira	Portalegre	9766
Sílvia Raquel Marques	Porto	1076
Sofia Luna	Évora	6786
Sónia Alexandra Ferreira Lamachã	Porto	14694
Stephanie Platvoet	Setúbal	10359
Susana Maria Silva Cordeiro	Portalegre	10195
Tatiana Pinho Reis	Porto	10638
Teodósio Maria Alcobia	Lisboa	2042
Teresa Isabel R. Nogueira Marques	Santarém	14480
Teresa Sales	Setúbal	3821
Tiago Antunes da Silva	Guarda	4173
Tiago Costa Carvalho	Santarém	12585
Tiago Filipe Ribeiro Oliveira	Santarém	13868
Valter Alexandre Bailarota Penha	Portalegre	10243
Vanda Sofia Moço Belas	Santarém	13318
Vanessa Cavém	Setúbal	13810
Vânia Alexandra dos Reis Velez	Santarém	9808
Vânia Filipa Costa Moreira	Lisboa	13874
Vera Cristina da Graça Ferreira Machado	Santarém	13956
Vera Timóteo	Lisboa	127



Vergílio do Rosário Rafael	Santarém	1343
Victor Manuel Centúrio de Almeida	Santarém	6710
Victor Manuel de Oliveira Aires Crespo	Porto	13962
Victor Pinto	Porto	7333
Victor Santos	Setúbal	12808
Vitália Ribeiro	Setúbal	580
Vítor Ferreira	Lisboa	719
Vítor Francisco P. Sousa	Leiria	4309
Vítor Luz	Setúbal	14605
Vítor Manuel de Oliveira Barros	Porto	10009
Vítor Ricardo Marques Gonçalves	Lisboa	11253
Vítor Tojeira	Leiria	6908
Vitória Alexandra da Silva Oliveira	Porto	13079
Vitória Maria Narciso Paixão Rato	Portalegre	11799
Zélia Maria Curado Basso	Portalegre	12017

**Moção N**  
POR UMA REVOLUÇÃO  
TRANQUÍLA



## POR UMA REVOLUÇÃO TRANQUILA

*“Uma geração que ignora a História, não tem passado e não tem futuro”*

Robert Heinelein

Façamos um pequeno exercício de memória: há cerca de 100 anos, o Mundo, e a Europa em especial, viveu uma sucessão de eventos de grandes proporções: a 1ª Guerra Mundial, uma pandemia (a gripe espanhola), uma crise social e uma crise económica uma década depois que conduziram, no breve espaço de uma geração, à ascensão do nazismo e à 2ª Guerra Mundial.

A ordem dos fatores parece ser, agora, um pouco diferente, mas não deixa de ser perturbante o paralelismo que o círculo vicioso de “crise económica-crise social-crise sanitária-crise política” converge para que o cenário dos ultranacionalismos e as tensões isolacionistas ditatoriais assumam um papel de relevo com efeitos drásticos. Acresce, como se tudo isto não fosse suficiente, uma crise ambiental sem precedentes.

Internamente, sentimos que algo está profundamente errado. Sofremos uma crise económica mal gerida desde há uma década, cujos efeitos a prazo ainda estávamos a viver, com o cortejo de desemprego, da generalização da precariedade, da gentrificação, da crescente financiarização da economia, da transferência crescente de rendimentos do trabalho para o capital, a quebra de direitos e de medidas de defesa das trabalhadoras e dos trabalhadores. A esquerda falhou àquelas e àqueles que jurou defender e proteger. A esquerda, uma certa esquerda, tem assistido impávida à destruição do modelo social europeu - que permitiu alguma prosperidade e mobilidade social - que se sucedeu à queda do muro de Berlim e à implosão da União Soviética, e que continua em aceleração, fruto da ofensiva neoliberal iniciada na Europa por Thatcher, na senda dos “Chicago boys”. Era a existência de um modelo socioeconómico “alternativo”, um Estado Social forte, criado após as fortes mobilizações populares do fim da derrota do nazi-fascismo da segunda guerra mundial, que impediu o liberalismo selvagem de prosperar. O modelo social europeu do pós-guerra foi a forma que o capital encontrou, após as grandes mobilizações populares, para estancar a expansão das ideias socialistas/soviéticas na Europa, já que estavam territorialmente garantidos depois de Yalta/Potsdam.

### **ERROS CRASSOS, MÁ LEITURA, CAMINHO ERRADO!**

Se o desafio colocado a António Costa, logo após as eleições de 2015 foi o correto, foi errada a opção de não se desafiar o Partido Socialista para um segundo acordo dois anos após o primeiro; é que o cumprimento das medidas assinadas entre as partes era apenas uma questão de tempo.

Teria sido necessário ler as exigências da sociedade para se forçar um aprofundamento das soluções à crise. A direção do Bloco de Esquerda optou por uma abordagem conservadora, como se o PS fosse um partido inexperiente nas lides políticas.

Deixar a proposta de um segundo acordo para depois das eleições de 2019 demonstrou ser um erro crasso, fruto de uma má leitura e de um caminho errado, uma falta de audácia política e traduziu-se num acomodamento à situação, que apenas convinha ao PS.

Passou a oportunidade de se tentar construir uma dinâmica unitária alargada, que desse à esquerda a força que necessitava para mudar o país livrando-o das políticas injustas da Troika/Passos Coelho na sua totalidade e impor uma resposta acelerada aos problemas que resultam das alterações climáticas; a perda de mais de 60.000 votos, quando se deveria ter aumentado a votação, demonstra bem ao que este erro conduziu o Bloco.

O Bloco de Esquerda deixou a Costa as mãos livres para negociar à esquerda ou à direita, consoante melhor lhe acesse.

Permitir a sistemática utilização de uma política de cativações foi outro erro - por inexperiência na arte da negociação, por incapacidade de definir, à partida, linhas vermelhas claras, por tentar assumir uma estratégia política que não foi por si desenvolvida - faltou o engenho e a arte, mas também o golpe de asa e o necessário jogo de cintura democrático à direção do Bloco de Esquerda.

Estas sucessivas incapacidades relacionais com o PS afundaram o Bloco de Esquerda e remeteram-no, de novo, para uma nota de rodapé nas decisões estratégicas globais para a sociedade portuguesa, confinando a sua capacidade de ação política - beneficiaram o Partido Social Democrata e, em menor medida, possibilitaram "segurar" o Partido Comunista Português junto do seu eleitorado.

Outro erro de análise permitiu o lançamento da candidatura da Marisa nas condições em que foi feito: sem debate interno, sem mobilização interna e sem a definição das políticas estratégicas a defender pela candidatura. Dever-se-ia, também, ter apostado numa proposta de convergência à esquerda, negociando com Ana Gomes e com João Ferreira, um "forçar uma 2ª volta" - poderia não ter dado em nada, mas nem se tentou. Não foram essas as opções e o resultado foi o que se viu.

Por outro lado, ao desvalorizar o fenómeno da ascensão da extrema-direita, à semelhança do PCP, o Bloco de Esquerda não foi capaz de entender que existe um descontentamento da população relativamente às propostas e/ou à atuação destes partidos. Ventura não ficou em 2º lugar graças a um inconsciente coletivo que soube distinguir entre o que era importante e o que era acessório neste combate político. Mas ficou feito o aviso.

Falta à direção do Bloco de Esquerda a capacidade de escuta ativa - é surda em relação àquilo que as bases murmuram ou gritam; não entende que se isolou numa postura jacobina e criou para si mesma um monstro de redes clientelares internas que se autoalimenta.

Os amigos e os familiares pululam nos cargos remunerados, independentemente das competências próprias e das necessidades de especialização sectorial de que o BE tanto carece. O emprego interno é um serviço prestado a alguns.

Esta situação é agravada por uma profunda incapacidade de se relacionar com as Distritais e o facto de ter transformado os respetivos funcionários numa extensão do Grupo Parlamentar e da Direção Nacional, em torno dos quais funciona o partido/movimento. Os funcionários das Distritais não são extensões do GP nem da Direção do Bloco de Esquerda; servem para desenvolver e apoiar as atividades locais e estas nem sempre são facilmente harmonizáveis com as "grandes orientações estratégicas" que, por via de regra, são em zigzag.

Por outro lado, ao se institucionalizar, no pior sentido da expressão, o Bloco de Esquerda deixou cair as suas bandeiras, para abraçar bandeiras alheias. O PAN - Pessoas Animais Natureza agradece.

Um pouco de humildade não faria mal nenhum aos dirigentes; falta uma leitura crítica do que correu, e continua a correr, mal e para aceitar que há formas mais corretas de ação e de envolvimento das bases e dos apoiantes exteriores ao partido.

E está errada a sistemática tentativa de sufocar a diversidade interna que ainda é a principal riqueza do Bloco de Esquerda. Relembremo-nos que já foi forçada a saída de uma das suas correntes fundadoras, para além da de outros sectores mais ou menos numerosos.

Esta forma de fazer política interna em vez de captar novos aderentes, tudo faz para afastar as boas vontades das bases. E esta orientação ainda se dá ao luxo de desperdiçar os quadros políticos que ainda por aqui andam e que

estão disponíveis para contribuir para o crescimento do Bloco de Esquerda.

## ENFRENTAR O FUTURO, AGORA!

O contexto sócio-económico-político dos próximos 2 anos será de um fortíssimo desafio à esquerda. É previsível um aumento da expressividade dos populismos e a aproximação da extrema direita à área da governação, como já acontece em algumas comunidades do Estado Espanhol, em governos locais na Alemanha ou em França e, agora, também nos Açores (ainda que com fragmentação política da direita no seu todo).

A extensão da crise económica e social já é visível e haverá, ao que tudo indica, campo para o surgimento de uma crise política como consequência das medidas severamente gravosas que serão impostas às sociedades europeias e a Portugal no pós pandemia. Não tenhamos qualquer dúvida: a austeridade estará de volta, porque será necessário pagar a fatura das políticas urgentes de combate à pandemia que, de forma enganadoramente solidária, a Comissão Europeia implementou. Sabemos bem que, na Europa, não há “almoços de borla”.

O PS poderá estar tentado a ir a eleições antecipadas, especialmente depois de lhe ser impossível manter a pouca boa-vontade que as suas políticas ainda gozam junto dos eleitorados do PCP e do próprio Bloco de Esquerda, porque o agravamento da crise social ditará um menor empenho governamental na implementação de medidas favoráveis à manutenção do bem-estar das franjas mais frágeis da população.

As políticas que Costa imporá ao país irão esgotar a capacidade de “aceitação de migalhas orçamentais” que tem caracterizado as relações à esquerda desde 2017.

A reconfiguração da sociedade portuguesa pós pandemia vai revelar alterações profundas em relação ao período anterior. Nunca refeito da Troika, o Trabalho vai estar numa situação ainda mais fragilizada face ao capital; as fêlências em série; o teletrabalho; a precarização das relações laborais; o desemprego estrutural, são outros tantos fatores a ter em conta e a necessitarem da nossa atenção principal.

As moratórias dos empréstimos, implementadas para aliviar as quebras de receitas por parte das famílias e das empresas, terão de ser pagas mais tarde ou mais cedo, porque bem sabemos que a Banca nunca fica a perder. Mas quer as famílias quer as empresas estão descapitalizadas e muitas serão incapazes de fazer face aos encargos, ainda que não se venha a verificar um aumento dos encargos pré-pandemia. Há que dar uma resolução ao problema, para que não se venha a verificar um agravamento da crise económica e da crise social.

A banca continuará a exigir ser alimentada com os dinheiros públicos, e estaremos perante uma nova crise financeira de proporções não inferiores à de 2008-13. Com a agravante de ainda não termos saído daquela...

Face ao exposto, **é agora, e não depois** da crise política que se avista no horizonte, e muito menos após um qualquer ato eleitoral (seja ele autárquico ou legislativo) **que o Bloco de Esquerda terá de lançar um sério desafio ao PS de Costa**: Ou aceita um acordo (escrito e assinado) com uma clarificação das linhas vermelhas e com uma aposta decisiva no desenvolvimento; ou haverá crise política. O que implica, em suma, que o Bloco de Esquerda clarifique qual o seu posicionamento face à governação (e não apenas a este Governo).

Existe urgência na resolução dos problemas atuais da população e é imperioso garantir uma efetiva igualdade e equidade de oportunidades.

## QUAIS SÃO OS PONTOS ESSENCIAIS DESSE DESAFIO?

a) **Reforma da Justiça** - não há democracia se a justiça não funciona; é necessário acabar com a sistemática utilização de manobras dilatórias quer na fase de instrução, quer durante o julgamento, quer, sobretudo, na fase de recurso (o recurso deve ser feito ao mesmo tempo que a pena é executada, ou os prazos de apresentação e de apreciação terão de ser drasticamente reduzidos). É necessário acabar com a expressão “mais vale um mau acordo que uma boa sentença” e, conseqüentemente, dotar a justiça dos meios de aplicação das sentenças.

As custas judiciais impossibilitam que a justiça seja igual para todos. Impõe-se uma redução generalizada das custas judiciais.

- b) **Desenvolver a economia baseada no conhecimento** - Portugal é um país pequeno e onde não abundam as matérias primas, para permitir um desenvolvimento económico ambiental e socialmente sustentável é necessário potenciar as atividades económicas com base no conhecimento e na cultura, pois a criação de setores com elevado valor acrescentado permitirá libertar recursos para alavancar o restante tecido económico.

Estas atividades dependem do desvio de recursos para a investigação científica e para a educação. Portugal tem de formar recursos humanos nas áreas de ponta das ciências e tecnologias e generalizar o conhecimento das humanidades, até ao fim da legislatura é necessário atingir os 3% do PIB para a investigação científica, a par com 1,5% para a cultura.

Terá de ser esta a base para construir o futuro das nossas populações e do nosso território, a nível social o desenvolvimento dos setores intensivos em conhecimento deve ser acompanhado por um aumento da qualidade de vida que resulte de uma equitativa repartição do emprego, diminuindo a duração do tempo de trabalho.

Uma das áreas prioritárias é necessariamente a produção e racionalização da energia, privilegiando as fontes endógenas de forma a alcançar rapidamente uma economia livre de carbono.

- c) **Legislação Laboral** - reversão de todas as medidas introduzidas pela Troika. Fomentar e respeitar a contratação coletiva. Reduzir a jornada de trabalho para as 30 horas, sem quebra de vencimento aproveitando os ganhos de produtividade proporcionados pela automatização dos processos de produção. Anular o fator de sustentabilidade para a determinação do valor das pensões e reformas. Aumentar o salário mínimo para 1.000€ até ao final da legislatura. Agilizar a ação dos Tribunais de Trabalho, que terão de julgar os casos apresentados no espaço máximo de 21 dias. Dificultar os despedimentos. Reforçar a Autoridade para as Condições do Trabalho com os meios humanos e materiais necessários a um cabal cumprimento dos seus objetivos. Deverá ser implementada uma regra que limite a amplitude do leque salarial, que atualmente chega a atingir níveis escandalosos (devem ser incluídos os benefícios não pecuniários para o cálculo dos limites). Alterar a regra contabilística atual, que coloca na conta de "Aquisição de Bens e Serviços" os custos com a contratação de pessoal via empresas de trabalho temporário, para a conta de "Pessoal", isto possibilitaria um forte impulso para a redução da precariedade laboral, já que a imposição da Taxa Social Única recairia sobre a entidade usufrutuária dos serviços prestados e, duplamente, sobre a empresa prestadora de serviços.
- d) **Reformar a Segurança Social** - As deficiências de funcionamento da Segurança Social são antigas e têm-se vindo a agravar. É necessário acabar com a duplicação de pedidos e com a política de "toda a gente é culpada até prova em contrário". As condições de recurso são obscenas; o atendimento uma lástima, com frequentes erros de informação; os tempos de análise de um qualquer processo são incomportáveis para quem necessita de ver a sua situação resolvida antes de morrer de fome ou de idade. Não são admissíveis os atrasos na avaliação dos pedidos (desemprego, reforma, ou outros) quando a SS tem em seu poder todo o historial contributivo dos beneficiários. É necessário transferir para outras rubricas orçamentais (em Orçamento de Estado) os custos com Formação Profissional, porque não compete aos trabalhadores pagarem do seu bolso (porque a TSU é salário diferido) as necessidades de desenvolvimento das competências que as empresas identificam. Alterar o modelo de financiamento da segurança social, reduzindo a penalização dos sectores de mão de obra intensiva, agravando as contribuições em face às mais valias geradas antes de impostos.
- e) **Reforçar o Ensino Público** - investir no reforço de competências científicas e tecnológicas de forma a criar cidadãos capazes de lidar com as novas realidades e desafios, investir no desenvolvimento das humanidades é fundamental para a formação de cidadãs e cidadãos capazes de se relacionarem com o meio físico e social. Aumentar a qualidade do ensino reduzindo o número de alunos por turma, ajustando a duração dos períodos de trabalho letivo para dezoito horas semanais para os docentes e cinco horas diárias para alunos, implementar transporte e alimentação escolar para todos os alunos de forma gratuita; alargar universalmente os empréstimos de materiais a todos os meios utilizados pelos alunos.
- f) **Investir no Serviço Nacional de Saúde** - Se houve coisa que demonstrou o grau de penúria do SNS foi justa-



mente a pandemia. Acabar com as Parcerias Público Privadas e impor a separação funcional entre sectores; o pessoal de saúde terá de optar entre o SNS e o sector privado, e é necessário aumentar os salários para reter os quadros no SNS e criar outros mecanismos de promoção de fixação de residência fora dos grandes centros urbanos. Dotar os serviços públicos de saúde dos meios físicos, humanos e financeiros para a prestação de serviços de alta qualidade.

- g) **Renegociação da Dívida** - o garrote que o serviço da dívida coloca sobre a capacidade de desenvolvimento económico e social nacional é demasiado elevado para que se possibilite uma efetiva convergência com a média europeia. A dívida terá de ser reescalada para prazos muito mais largos (mais de 50 anos) e a juro zero.
- h) **Controlo Público dos Sectores Essenciais** - Os monopólios naturais como a energia, as redes de transporte e de comunicação, a água e serviços essenciais como os correios, a banca, a RTP, entre outros, devem ser colocados sob controlo público. As Empresas Públicas deverão ter um peso no mercado que lhes permita determinar e regular os padrões de serviço fornecido à população.
- i) **Fazer a Regionalização** - a plenitude do exercício da democracia só poderá ser concretizada através da aplicação das regras de funcionamento democrático a todos os níveis da administração local. Ora, tal não acontece, dadas as sucessivas entorses às regras democráticas que a descentralização de competências denota, e que apenas tem retirado às populações a capacidade de exercer o controlo democrático que a Constituição lhes garante. O PS terá de atuar no sentido de implementar efetivamente a Regionalização e de se comprometer num prazo não superior a uma legislatura, a promover uma reforma da Administração Local que aplique escrupulosamente as regras democráticas de autodeterminação das populações relativamente à forma como querem ser governadas aos níveis local e regional, tal como já o fazem em termos nacionais. Tal implicará, também, equacionar uma reforma das leis eleitorais, de forma a tornar mais aproximada a representatividade da vontade popular, hoje muito enviesada - um caminho possível poderá ser a criação de um círculo de compensação, à semelhança do que acontece nos Açores, ou a alteração dos círculos eleitorais, reduzindo-os em número, ou mesmo uma mistura dos dois princípios enunciados.
- j) **Não há planeta B** - a mitigação das alterações climáticas e a implementação de um novo modelo eco-sustentável tem de ser mais do que uma nota de rodapé. O Bloco de Esquerda necessita afirmar a centralidade da sustentabilidade ambiental no seu programa político, a transição justa para uma economia livre de carbono tem de ser acelerada, o país deve afirmar-se nas novas indústrias da energia, e canalizar a riqueza gerada por estas para proporcionar uma transição justa aos trabalhadores das atividades carbono intensivas; apostar na economia do mar sem tentações extractivistas, garantido a eco-sustentabilidade. Do Bloco de Esquerda esperam-se posições firmes na defesa do desenvolvimento da via férrea em detrimento da via rodoviária, da implementação do transporte público de proximidade gratuito em detrimento do transporte individual. Necessitamos mudar do paradigma do crescimento infinito para o da repartição dos recursos de modo equilibrado e sustentável.

## E CÁ DENTRO?

Chamemos as coisas pelos seus nomes concretos: **é necessário acabar com a partilha de cargos e de postos entre as duas correntes principais do Bloco de Esquerda**, porque essa não é mais do que uma forma de apadriñamento que perverte e subverte os princípios fundadores do movimento. A Igualdade de Oportunidades não é uma bandeira para o exterior, é algo que tem de ser praticado todos os dias também cá dentro.

Na frente interna, há que devolver aos aderentes a voz que lhes tem sido retirada. É necessário **apostar na formação política e no envolvimento do pessoal das bases** que se encontra no terreno, que contacta com a população e que representa, o melhor que sabe e pode, o Bloco de Esquerda junto da comunidade. Implica, naturalmente, uma profunda revisão da forma de comunicar dentro e para fora das estruturas do movimento.

Urge **devolver às estruturas locais a capacidade de autogoverno** e os processos de comunicação interna têm de passar a ser matriciais, contrariando a crescente verticalização de cima para baixo que tem vigorado nos últimos



anos, e promover ativamente a audição das comunidades, dos seus problemas, das suas necessidades, dos seus anseios de forma a garantir que as respostas são as mais ajustadas às necessidades concretas de cada um, em coletivo.

É urgente revitalizar a Coordenadora Nacional do Trabalho, que não pode ser um braço do Grupo Parlamentar, mas sim **um órgão que articule o pensamento político do Bloco de Esquerda com as práticas informadas do mundo do trabalho**, e não apenas do mundo sindical.

**É necessário por cobro ao abuso** de alguns sectores que, no processo de integração de novos aderentes, usam esse momento para recrutamento de elementos para outros fins que não o do nosso partido no seu todo.

É imperiosa a **reposição da limitação dos mandatos**, porque a perpetuação dos mesmos e das mesmas nos mesmos postos conduz à atrofia do pensamento e da forma de estar na política, para além de tresandar a estalinismo encapotado.

Da mesma forma, **o estatuto do funcionário** tem de ser aligeirado do malfadado critério de “confiança política” que só tem sido usado para engrossar a lista de amigos e familiares. Esta não pode ser a forma como um partido assumidamente de esquerda funciona.

É crucial que a **Comissão de Direitos funcione de forma equidistante, justa, imparcial e isenta** e, especialmente, **que não se furte a enfrentar os grupos de pressão internos** que acabam por a manietar, nem se demita a favor da Comissão Política, quando o que está em causa são entorses a outros regulamentos que não os Estatutos. Mais, é necessário que quem faz parte da CD possua, preferencialmente, conhecimentos jurídicos para que volte a imperar algum bom senso nas decisões tomadas por aquele órgão.

A **Coordenadora Nacional Autárquica tem de ser um mecanismo democrático**, criado de baixo para cima, pelos e pelas autarcas e que funcione coletivamente como entreajuda a nível nacional num fórum permanente aberto e participado.

E é necessário, de forma séria, **repensar os Estatutos do Bloco**, assim como de outros Regulamentos em vigor, adaptando-os às exigências que as regras de funcionamento democrático impõem.

**Democracia, Socialismo, Ecologia, Direitos Sociais, são os paradigmas dos quais não abdicamos.**

**É revolucionária qualquer forma política que permita o desenvolvimento do bem-estar da sociedade no seu todo, e é por isso que nos batemos.**

**A Revolução tranquila é aquela que permite garantir o reforço dos direitos, liberdades e garantias consagradas na Constituição, dentro e fora do Bloco.**

**E é por tudo isto que nos batemos!**

## SUBSCRITORES

Alexandre Café	Lisboa	10070
Ana Cristina Basílio	Setúbal	12487
Ana Massas	Setúbal	843
Ana Vieira de Castro	Lisboa	9480
Anabela Barbosa	Santarém	5081



Anabela Silva	Setúbal	11518
António Carlos Frutuoso	Setúbal	5201
Bruno Ferreira	Santarém	13039
Carlos Aboim Brito	Faro	1564
Carlos Cabrita	Faro	4418
Cátia Silva	Faro	14892
Cristina Herculano	Setúbal	10937
Daniel Baptista	Lisboa	9791
Fernando Lacerda	Porto	356
Francisco Aire	Lisboa	10415
Francisco Colaço	Santarém	390
Honório Marques	Faro	11475
Hugo Manuel Lemos	Setúbal	10920
Jaime Silva	Santarém	12848
João Alves	Santarém	6157
Joao Bárbara	Faro	13605
João Barros	Lisboa	9826
João Bona	Santarém	8534
João Nuno Matos	Setúbal	3784
Joaquim Claro	Lisboa	11403
Joel Alexandre Lopes	Setúbal	2350
Jorge Rodrigues	Santarém	7024
José Carlos Seabra	Setúbal	5277
José Moreira	Faro	6643
José Santos	Faro	3400
José Semedo	Lisboa	15064
Lúcia do Céu Rijo	Setúbal	12570
Manuela Marcelino	Faro	12785
Maria Filomena Santos	Setúbal	12489
Maria Helena Fraga	Setúbal	601
Maria Leonor Lemos	Setúbal	4927
Maria Nazaré Reis	Setúbal	5167
Maria Odete Cosme	Santarém	6383
Marilisa Crespo	Évora	9217
Martim Rosa Calmeiro	Lisboa	9836
Miguel Oliveira	Santarém	7890
Nelson Moutinho	Faro	14785
Nuno Viana	Faro	5028
Patrícia Oliveira	Santarém	9926
Paula Pereira	Lisboa	4233
Paula Rosa	Lisboa	9671
Paulo Silva	Faro	14709
Pedro Miguel Honrado	Setúbal	12568
Pedro Pereira Neto	Setúbal	11721
Pedro Sousa	Porto	9261
Renato Marco Inácio	Setúbal	12566
Rodrigo Trancoso	Madeira	3582
Rui Miguel Massas	Setúbal	12472
Sandra da Costa	Faro	13397
Sónia Alexandra Castro	Setúbal	5166
Sónia Patrícia Nunes	Setúbal	12569
Soraia dos Reis	Setúbal	12565

## **Moção Q**

**QUEBRAR CORRENTES,  
LUTAR PELO  
SOCIALISMO**

## **QUEBRAR CORRENTES, LUTAR PELO SOCIALISMO**

*O objetivo do Bloco de Esquerda é a superação efetiva do atual estado de coisas. A sua potência política é a de constituir um polo anti-capitalista, de pensamento e ação, de construção de projetos e de criação de movimento, para romper com os limites da política institucionalizada.*

*A quem se contenta com um fechamento auto-laudatório respondemos com a urgência de estabelecer pontes de diálogo e ações concretas que agreguem cada vez mais pessoas por um outro tipo de sociedade. E a quem acha que só é possível uma estratégia de massas deixando de lado a radicalidade respondemos que só quem for efetivamente à raiz dos problemas conseguirá ser mobilizador e transformar o que é preciso.*

### **CORRENTE 1: A RESPOSTA INSUFICIENTE ÀS CRISES**

A crise provocada pela pandemia veio somar-se às crises económica, ambiental, alimentar, humanitária e da representatividade política tradicional do capitalismo neste início de século, multiplicando ameaças para a classe trabalhadora. Esta terá de se preparar para enfrentar de maneira dura uma burguesia que tentará passar, como de costume, a fatura destas crises aos de baixo. Pela nossa parte, não nos podemos dar ao luxo de ficar apenas na defensiva, de acreditar na bondade de «bazucas europeias», de alimentar a ilusão de que um Partido Socialista um bocadinho menos social-liberal seria o suficiente para lidar com a gravidade da situação ou o mito de um regresso à «normalidade». Até porque a normalidade do sistema sempre foi a estabilidade das estruturas de exploração e opressão; o anti-capitalismo não se esconde no recuo tático permanente e sem horizonte estratégico de transformação. O anti-capitalismo é agora.

### **CORRENTE 2: O ECOSOCIALISMO NÃO É UMA FLOR NA LAPELA**

O capitalismo globalizado soma à exploração e dominação entre seres humanos os ataques aos frágeis equilíbrios ambientais. E o desastre ecológico em que já estamos mergulhados é uma bomba-relógio que não espera pelos avanços e recuos dos bons e maus fígados dos corredores de poder nem se desarma com meias-medidas. Não há tempo nem condições para continuar com a política as usual.

Por isso, o ecossocialismo não pode ser uma flor na lapela, para ostentar em dias de festa, nem uma reflexão genérica, justa mas sem relação com o aqui e agora. Tem de ser uma prática política e programática concreta no centro da política do Bloco: um projeto de transformação radical do planeta, que combine a transição energética com a melhoria das condições de vida da maioria da humanidade, que construa a comunidade fora das teias do mercado e novos entendimentos da vida e da nossa relação com os ecossistemas a que pertencemos. Desta forma, a crítica da economia política terá de ser também a crítica do produtivismo, do crescimento pelo crescimento e do mercado enquanto instituição criadora de verdade.

### **CORRENTE 3: A DITADURA DO AUSTERITARISMO EUROPEU**

Episódios recentes, como a chantagem e a espoliação da Grécia e o Brexit, ilustram simultaneamente os problemas do processo de integração europeia e a incapacidade que as esquerdas têm tido de lhes oferecer uma alternativa satisfatória.

O consenso no campo do euro-liberalismo austeritário tornado lei no Tratado Orçamental, do securitarismo demonstrado no fecho de fronteiras, na guerra contra refugiados no Mediterrâneo e na proposta opaca de criar um exército europeu não consegue disfarçar que é um mínimo denominador comum fraco entre as burguesias europeias, acentuando desequilíbrios no continente, penalizando o Sul e fragilizando as democracias nacionais através de imposições e «inevitabilidades».

O sonho europeu resultou numa crise de hegemonia incapaz de mobilizar o centrão político a partir do qual foi construído. Mas é também o pesadelo de uma esquerda que não consegue imaginar como romper o cerco da «política única» permitida e como articular a escala nacional com a europeia.

A implementação de um programa mínimo de governo à esquerda, que incluísse por exemplo nacionalizações de setores essenciais, subidas dos impostos sobre a riqueza ou a reestruturação da dívida pública, implicaria um confronto com as instituições europeias e com os poderes que estão por detrás delas e para o qual se tem de estar claramente preparado.

O Bloco tem de estar no cerne deste debate em Portugal e na Europa, afastando a dicotomia entre um nacionalismo utópico e isolacionista e um processo de integração europeia destinado a perpetuar o neoliberalismo. É preciso lançar um profundo debate interno sobre as alternativas em jogo e delinear diferentes planos de ação para diferentes situações.

#### **CORRENTE 4: A POLÍTICA QUE SÓ OLHA PARA O UMBIGO**

Internacionalista por definição, o Bloco não pode cair na armadilha de pensar que a política que interessa é a que só se faz aqui e que o mundo é um lugar distante. É fundamental criar novas formas de cooperação internacionalista e pensar o mundo para lá da Europa, num contexto cada vez mais multipolar e onde a ordem do capital se manifesta de forma generalizada.

Há um mundo de dominação e de resistências que é também o nosso. Por um lado, é um mundo onde a ânsia imperialista não conhece limites, com o controlo militar e económico a ser alvo de disputa entre velhos e novos imperialismos. Populações como as do Líbano, da Líbia e da Síria continuam a ser dizimadas por guerras onde várias potências pretendem impor os seus interesses; a Palestina continua a viver numa forma de apartheid; vários povos da América Latina continuam a sofrer pressões e processos golpistas fascizantes, com o acelerar da destruição da Amazônia a ser um dos marcos máximos da destruição humana e ambiental; o neocolonialismo empresarial, a lei da dívida eterna e a pobreza num mundo de abundância continuam a ser a realidade de grande parte da humanidade. Os quase 30 milhões de refugiados e cerca 80 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo – mais de 1% da população mundial – são uma marca profunda do falhanço do sistema.

Por outro lado, é um mundo onde novas expressões de descontentamento despontam, desde o movimento Black Lives Matter nos EUA mas também várias outras mobilizações anti-racistas noutros pontos do planeta, aos novos feminismos e movimentos LGBT+ que têm vindo a sair ruas com força, aos movimentos camponeses, como por exemplo os indianos em luta contra a liberalização, aos indígenas, entre tantos outros.

O Bloco tem de ser o partido do diálogo com quem constrói estas alternativas quotidianamente em todo o mundo, da solidariedade sem fronteiras, que vai buscar experiências, forças e apoios bem para lá do plano nacional e europeu.

#### **CORRENTE 5: A AUSTERIDADE COMO UM FADO E A PRECARIIDADE COMO A NOVA FORMA DE VIDA**

A geringonça interrompeu a política austeritária agressiva para a substituir por uma austeridade light, não invertendo o essencial da política de favorecimento do capital face ao trabalho. A praga da precariedade permanente, que não se sente apenas no contexto laboral mas em todas as vertentes da vida, continua imparável, com repercussões estruturais não só na distribuição dos frutos do trabalho, mas também na deterioração da saúde mental



e na falta de perspectivas para a realização dos sonhos de cada um e de cada uma de nós.

Agora, a pandemia atingiu de forma mais agressiva pessoas mais debilitadas e com patologias diversas e reforçou igualmente a hostilização a comunidades vítimas de racismo, a desproteção das vítimas de violência doméstica e a pauperização de milhões, a muitos dos quais os parques apoios prometidos ainda não chegaram e o que chegou não foi suficiente.

As opções do governo, que preferiu em diversos momentos suspender direitos fundamentais como o direito de resistência em vez de nacionalizar a saúde privada para aumentar a capacidade de resposta à crise de saúde pública e que não garantiu uma proteção social forte para as vítimas da crise, devem ser combatidas e substituídas por um programa de emergência social, pela nacionalização de privados e forte investimento no SNS.

Portugal permanece ainda na cauda da Europa do investimento público, subfinanciando não apenas a saúde, mas também muitas outras áreas fundamentais, o que se repercute no aprofundamento dos problemas estruturais. As assimetrias no território continuam a ser profundas, à falta de um plano de transformação produtiva e ecológica que coloque as periferias no centro das políticas públicas. Nomeadamente perante o envelhecimento demográfico e o risco cada vez maior de incêndios incontroláveis, é preciso não subordinar a política florestal a interesses privados para criar ecossistemas sustentáveis e lançar as bases materiais para uma repovoação do interior do país.

Na educação, a degradação do ensino público vai de mãos dadas com um projeto de descentralização que, em vez de abrir as portas para a democratização, é uma forma de impedir a construção democrática das escolas. A habitação é outra das áreas em que a geringonça não inverteu os problemas estruturais, com destaque para a especulação imobiliária nos grandes centros urbanos, que gera dinâmicas de gentrificação e limita o acesso a habitação de qualidade e acessível, ao continuar a beneficiar de um investimento residual e canalizado sobretudo para a subsidiação do privado em vez da provisão pública.

A governação social-liberal mantém ainda intactos, embora momentaneamente adormecidos, o problema da dívida e da fragilidade e submissão da banca aos interesses financeiros da burguesia alemã. Um país sem perspectivas de transformações de fundo é um lugar onde a ansiedade e o medo proliferam sem travões, mas este caminho não é inevitável. O Tratado Orçamental não é o fim da história, a posse privada dos meios de produção não é um facto da natureza e há formas diferentes de viver do que na precariedade. A política da esquerda não pode continuar a ser a de apoiar governos do sistema, confinada à gestão do capitalismo e à política do mal menor. O Bloco não é o garante da estabilidade do poder instalado. Tem de ser a alternativa a ele.

## **CORRENTE 6: A FOBIA, O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO - O RENOVAR DO CONSERVADORISMO SOCIAL**

Há uma recente vaga de conservadorismo social que se tem espalhado pelo mundo, que encontra expressão política na extrema-direita e se manifesta quer digitalmente, com o crescimento das fake news e teorias da conspiração, das manipulações do ódio e do assédio online, quer fisicamente com as agressões nas ruas, nos locais de trabalho, nos espaços de lazer, na cultura, nos bairros, nos quotidianos das populações oprimidas e marginalizadas. Estas afetam sobretudo quem acumula vários tipos de vulnerabilidades: as mulheres negras, lésbicas, bissexuais, precárias, pobres, trans são invisibilizadas na luta e, conseqüentemente, nas conquistas.

A esta vaga têm respondido quer denúncias sobre casos e agressões concretas quer marés mais gerais de mobilização contra as opressões estruturais que persistem. Estas são lutas que o Bloco considera fundamentais e recordam-nos que os movimentos populares são a base para a afirmação dos sujeitos políticos, nacionais e internacionais. Uma esquerda radical tem de ter constantemente presente que a classe não é o único determinante de precariedade económica – ela cruza-se com discriminações étnicas, sexuais, de género e capacitistas (e muitas outras) – e que só uma transformação que supere os limites da crítica moral e individual poderá superar o atual estado de coisas. E uma esquerda radical reflete também criticamente sobre si própria, trabalhando por exemplo para colmatar o problema de não ter, nas suas fileiras, uma representatividade real de pessoas racializadas e de

etnias marginalizadas.

O Bloco deve marcar presença naturalmente na luta feminista, antirracista, LGBTQ+, nos movimentos ambientalistas e de bem-estar animal e nos restantes movimentos sociais, recusando práticas controleiristas, sem querer atropelar as suas decisões, sem querer impor protagonistas, sem procurar sobrepor a sua agenda política às estruturas coletivas de cada um deles. Antes, o Bloco deve dialogar com estes de forma aberta e não sectária permanentemente, impulsionar o encontro, o debate e a partilha, alimentar os movimentos sociais e a organização coletiva sem esperar ganhar nada em troca, reconhecendo que a luta contra o conservadorismo e o abuso de poder só é realmente feita quando é o coletivo, e não a «direção», quem a move. Desse diálogo profundo, honesto, contínuo e de respeito mútuo, ficará a certeza que Bloco e movimento social não se confundem mas podem reforçar-se mútua e estrategicamente.

### **CORRENTE 7: O FASCISMO QUE SEMPRE ESPREITA**

Apesar de ter sido um golpe importante na constelação da extrema-direita, a recente derrota de Trump não significou sequer a derrota do «trumpismo» nos EUA quanto mais a deste campo político no mundo inteiro. A destruição das garantias do Estado Previdência, a crise social, a precarização e a pauperização das classes médias, o racismo e a misoginia impregnados nas formas hegemónicas de entendimento do mundo e a desestruturação dos equilíbrios entre blocos económicos em disputa continuam a ser combustível para a ascensão de soluções autoritárias.

Para além destas dinâmicas, este crescimento é potenciado também pela viragem à direita do centro e pelas cedências e normalizações da direita tradicional na sua tentativa de competir pelo espaço aberto por estas forças políticas.

De tudo isto resulta que há indícios muito preocupantes quanto ao crescimento da extrema-direita e de movimentos abertamente fascistas. O que ficou ainda mais cristalizado com o mais recente relatório da organização Hope not Hate - «Estado do Ódio, Extremismo de Extrema-Direita 2021», que demonstra que processos fascizantes avançam a todo gás por toda a Europa e um pouco por todo o Mundo, Portugal incluído.

Face a esta situação, é essencial que a esquerda construa narrativas de entendimento do mundo aplicadas ao momento presente que desconstruam os mitos em que se funda o fascismo e que desmanchem a hegemonia profunda das ideias conservadoras, inevitabilistas e desigualitárias.

É urgente também que o Bloco recupere a sua imagem e prática anti-sistema. Sem elas, há um espaço político vazio que vai tendencialmente sendo ocupado pelas forças demagógicas da extrema-direita. Os acordos de governação com o PS, ao acentuarem a diminuição da dimensão do protesto, da mensagem de classe e da alternativa sistémica, deixaram ainda mais campo aberto para que o pior do sistema pudesse apresentar-se como se fosse uma forma de anti-sistema.

Não havendo receitas mágicas para combater a extrema-direita, é ao trabalho ativista antifascista, nas ruas e nos movimentos sociais, junto das pessoas, que cabe sobretudo responder efetivamente a esta tendência. Temos de voltar a colocar o debate público nos termos certos, a consciência de classe de que um trabalhador tem mais em comum com os seus colegas do que com o seu patrão, que não são as nossas origens nacionais ou étnicas que nos separam, mas sim os nossos interesses materiais, os nossos desejos de emancipação da vida e de democratização do espaço de trabalho que nos colocam frontalmente em oposição aos interesses dos donos do grande capital e dos seus adidos sicofânticos identitários e fascizantes. Há que travar o fascismo com socialismo.

### **CORRENTE 8: A ROTINA AUTÁRQUICA E A APARENTE FALTA DE ALTERNATIVAS LOCAIS**

Este é um ano de eleições autárquicas e o Bloco não vai faltar à chamada. Até porque a emergência de bases da extrema-direita terá de ser combatida com candidaturas abertamente antifascistas.



Para além disso, precisamos de candidaturas pautadas pela resposta às necessidades reais das populações, que ofereçam alternativas democráticas e socialistas, ensaiando novas formas de pensar o território, de construir comunidade, de fazer a diferença.

O Bloco não se candidata a estas eleições apenas para gerir a situação e recusa comprometer-se com executivos de direita ou sociais-liberais, submissos às lógicas da lei do valor, da gentrificação, da privatização de serviços públicos de proximidade, inativos perante as alterações climáticas ou insensíveis socialmente.

Não concorremos a estas eleições apenas para levar a bandeira do partido às urnas, ou com o objetivo limitado de o construir à escala municipal. E temos presente a consciência de que a abnegação dos autarcas bloquistas choca com um muro de institucionalismo e com bloqueios das rotinas impostas como certas.

Para além disso, o Bloco de Esquerda não pode limitar o seu trabalho local à presença em órgãos autárquicos. A participação local não se mede sobretudo por números de eleitos. Mede-se pelo ativismo criado, pelas sinergias com movimentos, associações e demais organizações locais que defendem no quotidiano o direito das populações à cultura e ao desporto e promovem a educação e o bem-estar. Mede-se pela capacidade de potenciar as lutas das populações.

Um dos desafios do trabalho local do Bloco é criar dinâmicas organizativas e políticas locais mobilizadoras que vão desenvolvendo coletivos no território, nos locais de trabalho, em escolas e universidades, em vários sectores da sociedade. Porque a organização, politização e atração de pessoas ao Bloco não podem ficar dependentes do mediatismo é preciso formar e disputar no terreno.

Na sua vida interna local, o Bloco deve pautar-se pela autonomia das concelhias, pela promoção de mecanismos democráticos de alta intensidade, pela construção de espaços de debate igualitários que ultrapassem o trefismo. É igualmente necessária uma participação direta das bases na vida nacional do partido, para que não fiquem isoladas nas suas estruturas locais. Só através desta participação poderemos ter um partido que consiga estabelecer as pontes necessárias entre a política local e a política nacional, que neste momento tanto escasseiam.

O Bloco só pode frutificar como partido-movimento opondo-se a um modelo de funcionamento centralizado e centralista. A sua intervenção local e autárquica deve estar orientada para ajudar a encontrar alternativas juntamente com as populações. E deve propor-se a ir muito mais além do que ser meramente um bom gestor municipal, procurando mudar paradigmas políticos autárquicos.

## **QUEBRAR AS CORRENTES: ALTERNATIVAS PROGRAMÁTICAS PARA A LUTA**

O programa imediato do Bloco deve pautar-se pelas seguintes medidas urgentes:

> No plano das relações internacionais:

- Sair da NATO;
- Acabar com o Frontex e restantes mecanismos de vigilância contra a população imigrante em nome da liberdade total de circulação;
- Melhorar o acolhimento de pessoas refugiadas e apoiá-las na integração;
- Regularizar toda a população imigrante, alargando o seu direito de voto para todas as eleições e o acesso a todos os direitos: sociais, culturais, económicos.

> No plano económico:

- Renegociar a dívida e denunciar a cobrança de juros agiotas;
- Referendar o Tratado Orçamental;

- Bater-se por alterar as regras do Euro e lançar um amplo debate à esquerda sobre as consequências de uma saída da moeda única;
- Recuperar o investimento público e investir nas funções sociais do Estado;
- Nacionalizar os setores estratégicos da economia: banca, energia, água, saúde, educação, transportes, infraestruturas, correios, telecomunicações, recolha e tratamento de resíduos, indústrias da madeira e grande distribuição;
- Romper com as PPP e as rendas para empresas monopolistas;
- Tetos ou taxas para acumulação de capital por parte das grandes empresas;
- Conduzir uma reforma fiscal apoiada no controlo de capitais para financiar um aumento considerável do investimento público e do Estado Social;
- Aumentar o salário mínimo para 900 euros;
- Reduzir o IVA dos bens de primeira necessidade;
- Adotar políticas públicas que garantam não apenas o direito à habitação digna mas igualmente à decisão coletiva sobre o espaço;
- Aumentar a oferta de habitação pública, aprovar uma nova lei do arrendamento que regule o mercado baixando preços, que estabeleça tetos máximos de rendas e crie estabilidade nos contratos, e acabar com todos os incentivos à especulação imobiliária;
- Garantir que os transportes públicos não sejam privatizados e defender a gratuitidade do transporte público.

> No plano das políticas sociais:

- Conduzir uma política de pleno emprego;
- Acabar com a lógica da condicionalidade nas medidas de proteção social, rejeitando a moralização da pobreza e do desemprego, e reafirmando o princípio da livre escolha do trabalho;
- Diminuir a idade de reforma para 62 anos ou 40 anos de trabalho;
- Recusar a lógica da institucionalização das pessoas com diversidade funcional;
- Acabar com todas as formas de precariedade;
- Retirar da legislação portuguesa o código de trabalho imposto pela troika e priorizar a contratação coletiva dificuldade nos despedimentos;
- Diminuir o horário de trabalho para 30 horas para todos e todas, acabando com a figura da isenção de horário, e aumentar o número de dias de férias;
- Proibir estágios não remunerados e garantir acesso ao subsídio de desemprego a ex-bolseiros;
- Defender um subsídio de alimentação decente e igual para todos e todas;
- Criar lares públicos de forma a proteger e promover o bem-estar dxs idosos.

> Na saúde e na educação:

- Fim das taxas moderadoras na saúde;
- Programa de emergência para o combate à pandemia e pela saúde mental;



- Legalizar e regulamentar todas as drogas e, naquelas com valências terapêuticas, garantir que o Estado assuma a sua produção e distribuição, travando a criação do mercado monopolista que se está a criar;
- Abolir as propinas e o regime fundacional;
- Aumentar os apoios sociais aos estudantes.

> Pela transformação do território e dos ecossistemas:

- Estimular o repovoamento através da criação de serviços públicos de qualidade por todo o território e privilegiando a produção de bens que permitam a soberania alimentar e energética e o respeito e viabilidade pelos ecossistemas a curto e longo prazo;
- Conduzir uma política agrícola e de reindustrialização que combine o respeito pelos ecossistemas com a satisfação das necessidades sociais, favorecendo fontes de energia alternativas aos combustíveis fósseis, recusando a exploração petrolífera no país;
- Empreender um programa de reflorestação que privilegie a floresta autóctone e combater o extrativismo primário para exportação que deixa uma pegada ecológica nociva, reduzindo brutalmente biodiversidade;
- Promover o cooperativismo, a economia solidária e as alternativas auto-gestionadas.

> No sistema político:

- Estudar a adoção do voto eletrónico e de mecanismos que permitam incrementar a participação eleitoral dos emigrantes;
- Reforma do sistema eleitoral para corrigir as distorções na representatividade, deixando de favorecer os maiores partidos.

## **ORGANIZAR A CONTRA-CORRENTE: UM PARTIDO-MOVIMENTO**

O Bloco chegou à política portuguesa com a promessa de fazer a diferença, não só mudando o mapa político nacional, mas também a própria forma de fazer política. Ousou definir-se então como partido-movimento. Mas, passados mais de 20 anos da sua fundação, surge apenas como partido tradicional: falta democracia interna, militância significativa e protagonismo das bases, sobra centralização, institucionalização e rotina.

A direção política está fechada em si mesma e perpetua-se, até a limitada regra de limitação de mandatos para os seus secretariados foi retirada dos estatutos na última Convenção; concentra as decisões fundamentais da vida do partido nas mãos de poucos, muitas delas tomadas não na Mesa Nacional mas na Comissão Política ou mesmo no Secretariado, um órgão que estatutariamente apenas teria «tarefas de coordenação executiva»; as decisões das Convenções são minimizadas, exemplo maior disso, a geringonça significou uma mudança de política fundamental que contrariava o inscrito na moção maioritária na Convenção anterior. Pelo contrário, a direção do Bloco tem de servir como meio de partilha e entreaajuda de militantes, não como o grupo que decide entre si aquilo que os militantes irão fazer a seguir.

Falta igualmente um debate estratégico mais vivo e mais formação política. É necessário repensar como intervir no mundo do trabalho para prepararmos uma ação mais eficaz. É preciso promover a discussão de alternativas de fundo para a sociedade, que configure uma aprendizagem e crescimento coletivo destemido na crítica das conceções de propriedade privada dos meios de produção ou ao funcionamento do imperialismo como ele existe hoje em dia.

O Bloco não pode ficar fechado nos limites confortáveis da ação política tradicional, na auto-construção imedia-



tista, na propaganda do elogio em causa própria, mas deve ousar afirmar-se como o partido das solidariedades: procurará por isso potenciar redes ao serviço dos movimentos de solidariedade e de auto-organização das pessoas mais desfavorecidas, estabelecendo as pontes fundamentais de confiança que permitam a unidade nas lutas contra o austeritarismo, reforçando modelos de decisão sem hierarquias ou dirigismo, numa cultura coletiva de responsabilidade, solidariedade e redistribuição, e apoiando experiências coletivas capazes de organizar respostas às necessidades mais básicas.

Para transformar o Bloco num partido-movimento é necessário desfazer a ultra-centralização e a institucionalização.

Assim, é urgente:

- Limitar mandatos nos vários níveis da direção;
- Realizar referendos internos sobre decisões fundamentais;
- Criar um boletim interno como veículo da diversidade de opiniões;
- Fazer renascer a formação política enquanto necessidade permanente;
- Valorizar, democratizar e atribuir responsabilidades reais ao trabalho de base;
- Estimular e apoiar a organização local e regional de aderentes em áreas geográficas em que o Bloco não tenha uma representação no terreno até agora relevante e interventiva;
- Criar um portal de transparência com informação atualizada sobre as contas do Bloco de Esquerda e as declarações de rendimentos de pessoas eleitas e dirigentes bloquistas;
- Estabelecer um salário único para funcionários e funcionárias e promover a rotatividade não só destes mas também nas posições de representação política, para evitar a dependência económica do partido. Reforçar o contacto real com as realidades da classe trabalhadora e estimular a criatividade e irreverência nas formas de fazer política.

*O Bloco de Esquerda afirma-se como um partido comprometido em juntar a uma democracia interna de alta intensidade, a abertura aos diversos movimentos sociais e o compromisso de se colocar ao serviço dos movimentos de solidariedade e de auto-organização das pessoas mais desfavorecidas. Um movimento que acredita que a libertação da classe trabalhadora, dos grupos explorados, oprimidos e marginalizados, será feita por eles próprios ou não será.*

*«Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem», dizia Rosa Luxemburgo. Convocamos a força dessas vontades e dessas razões que se juntam para quebrar as correntes que, no país e no mundo, nos continuam a oprimir. Aqui estamos para construir esse Bloco em movimento, que coloca o socialismo como o horizonte necessário para o imediato. Isto apesar de haver quem diga que é uma **Quimera**.*



## SUBSCRITORES

Alexandre Frias Pinto	Europa	15001
Alexandre Nunes Cunha	Leiria	9201
Alexandre Pinho da Cruz Bonilha	Europa	9361
Amália Espridião de Oliveira	Évora	956
Ana Martins	Lisboa	6425
Aníbal Rodrigues	Europa	4354
Artur Gouveia	Viseu	12061
Carlos Carujo	Lisboa	101
Carlos Cerqueira	Lisboa	501
Catarina Galego	Lisboa	12105
Érica Almeida Postiço	Lisboa	5155
Frederico Mira George	Lisboa	652
Inês Ribeiro Santos	Lisboa	5334
João Patrocínio	Lisboa	13408
João Paulo Pereira	Santarém	9936
José Guerra	Setúbal	1032
José Manuel Dias	Évora	7667
Joseph da Silva	Lisboa	7978
Júlio César Gouveia	Viseu	3726
Leonardo Costa	Porto	9739
Luís Castelo	Portalegre	7904
Luís Miguel Santos	Lisboa	8954
Manuel Fernandes	Porto	11068
Maria José Samora	Lisboa	502
Miguel Barrantes	Lisboa	11466
Nuno Miranda	Lisboa	6547
Nuno Moniz	Porto	4325
Orlanda Silva	Leiria	2891
Paulo Nascimento	Beja	7034
Paulo Pica	Lisboa	14854
Ricardo Toste	Terceira/Açores	4120
Rita Ribeiro	Lisboa	11318
Rita Silva	Lisboa	2001
Samuel Cardoso	Lisboa	9828
Soraia Simões	Lisboa	14724
Tiago Toledo	Lisboa	11551
Vítor Gomes	Aveiro	3629



# CALENDÁRIO

## OUTUBRO

- 04** - Reunião da Mesa Nacional convoca a XII Convenção do Bloco de Esquerda e discute e vota Regulamento do processo da Convenção e elege a Comissão Organizadora da Convenção (COC).
- 06** - Publicação da convocatória e do regulamento no bloco.org e envio às/aos aderentes por correio eletrónico.

## FEVEREIRO

- 22** - Apresentação pelas/os aderentes à MN de propostas de alteração aos Estatutos.

## MARÇO

- 01** - Entrega à COC (coc.2021@bloco.org) das Moções de Orientação até às 17 horas;
- 01** - COC reúne às 17H30 para validar Moções.
- 06** - Reunião da Mesa Nacional discute e vota propostas de alteração aos Estatutos e proposta de Regimento da XII Convenção.
- 15** - Sai deBatEs #1 (Propostas de Regimento, Moções e alterações aos Estatutos)
- 22** - Aderentes apresentam propostas de alteração às Moções e aos Estatutos
- 29** - Envio à COC de textos de debate/contributos para deBatEs #2

## ABRIL

- 05** - Moções comunicam à COC as alterações que são aceites, enviando o texto final. Comunicam também fusões entre moções.
- 06** - Envio à COC dos Regulamentos Eleitorais das/os delegadas/os à Convenção
- 09** - Envio aos aderentes dos Regulamentos Eleitorais das/os delegadas/os à XII Convenção
- 09** - Sai deBatEs 2# - Propostas finais de Moções e

textos de debate/contributos

- 10** - Início do período de debate das Moções
- 18** - Final do período de debate das Moções
- 20** - Apresentação às Coordenadoras distritais/regionais, com conhecimento à COC, das listas de candidatas/os a delegadas/os
- 21** - Validação das listas pelas Coordenadoras distritais/regionais e pela COC
- 23** - Envio pela COC, por correio eletrónico, das listas de candidatas/os a delegadas/os, bem como as informações relativas às respetivas Assembleias Eleitorais, e os textos das Plataformas
- 26** - Envio das listas de candidatas/os a delegadas/os + kit voto para aderentes

## MAIO

- 14** - Eleições delegadas/os à XII Convenção
- 15** - Eleições delegadas/os à XII Convenção
- 16** - Eleições delegadas/os à XII Convenção
- 19** - Sai DeBatEs #3 para distribuição na Convenção (Regulamento, Regimento, guião votações Estatutos, guião votações Moções)
- 22** - XII Convenção
- 23** - XII Convenção

# ÍNDICE

Introdução .....	2
Regulamento do processo preparatório da XII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda .....	3
Proposta de regimento para a XII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda .....	7
Propostas de alteração aos estatutos da Mesa Nacional .....	10
Propostas de revisão dos estatutos .....	12
Relatório da Mesa Nacional .....	27
Moção A: <b>Sair da crise, lutar contra a desigualdade</b> .....	44
Moção C: <b>Mais democracia, mais organização</b> .....	73
Moção E: <b>Enfrentar o empobrecimento polarizar à esquerda</b> .....	84
Moção N: <b>Por uma revolução tranquila</b> .....	104
Moção Q: <b>Quebrar correntes, lutar pelo socialismo</b> .....	112
Calendário da XI Convenção .....	122

## FICHA TÉCNICA

Editor: Bloco de Esquerda  
Morada: Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa  
Ano: 2021

JUSTIÇA

NA RESPOSTA

À CRISE



[bloco.org](http://bloco.org) |  
[esquerda.net](http://esquerda.net)